



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



PROGRAMA OPERACIONAL
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

RELATÓRIO POSI 2003

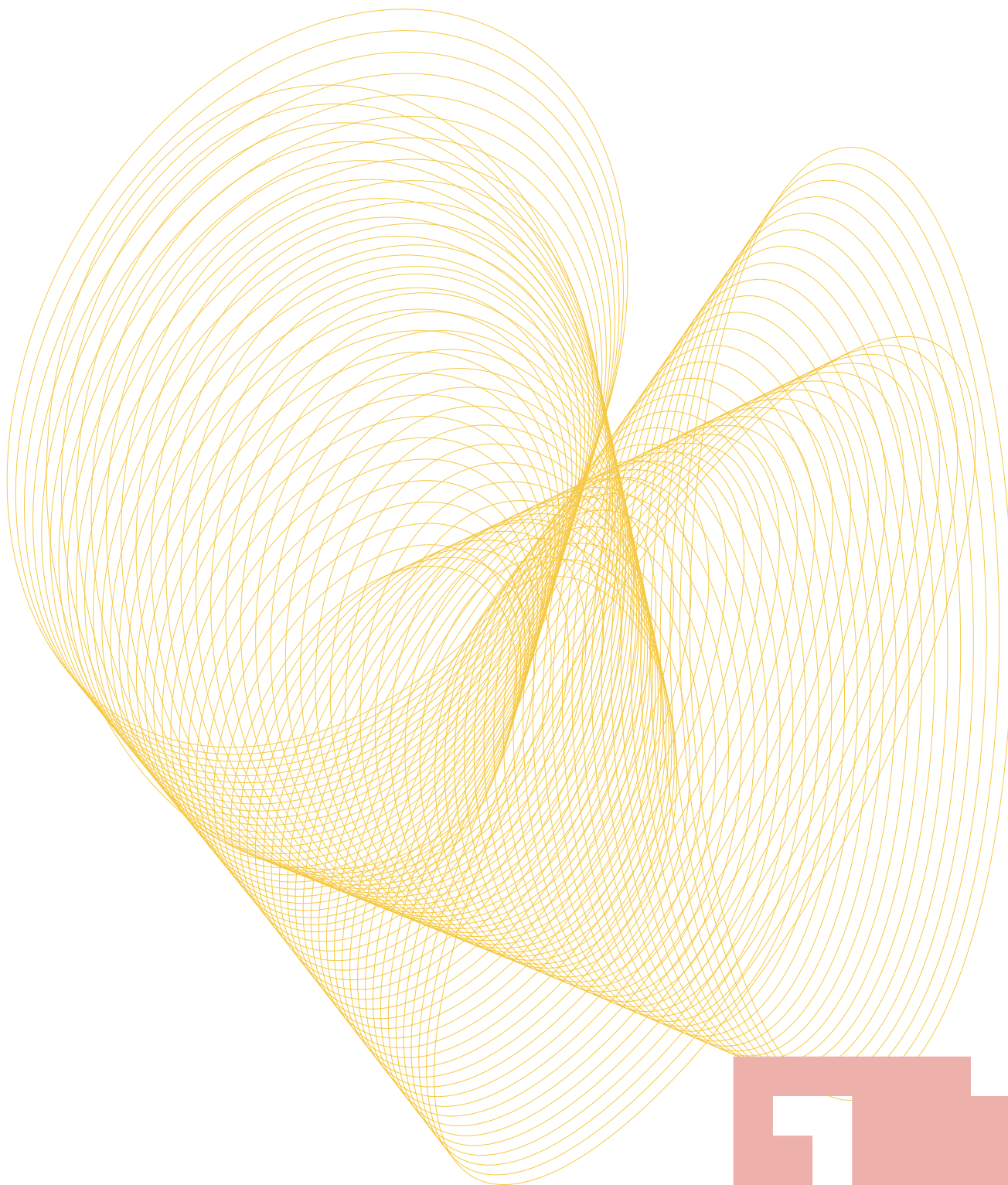


Portugal em Acção

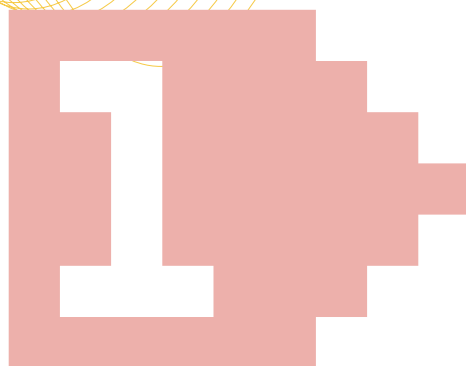


União Europeia
FEDER/FSE

| | |
|--|-----------|
| 1. ENQUADRAMENTO GERAL ENVOLVENTE DA INTERVENÇÃO DURANTE 2003 | 4 |
| 1.1. Planos de Acção para a Sociedade da Informação – Uma nova visão | 4 |
| 1.2. Avaliação Intercalar – Diagnóstico e Recomendações | 17 |
| 1.3. A dinamização de um novo ciclo para o POSI | 21 |
| 2. ANÁLISE DE PROGRESSO DO PROGRAMA, POR FUNDO, EIXOS E POR MEDIDAS – REALIZAÇÃO FÍSICA FACE AOS INDICADORES E OBJECTIVOS | 24 |
| 2.1. Análise global | 24 |
| 2.2. Análise por Eixo Prioritário | 25 |
| 2.3. Análise por Medida | 26 |
| 3. EXECUÇÃO FINANCEIRA | 36 |
| 3.1. Aprovações e despesa efectuada | 36 |
| 3.2. Eixo Prioritário I | 36 |
| 3.3. Eixo Prioritário II | 37 |
| 3.4. Eixo Prioritário III | 37 |
| 3.5. Eixo Prioritário IV | 38 |
| 3.6. Pedidos de pagamento e transferências recebidas | 38 |
| 3.7. Regionalização do investimento | 39 |
| 3.8. Vertente Desconcentrada (Programas Operacionais Regionais) | 39 |
| 4. PREVISÕES SOBRE A EVOLUÇÃO | 42 |
| 4.1. Ponto de Situação a 30 de Abril de 2004 | 42 |
| 4.2. Previsões de Execução | 43 |
| 4.3. Cumprimento da Regra N+2 | 43 |
| 5. MEDIDAS PARA ASSEGURAR A EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | 46 |
| 5.1. Acções de acompanhamento | 46 |
| 5.2. Síntese de Problemas Detectados | 46 |
| 5.3. Medidas para assegurar a eficácia da Gestão e implementação do Programa | 47 |
| 5.4. Sistema de informação | 47 |
| 5.5. Utilização da Assistência Técnica | 47 |
| 5.6. Acções de controlo de 1º Nível | 48 |
| 5.7. Avaliação Intercalar | 48 |
| 5.8. | 48 |
| 5.9. | 49 |
| 6. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE | 52 |
| 7. COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS | 57 |
| 8. ANEXOS | 59 |



**ENQUADRAMENTO GERAL ENVOLVENTE DA
INTERVENÇÃO DURANTE 2003**



1. ENQUADRAMENTO GERAL ENVOLVENTE DA INTERVENÇÃO DURANTE 2003

O ano de 2003 foi marcado em termos de enquadramento geral envolvente da intervenção do Programa Operacional da Sociedade da Informação por dois marcos centrais: por um lado, do ponto de vista externo, a aprovação pelo Governo dos Planos de Acção para a Sociedade da Informação, instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas governamentais nesta área com efeitos importantes na focalização das tipologias de apoio do POSI; por outro lado, do ponto de vista interno, a conclusão do processo da Avaliação Intercalar do Programa, com recomendações concretas sobre a sua melhor reorientação estratégica futura. Atendendo à importância decisiva destes dois factos no progresso do Programa em 2003 e na sua futura modelação, abordar-se-á cada um deles de forma exaustiva.

1.1. Planos de Acção para a Sociedade da Informação – Uma nova visão

Na sequência da criação da UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, na dependência directa do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, o ano de 2003 foi marcado pela aprovação em Conselho de Ministros dos Planos de Acção para a Sociedade da Informação, documento enquadrador das opções estratégicas e das acções operacionais assumidas pelo Governo na área da Sociedade da Informação. A linha operativa do POSI durante esse ano passou assim a ficar marcada por um claro compromisso entre a execução e acompanhamento das diferentes medidas em curso e uma crescente primazia conferida às linhas programáticas destes Planos de Acção nos diferentes projectos financiados.

Assumida a relevância estratégica dos Planos de Acção como vector central de enquadramento da intervenção durante 2003, parece-nos pertinente dar amplo relevo aos seus principais objectivos e linhas de actuação, de forma a enquadrar a envolvente operacional do POSI. De vincar a este propósito, a demonstração clara de que o desenvolvimento da Sociedade da Informação, através do seu impacto estruturante na Sociedade Portuguesa, vai ajudar a superar os grandes desafios que Portugal defronta, funcionando como uma alavanca das capacidades nacionais. O desenvolvimento da Sociedade da Informação está intrinsecamente ligado aos principais desafios da sociedade portuguesa, focalizando nos seguintes quatro objectivos:

- :: Aumentar a eficácia e eficiência do sistema económico, a competitividade e a produtividade do tecido empresarial;
- :: Aumentar as habilitações, competências e conhecimento dos portugueses, principais substratos da capacidade de desenvolvimento sustentado do país;
- :: Contribuir para a modernização, racionalização, responsabilização e revitalização da Administração Pública e do aparelho do Estado;
- :: Dinamizar a sociedade civil, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Neste sentido, os Planos de Acção pretendem ser o principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal. Os seus objectivos são:

- :: Apresentar uma perspectiva global e integrada das políticas do XV Governo Constitucional para o desenvolvimento da Sociedade da Informação;
- :: Assumir um compromisso transparente em redor de um desígnio ambicioso que mobilize a sociedade portuguesa como um todo;
- :: Estabelecer objectivos concretos e concertados entre organismos e entre os sectores público e privado;
- :: Instituir mecanismos de monitorização e reporte regular;
- :: Identificar um conjunto reduzido e coerente de projectos emblemáticos que propiciem resultados de elevado impacto e efeito mobilizador.

O esquema seguinte traduz sinteticamente os contributos mais importantes do desenvolvimento da Sociedade da Informação para o sucesso dos desafios nacionais definidos nas Grandes Opções do Plano.

Tabela 1 :: Contributos da Sociedade da Informação para a superação dos desafios Nacionais

| Desafios Nacionais (Grandes Opções do Plano, 2003) | Contributos do Plano de Acção para a Sociedade da Informação |
|--|--|
| Reformar a Administração Pública e Modernizar o Aparelho de Estado | <ul style="list-style-type: none"> :: Prestação de melhores serviços públicos de forma cómoda e eficiente :: Alteração de processos de trabalho e de gestão (redução do papel e da burocracia, integração da informação, introdução da orientação para resultados e medição da performance) melhorando a eficiência operacional e a satisfação e motivação dos funcionários públicos |
| Sanear as Finanças Públicas | <ul style="list-style-type: none"> :: Maior controlo de custos; :: Racionalização da "Máquina do Estado"; :: Eliminação de investimentos redundantes em Tecnologias da Informação, :: Interoperabilidade em sistemas de Informação; :: Compras e contratação eficazes |
| Promover o Desenvolvimento Económico Sustentado do País | <ul style="list-style-type: none"> :: Aumento da produtividade nacional e regional; :: Aumento da competitividade das empresas portuguesas, :: Maior interligação internacional |
| Aumentar o Nível de Qualificação dos Portugueses | <ul style="list-style-type: none"> :: Fomento das competências em Tecnologias de Informação; :: Acções de formação em toda a sociedade; :: Novas formas de aprendizagem |
| Promover a Coesão Económica e Social | <ul style="list-style-type: none"> :: Aumento de Qualidade das interacções entre Estado cidadãos e empresas; :: Maior participação democrática; :: Maior transparência; :: Maior coesão digital – territorial sócio-económica em respeito pelos cidadão com necessidades especiais |

Fonte UMIC

Pretende-se desta forma enquadrar a intervenção nacional na área da Sociedade da Informação no contexto dos objectivos que a União Europeia fixou. Em 2000, a União Europeia adoptou o Plano de Acção eEurope 2002, que elegeu como linha de orientação estratégica a massificação do acesso e da utilização da Internet na União Europeia, condição essencial para a construção da Sociedade da Informação. O eEurope 2002 permitiu alcançar objectivos importantes na maior parte dos países da União Europeia. No entanto, a União Europeia reconheceu que a conectividade em si não era um activo representativo do aumento da qualidade de vida e da produtividade no espaço europeu.

É neste contexto que surge o eEurope 2005, implicando uma deslocação dos objectivos da política europeia para a Sociedade da Informação. A prioridade do eEurope 2005 incide sobre a conversão da conectividade em actividades económicas, num ambiente favorável ao investimento privado, à criação de emprego e ao aumento da produtividade, focalizado em quatro áreas de actuação: Administração Pública em Linha, Ensino em Linha, Saúde em Linha e Negócios Electrónicos. O eEurope 2005 visa o estabelecimento de um círculo virtuoso entre os factores de estímulo à oferta (essencialmente, disponibilidade de Banda Larga) e os factores de estímulo à procura (essencialmente, novos serviços, conteúdos e aplicações multimédia), numa interdependência activa. Adicionalmente, o eEurope 2005 assenta numa filosofia de actuação centrada na Banda Larga e na convergência de tecnologias de acesso, permitindo um acesso multiplataforma. Deste modo, estas vertentes de evolução tecnológica devem estar alinhadas com o crescimento de novos serviços, conteúdos e aplicações que gerem um círculo virtuoso de criação de novas oportunidades e de redução de custos, de aumento de produtividade e qualidade de vida, de crescimento económico e de emprego.

Tabela 2 :: Caracterização sumária do estágio actual de desenvolvimento da sociedade da informação e Governo Electrónico em Portugal

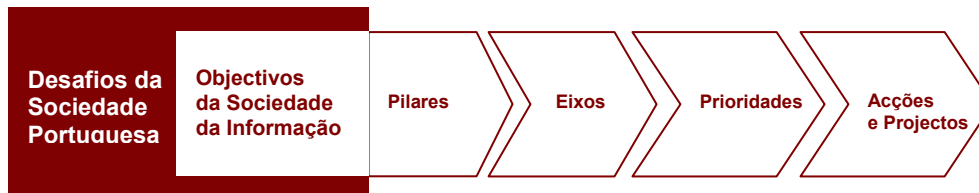
| Desenvolvimento Actual da Sociedade da Informação e Governo Electrónico em Portugal Internet | |
|--|--|
| Internet | <ul style="list-style-type: none"> :: Baixa taxa de penetração em lares 31% - 10% do que a média comunitária (1); :: Factores de Bloqueio à utilização da Internet :: Directos: alto custo (48%) não percepção dos benefícios (24%) falta de preparação tecnológica (7%) (2); :: Indirectos: Relação directa entre a utilização da Internet e o nível de escolaridade (30% da população portuguesa tem apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico (3) e relação inversa entre a utilização da Internet e a idade (utilização residual nos segmentos mais velhos da população); :: Acesso à Internet em Banda Larga: 4% (menos de metade do valor da média europeia) (1); :: Número de Computadores ligados à Internet por cada 100 alunos (51 em 2002) distante da média europeia (59 em 2002) (1) |
| Administração Pública e Governo Electrónico | <ul style="list-style-type: none"> :: A presença da Administração Pública na Internet e sobretudo informativa; :: A disponibilização dos serviços públicos na Internet e residual atendendo ao universo de serviços que podem ser disponibilizados; :: Os serviços públicos disponibilizados na Internet tendem a ser pouco sofisticados, dada a fraca penetração de ferramentas que possibilitem efectuar transacções entre a administração e os utentes; :: Apesar de se dirigirem a um conjunto alargado de utentes nomeadamente cidadão e empresas, a prestação dos serviços em linha mais desenvolvidos implica contrapartidas monetárias avultadas por parte dos seus utilizadores; :: Os sítios da Administração pública tendem a não respeitar as regras de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais |
| Economia Digital | <ul style="list-style-type: none"> :: As empresas portuguesas apresentam no âmbito da União Europeia, uma baixa intensidade de utilização dos instrumentos da economia digital; :: A presença na Internet e a utilização do comércio electrónico situam-se abaixo da média registada no países europeus |
| Qualificações TIC | <ul style="list-style-type: none"> :: Todos os estudos internacionais indicam que existem fortes carências em Portugal no domínio das tecnologias da Informação e da comunicação; :: Essas carências fazem-se sentir, de igual modo, ao nível das competências e TIC para fins profissionais diversos |
| Saúde | <ul style="list-style-type: none"> :: Atraso significativo na Utilização das tecnologias da Informação e Comunicação no Sector, em comparação com os restantes países da União Europeia |
| Conteúdos | <ul style="list-style-type: none"> :: Utilização diminuta do financiamento disponibilizado por programas europeus para o desenvolvimento digitais; :: Incoerência e falta de orientação estratégica na aprovação de alguns dos projectos, de qualidade, utilidade social e difusão duvidosas |

Fonte UMIC

É ainda possível recuperar dos atrasos e da divergência dos últimos anos, se a política portuguesa para o desenvolvimento da Sociedade da Informação responder a uma filosofia de acção determinada.

Para responder aos principais desafios nacionais, o desenvolvimento da Sociedade da Informação passa pela realização de um conjunto de objectivos a que correspondem sete pilares, desdobrados em eixos, prioridades, acções e projectos.

Realização dos objectivos da Sociedade da Informação



A Tabela 3 apresenta em detalhe a estrutura central da estratégia de desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Tabela 3 Pilares de Desenvolvimento da sociedade da Informação

| 1º Pilar Uma Sociedade da Informação para Todos | 2º Pilar Novas Capacidades | 3º Pilar Qualidade e Eficiência dos Serviços Públicos | 4º Pilar Melhor Cidadania | 5º Pilar Saúde ao Alcance de Todos | 6º Pilar Novas Formas de Criar Valor Económico | 7º Pilar Conteúdos Atractivos |
|--|--|---|---|---|---|---|
| Ligar tudo a todos ao menor custo, em banda larga segura; promover a coesão digital e a presença universal | Promover a cultura digital à habilitação dos portugueses, e o conhecimento aplicado à vida dos cidadãos | Garantir serviços públicos de qualidade, apoiar a modernização da Administração Pública racionalizar custos e promover a transparência | Melhorar a qualidade da democracia através de uma melhor participação dos cidadãos | Orientar o sistema de saúde para o cidadão, melhorando a eficiência do sistema | Aumentar a produtividade e a competitividade das empresas através dos negócios electrónicos | Promover conteúdos aplicações e serviços com valor para a sociedade, incluindo o património cultural |
| <p>Eixo 1.1 Massificação do Acesso e Utilização da Internet em banda larga</p> <p>Eixo 1.2 Promoção da Coesão Digital</p> <p>Eixo 1.3 Presença Universal</p> <p>PROJECTOS EMBLEMÁTICOS</p> <p>Terminal de Banda Larga por agregado Familiar</p> <p>Redes Comunitárias</p> <p>Administração Pública em Banda Larga</p> <p>Políticas Competitivas e Legislação</p> <p>Acessibilidade Universal</p> <p>Ligação Electrónica a Portugal</p> <p>Presença Universal da Cultura e Língua Portuguesa</p> | <p>Eixo 2.1 Habilitar Cedo</p> <p>Eixo 2.2 Campus Virtuais Campus e-U</p> <p>Eixo 2.3 Aprendizagem ao Longo da Vida</p> <p>Eixo 2.4 Novas Tecnologias para a Sociedade da Informação</p> <p>PROJECTOS EMBLEMÁTICOS</p> <p>Formação em Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino</p> <p>Reclamações e Informação em Linha</p> <p>Um Computador por Professor</p> <p>Campus Virtuais</p> <p>Sistema Nacional de Certificação em TIC</p> <p>Portal de Informação</p> | <p>Eixo 3.1 Serviços Públicos Orientados para o Cidadão</p> <p>Eixo 3.2 Administração Pública Moderna e Eficiente</p> <p>Eixo 3.3 Nova Capacidade Tecnológica</p> <p>Eixo 3.4 Gestão Eficiente de Compras</p> <p>Eixo 3.5 Racionalização de Custos de Comunicações</p> <p>Eixo 3.6 Serviços Próximos do Cidadão</p> <p>Eixo 3.7 Adesão aos Serviços Públicos Interactivos</p> <p>PROJECTOS EMBLEMÁTICOS</p> <p>Portal do Cidadão</p> <p>Interoperabilidade na Administração Pública</p> <p>Racionalização de Custos</p> <p>Compras Electrónicas</p> <p>Portal da Administração e do Funcionário Público</p> <p>Sistema de Infra-Estrutura Nacional e Único da Segurança Social</p> <p>Doc. Registo Único Automóvel</p> <p>Sist. Integ. De Reg. de Ident. Civil, Com., Predial e Notarial</p> | <p>Eixo 4.1 Participação Electrónica</p> <p>Eixo 4.2 Voto Electrónico</p> <p>Eixo 4.3 Política de Privacidade</p> <p>PROJECTOS EMBLEMÁTICOS</p> <p>Avaliação de Sítios da Administração Pública</p> <p>Política de Privacidade</p> | <p>Eixo 5.1 Rede de Informação da Saúde</p> <p>Eixo 5.2 Serviços de Saúde em Linha</p> <p>Eixo 5.3 Cartão de utente</p> <p>PROJECTOS EMBLEMÁTICOS</p> <p>Sistema de Gestão Integrada dos Hospitais</p> <p>Cartão de Utente</p> <p>Rede de Informação Integrada</p> <p>Receita e Processo Clínico Electrónico</p> <p>Ligação Electrónica das Ambulâncias aos Hospitais</p> <p>Contact Center / Portal</p> | <p>Eixo 6.1 Enquadramento legal propício ao Negócio Electrónico</p> <p>Eixo 6.2 Soluções Interoperáveis</p> <p>Eixo 6.3 Novas Tecnologias para a Sociedade da Informação</p> <p>Eixo 6.4 Desenvolvimento do Sector das TIC</p> <p>Eixo 6.5 Competitividade das Empresas Portuguesas</p> <p>Eixo 6.6 Teletrabalho</p> <p>Eixo 6.7 Segurança</p> <p>Eixo 6.8 Rede Europeia de Negócios Electrónicos</p> <p>PROJECTOS EMBLEMÁTICOS</p> <p>Dinamização do Comércio Electrónico nas PME</p> <p>Portal do Turismo</p> <p>Projecto "PIPE"</p> <p>Factura e Certificação Digital</p> | <p>Eixo 7.1 Conteúdos significativos para os Cidadãos</p> <p>Eixo 7.2 Um Sector de Conteúdos Forte e Dinâmico</p> <p>Eixo 7.3 Património Cultural Democrático e Universal</p> <p>Eixo 7.4 Combate aos Conteúdos Ilegais e Nocivos</p> <p>PROJECTOS EMBLEMÁTICOS</p> <p>Portal da Cultura</p> <p>Portal do Conhecimento</p> |

Fonte UMIC

Estes pilares de intervenção estratégica assumem-se de forma clara como o eixo operacional através do qual se pretende colocar Portugal na linha da frente em termos da União Europeia na área da Sociedade da Informação, segundos princípios estruturantes claros (Orientação para cidadãos e empresas, em detrimento de lógicas departamentais e burocráticas; Promoção da transversalidade e da transparência da informação na Administração Pública, em detrimento de silos organizacionais; Orientação para resultados; Perspectiva de mercado (comparação com melhores práticas); Aposta em "coligações vencedoras", públicas e público-privadas; Utilização de capacidade instalada (pública e privada); Foco em iniciativas mobilizadoras, em detrimento da dispersão; Criação de valor através da inovação.

:: 1º Pilar – Uma Sociedade da Informação para Todos

O objectivo primeiro de qualquer política para o desenvolvimento da Sociedade da Informação deverá ser "ligar tudo a todos" ao menor custo / preço possível. Das várias tecnologias digitais envolvidas, a Internet assume-se como o coração efectivo que permite tornar real este objectivo de conectividade ao menor custo possível. Por outro lado, a Banda Larga é decisiva para tornar a Sociedade da Informação mais relevante para os cidadãos, as empresas e a Administração Pública, ao suportar conteúdos, serviços e aplicações mais atractivos, interactivos e úteis. Por este motivo, Portugal deve assumir uma aposta dual:

- :: Massificação do acesso e utilização da Internet,
- :: Logo em Banda Larga quando possível.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|--|---|---|
| Terminal de Banda Larga Por agregado | Incentivar a aquisição de novas ofertas de equipamentos de acesso à Banda Larga (eg. Ofertas integradas, linhas brancas). | UMIC / Mercado |
| | Apoiar a criação de centros de reciclagem de PC's e estimular empresas e instituições na doação de equipamentos. | UMIC / Mercado |
| | Promover mecanismos que estimulem a procura de equipamento (eg. Diminuir prazo de amortização de Pc's, benefícios fiscais). | UMIC / Min. Finanças |
| Redes Comunitárias | Assegurar o levantamento das infra-estruturas existentes para a elaboração do actual mapa digital do país. | UMIC / ANACOM |
| | Apoiar a construção de redes em Banda Larga em comunidades desfavorecidas, promovendo a agregação da procura de serviços e utilização de tecnologias alternativas. | UMIC / Mercado / Municípios |
| | Estimular a partilha de infra-estruturas de domínio público com operadores para o desenvolvimento de serviços de comunicação em contrapartida de condições comerciais atractivas. | UMIC / ANACOM / Operadores / Utilities / Municípios |
| | Aproveitar as infra-estruturas públicas existentes e criar, numa perspectiva de disseminação da Banda Larga pelo território nacional. | UMIC / MOPHT |
| Administração Pública em Banda Larga | Assegurar a generalização da Banda Larga na Administração Pública até ao final de 2005. | Ministérios / Operadores / UMIC |
| Políticas e Intervenções Legislativas | Adoptar medidas que estimulem a competitividade entre os operadores de telecomunicações. | UMIC / Ministérios / ANACOM |
| | Adoptar medidas de carácter geral de estímulo à utilização de meios electrónicos, quer através de medidas de incentivos quer de imposição. | UMIC / Ministérios |
| | Adoptar medidas de carácter fiscal de estímulo a utilização de meios electrónicos, quer através de medidas de incentivo quer de imposição. | UMIC / Ministério das Finanças |

Fonte UMIC

A actual utilização da Internet em Portugal é extremamente desequilibrada territorialmente e em termos etários e sócio-económicos. Por este motivo, Portugal deve apostar fortemente na promoção da coesão digital.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|-----------------------|--|--|
| Acessibilidade | Minimizar as barreiras digitais criadas na concepção de conteúdos digitais e de interfaces de software e hardware. São objecto de particular os conteúdos disponibilizados na Internet pela Administração Pública; a documentação e o software utilizado no trabalho; as aplicações multimédia para fins educativos; as interfaces das comunicações móveis de terceira geração e da televisão digital terrestre. | RTP / Ministro da Presidência / UMIC / FCCN / UTAD |

Fonte UMIC

Por último, seria redutor adoptar uma visão restrita ao território nacional. A Internet permite "desintermediar" geograficamente a componente de informação. Por este motivo, este pilar aborda também a dimensão internacional desta política de massificação, apostando na ligação aos portugueses residentes no estrangeiro, na promoção da cultura e da língua portuguesa a nível mundial através da Internet – um verdadeiro espaço virtual sem fronteiras – e da presença portuguesa em fóruns internacionais ligados à Sociedade da Informação.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|---|--|---------------------------------------|
| Promoção da Ligação Electrónica em Portugal | Assegurar a ligação / inclusão dos sites das diversas associações portuguesas no estrangeiro no Portal das Comunidades Portuguesas | UMIC / MNE / CEGER |
| | Patrocinar concursos anuais de sítios internet associados a Portugal (sobre a cultura, economia ou política portuguesa) para associações e jovens portugueses. | UMIC / MNE |
| | Proporcionar ao Conselho das Comunidades Portuguesas (ou seu sucedâneo) uma ferramenta de trabalho conjunto através da Internet que ligue todos os conselheiros a nível mundial com a Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas | UMIC / MNE / CEGER |
| | Proporcionar aos Leitores do Instituto Camões uma ferramenta de trabalho conjunto através da Internet que ligue todos os conselheiros a nível mundial com a Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas. | UMIC / CEGER / Instituto Camões |
| | Proporcionar aos professores de português no estrangeiro do ensino oficial e associativo uma ferramenta de trabalho conjunto através da internet que ligue todos os professores a nível mundial com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e o Ministério da Educação. | UMIC / CEGER / Ministério da Educação |
| Presença Universal da Cultura e Língua Portuguesas | Proporcionar estágios em Portugal a jovens cientistas portuguesas nas áreas das TIC. | UMIC / MNE |
| | Apoiar a criação do Portal da Cultura, com uma forte orientação para um público universal. | UMIC / Ministério da Cultura |
| | Assegurar que o Portal do cidadão tenha uma forte componente para visitantes e investidores estrangeiros e cidadãos portugueses residentes no estrangeiro. | UMIC |
| | Incentivar a actualização da programação da RTPi por forma a conter conteúdos mais interessantes e interactivos e promover a distribuição digital multiplataforma – Internet, UMTS, iTV. | PCM |

Fonte UMIC

:: 2º Pilar – Novas Capacidades

Depois de garantida a conectividade como condição de base para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, os alicerces primeiros desse desenvolvimento são a educação e a formação. O verdadeiro valor da Sociedade da Informação está no conhecimento aplicado à vida dos cidadãos e não no fluxo da informação em si.

Este pilar assenta na promoção da formação de todos os portugueses sobre tecnologias de informação e comunicação (TIC) e na integração das TIC nos sistemas de educação e de formação. Acima de tudo, é uma política que assenta na promoção de uma cultura digital. É uma estratégia abrangente que envolve habilitar:

- :: as crianças e os jovens do ensino básico e secundário, numa aposta de longo prazo, estruturante para o país;
- :: os estudantes universitários, que não só influenciam os pais como serão potencialmente os próximos decisores em vários segmentos e áreas da sociedade portuguesa;
- :: os cidadãos de uma forma geral, sejam trabalhadores do sector privado ou do sector público, de forma a habilitá-los para os desafios do presente da competitividade nas empresas e da modernização do sector público.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|---|--|-------------------------------|
| Formação em TIC no Ensino | Introduzir uma disciplina de formação em TIC no 9º e 10º ano de escolaridade (de 1,5 e 3 horas semanais respectivamente) já no ano lectivo de 2004/05 o que envolverá formação de aproximadamente 1.800 professores, apetrechamento de 1.000 salas de aula ou adopção de tecnologia WiFi e a aquisição de aproximadamente 15.000 computadores. | Ministério da Educação |
| Sistema online de Reclamações e Pedidos de Informação em linha | Disponibilizar um serviço online de reclamações e de pedidos de informação referentes ao sistema educativo, para professores, pais e público em geral integrado num sistema nacional de aferição da qualidade dos serviços públicos. | UMIC / Ministério da Educação |
| Programa “Um Computador por Professor” | Promover a montagem de um programa efectuado em parceria com fornecedores, banca e retalhistas que permita a todos os professores que o desejem, comprar computadores por preço reduzidos e com juros bonificados. | UMIC / Ministério da Educação |

Fonte UMIC

A nível do ensino superior, faz-se uma aposta decisiva no Programa e-U – Campus Virtuais, promovendo novas formas de aprendizagem, melhorando a qualidade do ensino e reduzindo custos estruturais.

| Acção | Descrição | Entidades Responsáveis |
|------------------------------|---|---|
| e-U – Campus Virtuais | Generalizar o Programa e-U Campus Virtuais a todas as universidades e estabelecimentos do ensino superior, procurando dotar estas instituições com redes sem fios de banda larga, digitalizar conteúdos pedagógicos, webizar processos de gestão e proporcionar computadores a todos os alunos a preços acessíveis e bonificados. | UMIC / Ministério da Ciência e Ensino Superior (MCES) |

Fonte UMIC

No global, a aposta na educação não será um desafio fácil para o nosso país uma vez que nos encontramos bastante atrás dos outros países em termos das metas definidas no eEurope 2002, verificável no baixo número de computadores (ligados e não ligados à Internet) por 100 alunos nos vários níveis de ensino, e na baixa utilização de computadores e da Internet pelos professores nos vários níveis de ensino. Acresce ainda o facto de o nível de iliteracia básica e digital na sociedade portuguesa ser dos

portuguesa ser dos mais altos a nível europeu e os níveis de educação escolar e superior serem baixos, o que, aliado a limitações financeiras das famílias em causa, dificulta a percepção da utilidade das TIC.

| Acção | Descrição | Entidades Responsáveis |
|--|---|---|
| Sistema Nacional de Certificação em TIC | Garantir que o Sistema Nacional de Certificação em TIC é acessível a todos os portugueses, seguindo um modelo modular, integrando três níveis: competências básicas em TIC (familiarização e combate à info-exclusão), competências intermédias (população activa), competências profissionais (responder à procura de quadros médios). | UMIC e várias entidades |
| Portal de Formação em Linha | Potenciar oportunidades de formação e emprego através do livre acesso à informação disponibilizada em linha. | MEd / MCES / Confederações / Associações e Sindicatos |

Fonte UMIC

Por último, a melhoria das qualificações dos portugueses passa pela promoção de novas tecnologias de informação e comunicação e de outras tecnologias que conjugadamente permitirão um salto nos índices de desenvolvimento do país. Neste contexto, em articulação com a política definida pela União Europeia, aposta-se na promoção de duas tecnologias – a Banda Larga (1º Pilar) e o acesso multiplataforma (3º Pilar) – e no desenvolvimento de duas novas tecnologias – o protocolo IPv6 (a próxima geração do actual protocolo Internet) e o Grid Computing (redes dinâmicas, heterogéneas e transparentes) que irão redesenhar as futuras redes de informação e os processos de funcionamento dos utilizadores no futuro.

:: 3º Pilar – Qualidade e Eficiência dos Serviços Públicos

Sobre a base da conectividade para todos em Banda Larga (1º pilar), e os alicerces de um desenvolvimento sustentado – a educação e a formação suportada nas TIC (2º pilar) – é necessário construir os conteúdos, os serviços e as aplicações com impacto no dia a dia dos cidadãos e das empresas, ao que correspondem os restantes cinco pilares deste Plano de Acção. Neste contexto, o terceiro pilar, sobre serviços públicos de qualidade e eficientes, representa uma forte aposta no papel central do sector público na promoção do desenvolvimento da Sociedade da Informação. Este pilar assenta numa visão integrada das várias componentes do Governo Electrónico (também denominado por Administração Pública Electrónica em certos círculos). O objectivo é reduzir a burocracia e aumentar a qualidade da interacção dos cidadãos e das empresas com a Administração Pública, prestando serviços de qualidade, de forma eficiente e cómoda para todos, reduzindo ou eliminando custos desnecessários. O principal foco é a identificação e disponibilização em plataformas multicanal dos serviços e da informação pública mais relevante para os portugueses, através de uma estratégia de portais, com particular destaque para o Portal do Cidadão.

| Acção | Descrição | Entidades Responsáveis |
|---|--|---|
| Implementação e Desenvolvimento do Portal do Cidadão | <p>O Portal do cidadão será a face mais visível de todo o trabalho a efectuar no contexto dos Serviços Públicos orientados para o Cidadão. O Portal do Cidadão irá agregar duas vertentes fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> :: Permitir o acesso rápido, convenientemente, fiável e seguro, em qualquer momento e em qualquer local, ao maior número possível de serviços públicos em linha utilizando para tal todos os canais de comunicação electrónica disponíveis; :: Permitir o acesso em linha a toda a informação relevante da responsabilidade do Estado, bem como exercício da cidadania no seu sentido lato. | UMIC / Ministérios / Organismos Públicos / Autarquias |

Fonte UMIC

Adicionalmente, as TIC dão o seu contributo para a modernização da administração pública e para a componente transaccional do Estado com os vários agentes económicos, através da generalização dos meios electrónicos nos processos aquisitivos e de venda.

| Acção | Descrição | Entidades Responsáveis |
|--|--|------------------------|
| Estratégia, objectivos e monitorização da evolução das compras electrónicas | <p>Esta vertente de actuação concretiza-se na definição da Estratégia Nacional de Compras Electrónicas. Para assegurar a relevância e adequação desta estratégia, haverá que monitorizar de perto o desempenho das compras electrónicas nacionais, de modo a sustentar a tomada de decisões de dois tipos:</p> <p>:: Decisões estratégicas que devem consistir num exercício regular de reavaliação da conjuntura interna e externa reflectida na redefinição de metas, objectivos ou mesmo componentes da estratégia;</p> <p>:: Decisões operacionais, que permitam reorientar as iniciativas, os processos a organização e a tecnologia de modo a assegurar que efectivamente contribuem para a estratégia e respectivos objectivos.</p> | UMIC / Ministérios |

Fonte UMIC

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|--|--|--|
| Interoperabilidade (definição do conjunto de normas) | <p>Estabelecer normas e mecanismos que permitam a comunicação entre sistemas de informação dos vários agentes envolvidos na utilização e prestação dos serviços públicos interactivos (Cidadãos, empresas, funcionários públicos e entidades da AP). A actuação nesta prioridade implica a definição de mecanismos normalizados de interoperabilidade entre os vários sistemas e aplicações na AP (definição de um e-GIF -</p> | UMIC / FCCN / Inst. Informática / ANACOM / ITU |
| Racionalização de Custos das Comunicações na Administração Pública | <p>Implementar medidas que todas as entidades da AP possam adoptar de imediato na sua esfera de actuação e que sejam geradoras de mais valias, sem colocar em causa a estratégia global adoptada. As medidas a adoptar por todos os organismos compõem-se por:</p> <p>:: Definição de políticas de novas aquisições de serviços de telecomunicações;</p> <p>:: Melhoria da eficiência de utilização de infra-estruturas;</p> <p>:: Melhoramento dos perfis de utilização das infra-estruturas.</p> | UMIC / Inst. Informática / Ministérios |
| Portal da Administração e do Funcionário Público | <p>Criar um portal interno que motive uma abordagem colaborativa dos serviços da Administração Pública com os seus funcionários. Esta abordagem vai consolidar o acesso à informação e proporcionar a uniformização de processos em alguns dos serviços prestados aos funcionários públicos (por exemplo, programas de formação, marcação de férias, reporte de despesas com deslocações, apresentação de baixas), possibilitando uma centralização nas actividades geradoras de valor.</p> | SEAP / DGAP / Ministérios |
| Sistema de Informação Nacional e Único da Segurança Social | <p>Promover a integração do relacionamento global do cidadão com a segurança social, nomeadamente em termos da concessão atempada das prestações, da cobrança das contribuições e do combate à fraude e evasão contributiva.</p> | MSST |
| Sistemas Integrados dos Registos e Identificação Civil, Comercial, Predial e Notarial | <p>Pacote de quatro novos sistemas que têm por objectivo a criação de um sistema centralizado que permita acessos descentralizados para a elaboração de registos, alterações, consulta de dados e emissão de documentos.</p> | DGRN / |
| Documento único do Registo Automóvel | <p>Sistema que visa substituir os actuais livrete e registo de propriedade por um documento único, passando pela realização de concursos públicos internacionais, alteração de legislação e desenvolvimento e implementação de aplicações informáticas.</p> | DGRN / |

:: 4º Pilar – Melhor Cidadania

Directamente associado ao conceito da Sociedade da Informação e ao terceiro pilar – prestação de melhores serviços da Administração Pública – está o conceito de democracia electrónica, que pode contribuir para melhorar a qualidade da democracia, principalmente na sua componente participativa. Neste sentido, foram definidos quatro eixos de actuação: participação electrónica; voto electrónico presencial; avaliação da qualidade dos serviços públicos; e política de privacidade. O objectivo geral é promover junto das instituições e organismos competentes, a adopção de meios electrónicos de forma a melhorarem a comunicação bidireccional com os cidadãos e as empresas.

| Acção | Descrição | Entidades Responsáveis |
|--|--|------------------------|
| Avaliação da componente de democracia electrónica dos sítios da Administração Pública | Definir um processo de avaliação de sítios da Administração Pública que integre um critério de avaliação da componente de democracia electrónica dos mesmos. | UMIC |

Fonte UMIC

:: 5º Pilar – Saúde ao Alcance de Todos

Apesar do desenvolvimento dos últimos anos, o sistema de saúde português fica ainda aquém das expectativas. Muitas deficiências existentes resolvem-se ou são reduzidas através da aplicação de tecnologias de informação e comunicação e, por este motivo, a área da saúde foi eleita como um dos pilares do desenvolvimento da Sociedade da Informação. A baixa eficácia dos elevados investimentos em TIC efectuados nos últimos 5 anos ilustram que é necessário estruturar futuros investimentos segundo uma lógica de resultados práticos para o cidadão e não lógicas organizacionais internas e desenvolver parceiras público – privado que introduzam racionalidade económica no sistema. O objectivo fundamental é colocar o cidadão no centro das atenções do sistema de saúde. Para este efeito, foram definidos três eixos de actuação: serviços de saúde em linha; rede de informação da saúde; e cartão utente. Um dos objectivos principais é a disponibilização de novos canais de acesso ao paciente, através do Portal do Cidadão e do Portal da Saúde / Centro de Atendimento, permitindo fazer marcações de consulta através da Internet, bem como apresentar reclamações que serão tratadas através de um processo informático que garante a análise agregada do conjunto de reclamações e sugestões e uma maior capacidade de resposta individual a cada paciente. Estes portais irão permitir também disponibilizar informação sobre prevenção e cuidados de saúde, bem como indicações sobre procedimentos e emergências médicas. Outra prioridade é o desenvolvimento do processo clínico electrónico, uma vez que só assim é possível colocar o paciente no centro das atenções do sistema da saúde, uma vez que liberta os recursos do sistema de saúde de processos repetitivos para uma maior atenção ao paciente. Por sua vez, o próprio sistema electrónico permite um tratamento personalizado de cada paciente, uma vez que toda a informação sobre um paciente fica registada desde o primeiro contacto com o sistema de saúde (seja em casa, no centro de saúde, no hospital, em lares de idosos, nas ambulâncias, entre outros). Neste âmbito, ganha particular relevância a receita electrónica dos meios complementares de diagnóstico que trará um acréscimo de qualidade na prestação dos cuidados de saúde ao cidadão e, simultaneamente, reduzir custos através da eliminação de duplicações.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|---|---|------------------------|
| Portal e Centro de Atendimento | Implementar uma estrutura que irá combinar a informação disponível através de linhas telefónicas (call centers) com os conteúdos de portais de Internet. | Ministério da Saúde |
| Receita e Processo Clínico Electrónico | Promover a criação de um sistema que permita um tratamento personalizado de cada paciente, com toda a informação em termos de contacto e tratamento, funcionando ainda como meio complementar de diagnóstico. | Ministério da Saúde |

Fonte UMIC

Pretende-se também promover as soluções de telemedicina, especialmente nas regiões remotas do país, de forma a todo o país beneficiar dos melhores meios de diagnóstico disponíveis, tornando possível, por exemplo, fazer radiografias em locais remotos sem a necessidade de todo o investimento tecnológico de um posto de radiografia, ao mesmo tempo que se optimizam recursos a nível inter-institucional. O sistema de saúde necessita de intervenções sistémicas como o reforço da conectividade global em Banda Larga das instituições do sector da saúde por forma a suportar toda a troca de informações e de serviços clínicos. Neste contexto, ganha particular relevo o projecto de ligação das ambulâncias do INEM à urgências dos hospitais, que irá ter um grande impacto na eficácia do tratamento de urgência hospitalar. Adicionalmente, assume particular relevância o desenvolvimento de um sistema de gestão integrada para a rede hospitalar, que melhora a sua eficácia e eficiência.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|---|--|------------------------|
| Uma Rede em Banda Larga | Melhorar o desempenho da rede que interliga as redes de computadores das instituições do Ministério da Saúde, permitindo voz e imagem sobre IP, estabelecendo uma rede tecnologicamente evoluída (velocidade/processamento/protocolo) e garantindo a conectividade a todos os profissionais da saúde em banda larga com especial destaque para a comunicação centralizada entre os 31 hospitais empresa. | Ministério da Saúde |
| Ligação das ambulâncias do INEM às urgências dos Hospitais | Transmitir informação clínica relevante, via wireless, entre os veículos de emergência médica (ambulâncias) e os serviços de urgência das unidades hospitalares, públicas e privadas. | Ministério da Saúde |
| Sistema de gestão integrada para a rede hospitalar | Implementar um sistema de informação que permita a melhoria da eficiência e informação de gestão dos hospitais com impacto directo na capacidade de serviço aos clientes e de gestão do processo clínico (1ª Fase 31 hospitais empresa; 2ª Fase 114 hospitais). | Ministério da Saúde |

Fonte UMIC

Finalmente, é necessária a reestruturação do actual modelo de cartão de utente, que não relaciona o doente com o sistema nacional de saúde. O novo modelo de cartão de utente será uma espécie de bilhete de identidade médico de todos os portugueses, que possibilitará aumentar a capacidade de organização e de gestão de unidades médicas e hospitalares e de todo o serviço nacional de saúde e, eventualmente, deter informação clínica sobre cada doente no próprio cartão.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|----------------------|--|------------------------|
| Cartão Utente | Rever a situação do cartão de utente com o objectivo de permitir identificar cada cidadão perante o Serviço Nacional de Saúde e facultar o acesso a centros de saúde, consultas e urgências hospitalares, farmácias, laboratórios, garantindo a integridade informacional. | Ministério da Saúde |

Fonte UMIC

:: 6º Pilar – Novas Formas de Criar Valor Económico

O negócio electrónico dá acesso, a qualquer empresa, a um mercado global, permitindo-lhe alargar o seu universo de actuação e reduzir custos, facilitando a competitividade das PME em relação às empresas de grande dimensão. O desenvolvimento da Sociedade da Informação passa por criar valor para a economia portuguesa através do incentivo à expansão do modelo de negócio electrónico e à sua utilização pelos agentes económicos envolvidos nas várias fases da cadeia de valor, com particular destaque para as PME. A estratégia para este desenvolvimento passa pelos seguintes eixos de actuação:

. Adopção de um conjunto vital de medidas legislativas para o aumento da confiança e segurança na utilização de canais electrónicos;

- :: Desenvolvimento de soluções interoperáveis;
- :: Reforço da competitividade das empresas portuguesas a partir do sector de TIC;
- :: Desenvolvimento da actividade de teletrabalho;
- :: Projectos relacionados com a segurança;
- :: Participação efectiva na rede europeia de negócios electrónicos

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|--|---|---|
| Projecto “PIPE” – normalização da informação, simplificação dos procedimentos harmonização dos portos portugueses | Desenvolver uma solução integrada para aumentar internamente a eficiência do sector marítimo-portuário e promover a sua componente internacional. | UMIC / MOPTH / Administrações Portuárias / Instituto Marítimo Portuário / Associação dos Agentes Portuários (AGEPOR) / Associação de Portos |
| Actualização de Legislação Relevante | Constituir um grupo de trabalho que entre outras iniciativas garanta a transposição regular das directrizes comunitárias, acelere o processo legislativo relativo à utilização da factura digital, promova o processo relacionado com a certificação digital, actualize os Decretos-Lei 197/99 e 104/2002 | UMIC / Ministérios |

Fonte UMIC

:: 7º Pilar – Conteúdos Atractivos

Todos os pilares de desenvolvimento da Sociedade da Informação necessitam de conteúdos com significado económico, social, cultural e pessoal para os cidadãos, empresas e Administração Pública. Portugal tem uma indústria de conteúdos fragilizada por uma série de condicionantes. Por este motivo, o desenvolvimento da Sociedade da Informação terá de envolver uma aposta firme na promoção de conteúdos atractivos e úteis e no reforço da indústria de conteúdos em Portugal. Neste sentido foram definidos quatro eixos de actuação: i) promoção da dinâmica da indústria de conteúdos, ii) promoção de conteúdos atractivos e úteis, iii) promoção e dinamização do património cultural português, e iv) combate aos conteúdos ilegais e nocivos.

| Acções | Descrição | Entidades Responsáveis |
|-------------------------------|--|-------------------------------------|
| Portal da Cultura | Promover a criação de um portal agregador de conteúdos das várias entidades públicas ou privadas que possuam relevância em termos culturais (museus, bibliotecas, fundações, associações). O portal irá permitir o alojamento dos conteúdos e incluir apontadores para entidades nacionais e internacionais com relevância para o contexto cultural da Sociedade da Informação | UMIC / Ministério da Cultura |
| Portal do Conhecimento | Projecto que engloba quatro sub-projectos: digitalização da Biblioteca Nacional, digitalização das bibliotecas das universidades (MCES), digitalização das bibliotecas nacionais (Min. Cultura) e Biblioteca Científica Online (UMIC – publicações científicas online), interligadas entre si e a bibliotecas internacionais congéneres no âmbito de projectos europeus. | UMIC / Ministério da Cultura / MCES |

Fonte UMIC

O sucesso da implementação desta estratégia passa em larga medida pelo papel alavancador dado à Banda Larga cujo desenvolvimento será endereçado com base em princípios de racionalidade sócio-económica, não fazendo sentido propor o consumo de Banda Larga quando Banda Estreita satisfaz as necessidades e as capacidades do utilizador.

A estratégia nacional para a conectividade deverá assegurar que Portugal integre o grupo dos países líderes no eEurope 2005 neste domínio, através da massificação do acesso a serviços de Internet em Banda Larga pelos cidadãos e empresas, com o objectivo de aumentar os níveis de produtividade e coesão social nacionais.

Visão para o conceito de Banda Larga em Portugal


Principais orientações:

- :: Independente da plataforma tecnológica
- :: Ubíquo ao equipamento terminal
- :: Evolutivo no tempo para suportar conteúdos progressivamente mais complexos
- :: Flexível no espaço, ou seja, permitindo o acesso com vários graus de mobilidade
- :: Adequado ao nível de sofisticação e intensidade de utilização
- :: "Always On"
- :: De qualidade e segurança elevada

Banda Larga são todos os acessos, independentemente da tecnologia que, com a performance adequada, permitam estimular a utilização de conteúdos e aplicações interactivas progressivamente mais complexos e atractivos, adaptáveis às circunstâncias dos seus utilizadores quer em tempo, mobilidade, nível de sofisticação e finalidade

No contexto actual propomos para 2003 que sejam classificados como acessos de Banda Larga os acessos "always on" que permitam suportar aplicações interactivas de alto débito

Fonte UMIC

| | |
|--|--|
|  Massificar a Banda Larga em Portugal | Produtividade / Competividade Aumentar a produtividade e competitividade do tecido empresarial português através da Banda Larga para: <ul style="list-style-type: none"> :: Melhorar a eficiência da comunicação interna :: Promover o desenvolvimento profissional dos recursos e o acesso à informação :: Dinamizar a criação de redes colaborativas de empresas que, actuando em diferentes estágios da cadeia de valor, permitam o desenvolvimento mais eficaz e eficiente de produtos transaccionáveis de maior valor acrescentado |
| | Conhecimento e coesão social Promover o acesso e utilização da Internet de Banda Larga nos cidadãos como veículo indutor do conhecimento, valorização profissional e de coesão social |

Fonte UMIC

Através da implementação da Iniciativa Nacional para a Banda Larga, criar-se-ão as condições para que, desejavelmente, se atinjam, em 2005, os seguintes objectivos:

Fig 8. Objectivos para a Banda Larga em Portugal

| Indicadores | Objectivos |
|--|--------------------------------|
| Famílias com Ligação à Internet de Banda Larga | 50% |
| Empresas com Ligação à Internet de Banda Larga | >50% |
| Organismos da Administração Central com Ligação à Internet | 100% |
| Estabelecimentos Hospitalares com Ligação à Internet de Banda Larga | 100% |
| Número de Computadores com Ligação à Internet em Banda Larga por cada 100 alunos | Superior à Média Europeia |
| Postos Públicos com Ligação à Internet de Banda Larga | 16 por cada 100.000 habitantes |

Fonte UMIC

1.2 Avaliação Intercalar – Diagnóstico e Recomendações

A **primeira** conclusão que parece lícito extrair sobre a adequação do Programa Operacional Sociedade da Informação prende-se com a pertinência e relevância da sua própria existência e inclusão no QCAIII. Contudo, a forma concreta como essa intenção foi transposta para a construção de um Programa Operacional, foi demasiadamente marcada pela aparente dificuldade em identificar os aspectos chave onde se deveria proceder à localização das incitações aos actores que deveriam liderar o processo, e nesse sentido vai a nossa **segunda** conclusão sobre a adequação do POSI.

Poder-se-á dizer que o POSI foi vítima do seu próprio carácter inovador e que as suas insuficiências programáticas são por isso apenas o reflexo da elevada incerteza quanto aos caminhos a seguir e aos modelos mais adequados para promover a aquisição de competências, a disseminação no território e na população das TIC e a modernização do Estado.

O facto é que a racionalidade e o foco de intervenção do POSI são essencialmente difusos. Isto implicando que é difícil identificar quais os verdadeiros objectivos pretendidos dentre a multiplicidade daqueles que são formulados e que, em muitos casos, se repetem ao longo dos seus eixos e medidas. Podendo esta ser a **terceira** conclusão a extrair do trabalho efectuado.

Sendo os Programas Operacionais uma ligação entre instrumentos de planeamento de médio e longo prazo e a concretização de projectos pelos agentes relevantes, o seu domínio de actuação programática deve respeitar as orientações globais, sendo com estas consequente e articulado, mas deve também permitir a emergência de modos de actuação próprios dos agentes promotores de iniciativas. Trata-se assim, de um domínio a que se te vindo a designar de *meso*, por oposição a *macro* (planeamento) e *micro* (concretização das iniciativas). Ora o que se passa com a formulação estratégica e programática do POSI é que se posiciona frequentemente no nível macro (reproduzindo apenas orientações de instrumentos de planeamento de nível superior (PNDES, p.e) e nível micro (especificando tipologias concretas de intervenção), raramente se situando no plano intermédio onde deveria permanecer. Mas quando o faz não esclarece convenientemente quais os objectivos pretendidos e quais os indicadores pelos quais se irá medir o sucesso das iniciativas financiadas. E esta será a **quarta** conclusão que nos parece legítima extrair ao nível da adequação do POSI.

Deve neste contexto evidenciar-se que na formulação do POSI face ao quadro de indicadores de contexto avulta a ausência de incentivos orientados para as infra-estruturas de comunicações em Banda Larga, o que se pode assinalar como uma **quinta** conclusão que importa relevar.

Finalmente não pode deixar de se referenciar a deficiente articulação do POSI com os outros programas do QCA III. Tratando-se de um programa que visa intervir num domínio transversal de prioridade para os Fundos Estruturais, esta dimensão está presente em todos os outros PO o que implica a afinção de fronteiras da intervenção como forma de evitar duplicações e vazios. Tal não parece ter sido

parece ter sido efectuado com sucesso no caso do POSI e esta será a nossa **sexta** conclusão a propósito da adequação do PO.

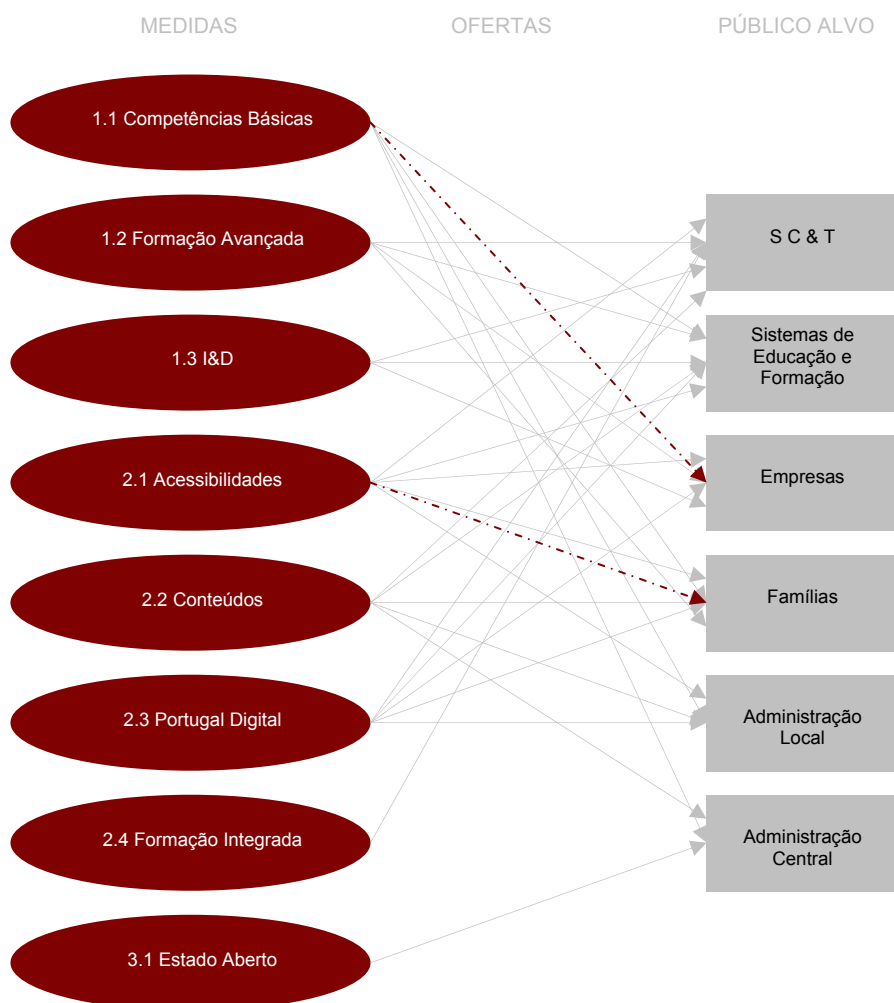
Atentos os elementos apresentados no relatório de avaliação e, sobretudo as conclusões explanadas, são, neste ponto do relatório apresentadas algumas recomendações sobre o POSI que parecem ser sustentáveis à luz dos vários elementos de avaliação recolhidos e da reflexão que sobre eles a equipa de avaliação realizou.

Uma primeira ideia que parece resultar clara entre os observadores e actores da execução do POSI é necessidade de reconfigurar o programa para responder às alterações de contexto a que nos referimos e que são, com *nuances*, aceites pelos diferentes *stakeholders* relevantes do processo (individualidades ligadas às diferentes fases da gestão, autoridades nacionais de gestão de fundos, Comissão Europeia, promotores com maior capacidade de apreciação de conjunto).

Existem contudo diferenças na concepção estratégica do sentido e profundidade das alterações necessárias que importa reconhecer e que abrangem um espectro significativo de sensibilidades, que sem muitas vezes serem explicitadas, são consideradas nas nossas reflexões sobre o tema.

Como ponto de partida para o estabelecimento das recomendações que o avaliador entendeu dever fixar, parece útil um exercício prévio de sistematização das conclusões que indique as linhas e as áreas em que as recomendações devem incidir.

A lógica de programação do POSI, definindo de forma muito aberta os produtos passíveis de apoio em cada medida, pode ser graficamente vista com se apresenta na figura seguinte.



Ou seja resulta evidente que um dos problemas do POSI é a dificuldade em articular medidas com produtos e com públicos alvo. Esta situação faz com que exista uma clara dificuldade em obter resultados significativos na generalidade das áreas de intervenção e seja muito assimétrica a adesão dos promotores e a execução das diferentes medidas.

A matriz seguinte pretende apresentar a articulação entre públicos alvo e medidas, ao mesmo tempo que apresenta uma visualização global dos resultados obtidos.

Matriz de articulação de produtos do POSI, públicos-alvo e resultados

| | Empresas | Administração Local | Administração Central | Sistema de Educação e Formação | Sistema Científico e Tecnológico | Famílias |
|------------------------------------|----------|---------------------|-----------------------|--------------------------------|----------------------------------|----------|
| 1.1 Competências Básicas | | | | | | |
| 1.2 Formação Avançada | | | | | | |
| 1.3 Investigação e Desenvolvimento | | | | | | |
| 2.1 Acessibilidades | | | | | | |
| 2.2 Conteúdos | | | | | | |
| 2.3 Portugal Digital | | | | | | |
| 2.4 Formação Integrada | | | | | | |
| 3.1 Estado Aberto | | | | | | |

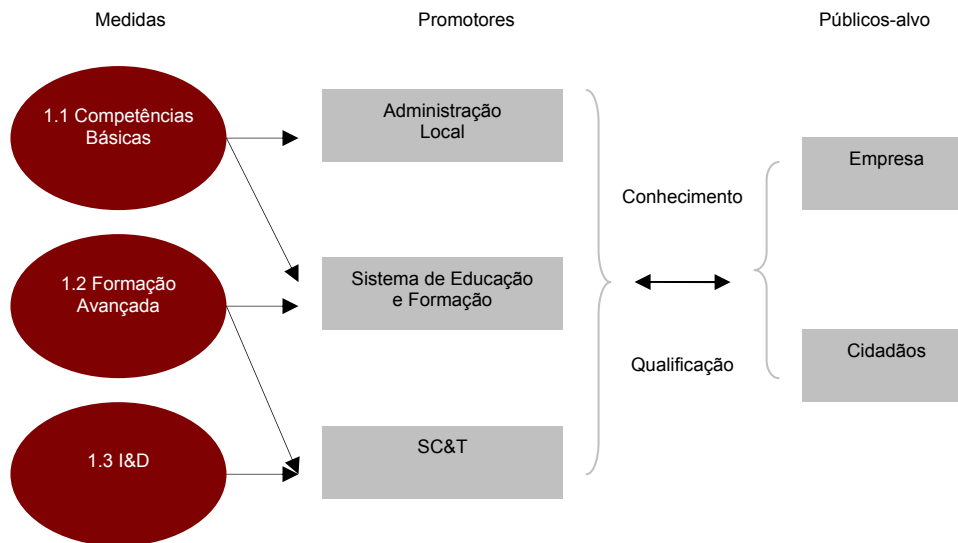
forte
 médio
 fraco

Ou seja, verifica-se uma clara agregação dos resultados em torno de três dos alvos do POSI, havendo igualmente assimetrias na execução.

O objectivo que se pretende obter com as recomendações que se seguem é introduzir uma lógica de programação que privilegie: a definição de alvos e resultados a obter; a identificação de uma cadeia de resultados e impactes que seja clara para todos os envolvidos.

As figuras seguintes apresentam, de forma esquemática os resultados que se pretendem e que se documentam de seguida com as recomendações efectuadas.

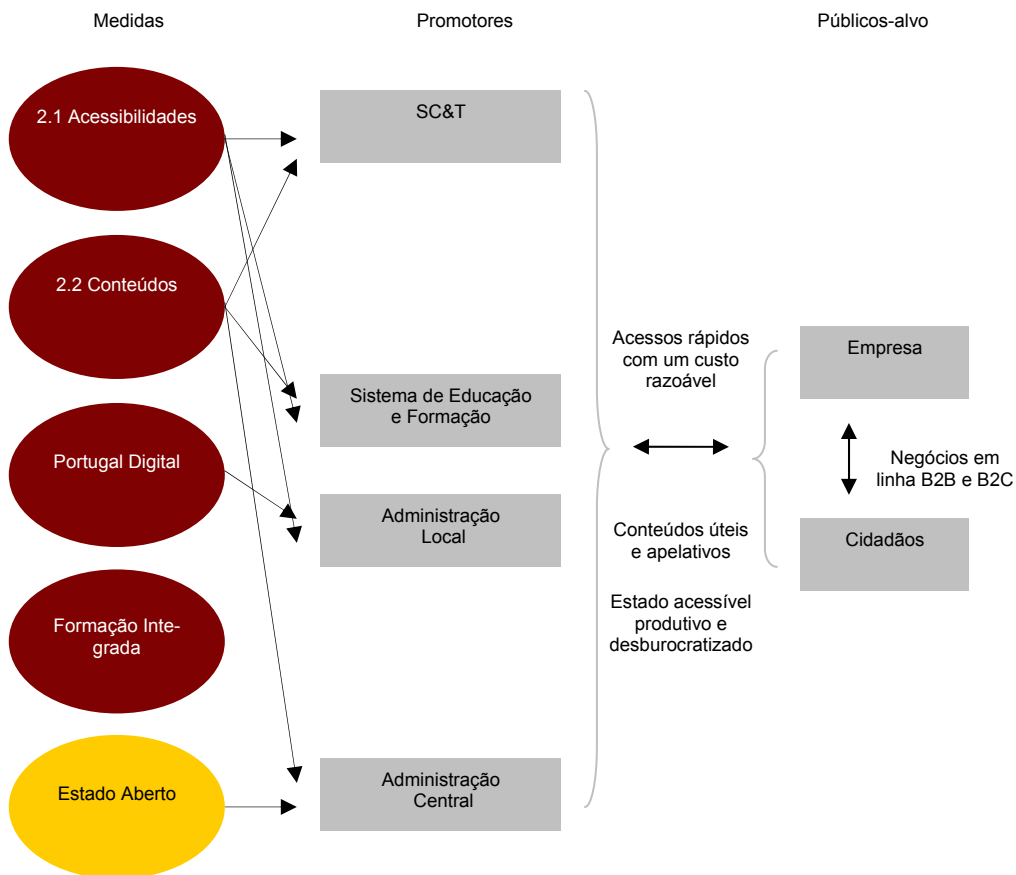
Cabe em primeiro lugar aceitar a dualidade do POSI, na medida em que comporta medidas e objectivos de natureza diferente, embora os efeitos sejam convergentes. Por um lado o Eixo 1 agrega medidas que estão orientadas para a produção de conhecimento e competências nas áreas da Sociedade da Informação, por outro os Eixos 2 e 3 que têm objectivos mais vastos ao nível da promoção da Sociedade da Informação, relativamente aos quais o conhecimento e a qualificação são instrumentais.



O modelo preconizado não se afasta substantivamente do actualmente existente, embora se pretenda clarificar (embora sem excluir outras possibilidades) que serão os actores que permitirão obter os resultados esperados. Note-se que os públicos-alvo são as empresas e os cidadãos.

Pretende-se igualmente que as ofertas do POSI permitam uma oferta integrada de conhecimento e qualificação consistente e adequada às necessidades quer das empresas quer dos cidadãos. Esta configuração não exclui, em qualquer situação que as empresas possam funcionar como promotores de projectos, quer enquanto parte do sistema de formação, quer enquanto parte do sistema científico e tecnológico. Uma vez que as empresas promovam actividades formativas ou actividades de I&D, em bom rigor passam a fazer parte destes sistemas.

Quanto à lógica da promoção de um Portugal Digital e de um Estado Aberto, objectivos dos Eixos 2 e 3 do POSI, a reconfiguração estratégica proposta passa por uma vez mais, identificar claramente que os alvos do PO são as empresas e os cidadãos. Os resultados das actividades desenvolvidas pelo POSI são identificados como sendo: (i) acessos rápidos a um custo razoável; (ii) conteúdos úteis e apelativos em português; (iii) um Estado acessível, produtivo e desburocratizado; e (iv) a promoção de negócios em linha (B2B e B2C). A lógica prevalecente nas actividades promovidas pelo POSI devendo neste caso ser a interoperabilidade e a integração, bem como a articulação clara com os objectivos propostos. Este conjunto de pressupostos pode ser visualizado na figura seguinte.



Trata-se essencialmente de identificar o quadro global em que as recomendações efectuadas devem ser vistas, no sentido em que a reorientação global do POSI no sentido de privilegiar o Governo Electrónico como um driver possível (e desejável, do ponto de vista do avaliador) para a promoção da Sociedade da Informação em Portugal, que não pode ser entendido como um processo de redução da abrangência do PO. Trata-se, outrossim, de uma escolha estratégica daquela que nos parece ser, neste momento e no futuro previsível (até 2006) a forma mais eficaz de obter os resultados pretendidos, concentrando esforços onde eles parecem poder ser mais facilmente reproduzíveis no tempo disponível.

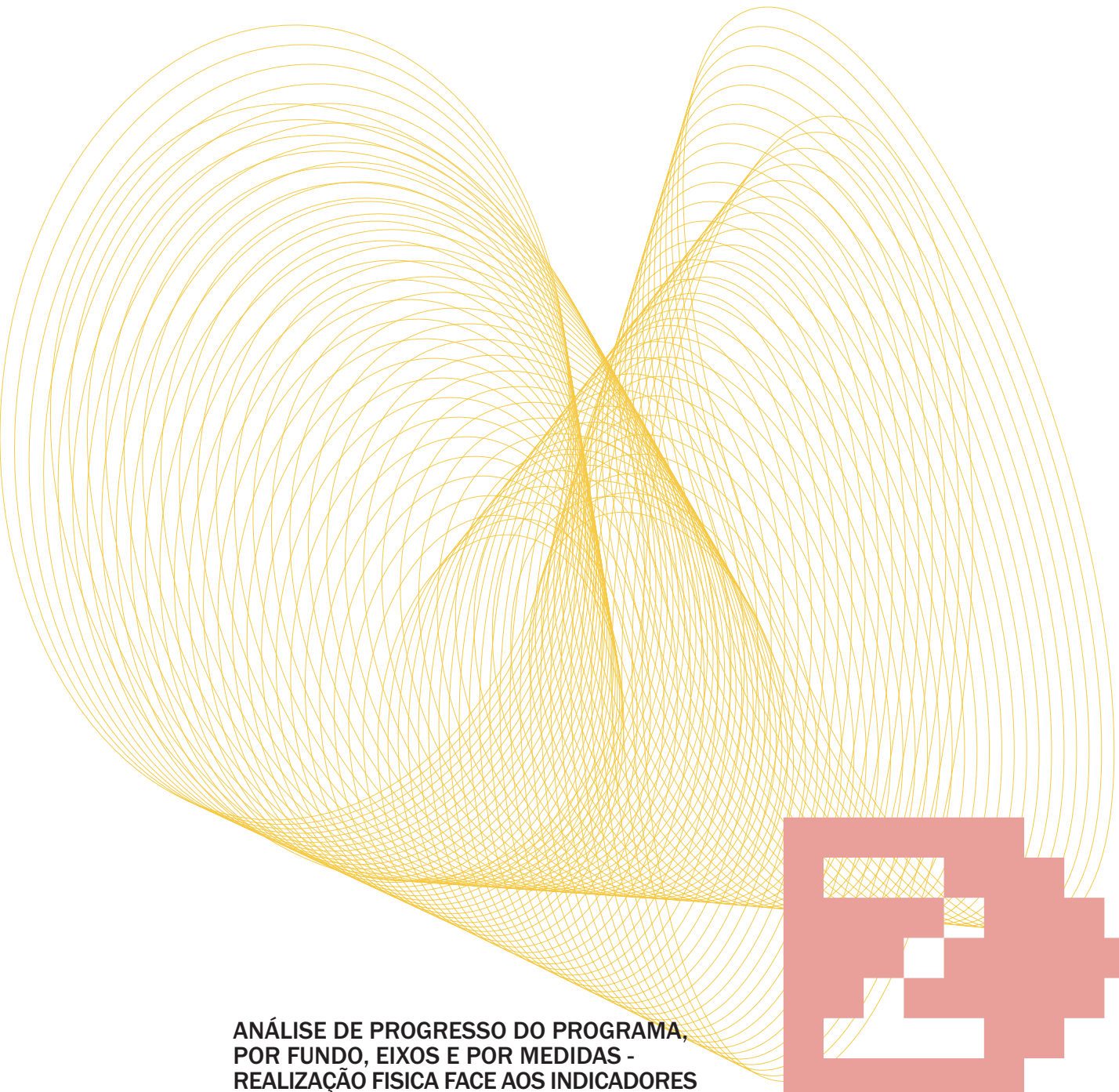
1.3. A dinamização de um novo ciclo para o POSI

Na sequência dos tópicos centrais dos dois principais referenciais da envolvente da intervenção em 2003 (Planos de Acção para a Sociedade da Informação e Resultados do Processo de Avaliação Intercalar do POSI), ficou estabilizado ao nível do Governo português a necessidade de aproveitar a reprogramação do Quadro Comunitário e as verbas lhe associadas para reposicionar o Programa.

Trata-se dum processo complexo, em fase de negociação com a Comissão Europeia, que permitirá adequar de forma prática o Programa aos novos desafios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, reforçando a sua execução, mecanismos de eficácia e eficiência e mecanismos de gestão, acompanhamento e controlo. Este exercício resultou dum compromisso entre as opções estratégicas

estratégicas mais adequadas assumidas pelo Governo português e a internalização de algumas das recomendações do processo de Avaliação intercalar do POSI.





**ANÁLISE DE PROGRESSO DO PROGRAMA,
POR FUNDO, EIXOS E POR MEDIDAS -
REALIZAÇÃO FÍSICA FACE AOS INDICADORES
E OBJECTIVOS**



2. ANÁLISE DE PROGRESSO DO PROGRAMA, POR FUNDO, EIXOS E POR MEDIDAS – REALIZAÇÃO FÍSICA FACE AOS INDICADORES E OBJECTIVOS

2.1. Análise global

O ano de 2003 foi marcado por dois momentos determinantes no progresso do Programa Operacional da Sociedade da Informação: por um lado, a aprovação pelo Governo dos Planos de Acção e de todo um conjunto de projectos neles integrados; por outro lado, a publicação das conclusões da avaliação intercalar do Programa, com a apresentação de um conjunto de recomendações muito concretas em relação ao seu posicionamento e funcionamento no futuro.

As dinâmicas associadas a estes dois momentos configuraram de forma central a reflexão sobre o enquadramento estratégico e operacional do Programa, numa fase determinante ao nível dos impactos das políticas públicas na área da Sociedade da Informação na União Europeia e no nosso país. De qualquer forma, mantiveram-se estabilizados os níveis operacionais da gestão corrente do Programa, caracterizados pelos seguintes vectores de actuação:



- :: Aposta na melhoria dos procedimentos e circuitos de funcionamento interno do Gabinete de Gestão, através da montagem dum Sistema Integrado de Gestão, Controlo e Informação, com níveis de resposta mais atempada e eficaz aos diferentes actores da envolvente (Tutela, Comissão Europeia, DGDR, IGFSE, promotores) ;
- :: Maior nível de acompanhamento operacional à execução dos diferentes projectos, assumindo de forma clara uma filosofia de “gestão ao cliente” junto dos promotores, no sentido de aumentar a qualidade e impacto dos resultados das acções em curso;
- :: Maior eficácia no funcionamento da cadeia de valor das diferentes medidas do Programa, com uma actuação central no cumprimento de prazos das diferentes fases do processo (avaliação das candidaturas, aprovação, análise de pedidos de pagamento e execução do pagamento, acompanhamento); embora não se tivesse ainda atingido o patamar de funcionamento ideal, são de registar níveis de resposta mais positivos, com impactos de continuidade e progressão em 2004;
- :: Dinamização operacional da função controlo, operacionalizada numa base de pedagogia positiva junto dos promotores no sentido de relevar a importância da demonstração da qualidade de execução e dos impactos dos diferentes projectos;

- :: Na sequência da publicitação dos Planos de Acção para a Sociedade da Informação e dos diferentes projectos que abarcam, o GG do POSI dinamizou um conjunto de acções praticas de comunicação e demonstração dos resultados das tipologias de acções financiadas:

O POSI continuou desta forma a assumir o seu papel central de financiador de acções estruturantes na área da Inovação e da Sociedade do Conhecimento, procurando melhorar níveis de performance interna e de articulação com a envolvente, passos essenciais para o preparar para os novos desafios decorrentes da implementação dos Planos de Acção do Governo e das dinâmicas de ajustamento decorrentes das conclusões do processo de Avaliação Intercalar.

2.2. Análise por Eixo Prioritário

A execução do Eixo 1 do Programa Operacional Sociedade da Informação foi caracterizada por duas dimensões, associadas à distinta natureza das medidas.

Por um lado, na medida 1.1., associada ao DCB (Diploma de Competências Básicas), concretizou-se a operacionalização de uma Rede Nacional da concessão de Diplomas, envolvendo os Espaços Internet, os Centros de Emprego, as ESES (tendo em vista a acção nas Escolas), as Instituições de Solidariedade Social e outras entidades com cobertura da sociedade civil, para além da rede da FDTI (Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação) já em andamento. Os primeiros resultados práticos do funcionamento desta Rede já apareceram em 2003 mas só verdadeiramente em 2004 começaram a fazer aumentar os níveis de execução operacional e financeira da medida.

No que se refere às medidas ligadas às Competências Avançadas, a Projectos de Investigação e a Projectos de Investigação em Consórcio, a situação correspondeu a uma continuidade de trabalho já devidamente consolidado e a introdução de uma nova tipologia de projectos (apoio à participação de consórcios nacionais ao 6 Programa Quadro). Assim, no respeitante à Formação Avançada, no âmbito do Contrato Programa com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, foram aprovadas mais Bolsas de Mestrado e Doutoramento em áreas directamente ligadas às TIC, procurando-se reforçar o impacto prático nas empresas, nos seus processos e produtos, dos resultados dos projectos de investigação financiados.

Em termos da medida 1.3., para além da execução e acompanhamento dos Projectos I&D no âmbito dos Contratos-Programa com a FCT e a ADI (Agência de Inovação), foram aprovados projectos com despesas de participação de consórcios nacionais no 6 Programa Quadro na área do IST, uma iniciativa articulada com o POCTI, que financiou as outras áreas deste importante Programa Europeu de I&D.

No tocante ao Eixo 2, o mais importante do ponto de vista financeiro do Programa, o ano 2003 foi marcado pela assumpção da Banda Larga como o grande “driver” da implementação da Sociedade da Informação no terreno, adaptando-se as tipologias de projectos das diferentes medidas a esta nova dinâmica:

- :: No caso das acessibilidades, é de destacar o ajustamento feito nos Espaços Internet de base municipal em termos de “upgrading” para a Banda Larga, para além do lançamento de um edital para aprovação de uma nova tipologia de projecto, os Pontos Públicos de Acesso em Banda Larga, a disponibilizar em locais de grande tráfego;
- :: Na medida dos conteúdos, para além da execução e acompanhamento dos projectos aprovados ao longo de 2002, foi lançado um novo Edital de Conteúdos em Banda Larga, ao qual concor-

concorreram 264 projectos envolvendo as mais variadas entidades e em diferentes áreas de intervenção;

- :: Nas Cidades e Regiões Digitais, importante medida pela dimensão financeira e pelo impacto ao nível da implementação da SI no território, depois de organizadas as diferentes candidaturas segundo uma matriz coerente e homogénea, procedeu-se à aprovação do “Guia Operacional” que veio permitir uma articulação das candidaturas com os Planos de Acção (de destacar, neste âmbito, a importância destes Projectos para a dinamização da Banda Larga no território); associada à dinamização destes Projectos, estabilizou-se uma matriz de formação à medida dos actores destas tipologias de projectos, corporizada na medida 2.4.

Quanto ao Eixo 3, Estado Aberto, financiador da implementação do Governo Electrónico e da Modernização da Administração Pública, para além da execução e acompanhamento dos projectos em curso, de destacar dois pontos:

- :: O financiamento de Projectos Estruturantes dinamizados pela UMIC (casos dos Portal do Cidadão e das Compras Electrónicas);
- :: Na sequência da implementação do Plano do Governo Electrónico e da dinamização da Comissão Interministerial para a Inovação e Conhecimento, foi aberto um Edital que recebeu mais de cem candidaturas visando acções inovadoras e de melhoria da maior parte das entidades ministeriais.



2.3. Análise por Medida

EIXO I

:: Medida 1.1 “Competências Básicas” (FSE)

Durante 2003, conforme referido anteriormente, deram-se passos no sentido da operacionalização duma Rede Nacional de apoio à implementação de Competências Básicas, formalizadas no DCB.

Neste contexto, é de destacar o trabalho realizado no sentido de envolver os Espaços Internet e Centros de Emprego como actores centrais de dinamização local, complementando de forma directa a actuação da FDTI (camadas mais jovens) e FCCN (envolvendo a rede de ESES), com resultados já confirmados. Trata-se dum projecto altamente inovador do ponto de vista de formação em TIC, constituindo um verdadeiro instrumento de enquadramento de cidadania na Sociedade do Conhecimento.

LISTA DE INDICADORES CONSTANTES DO COMPLEMENTO DE PROGRAMAÇÃO

| MEDIDAS | Indicadores de Resultado e de Realização Física | Unid. | Quantidade | Reprovados | Desistentes | Metas | |
|--|---|---------|------------|------------|-------------|---------|---------|
| | | | | | | 2003 | 2006 |
| 1.1 Competências básicas | de Resultado | | | | | | |
| | Diplomas de competências básicas concedidos | nº | 97.359 | 3.255 | 266 | | |
| | de Realização Física | | 0 | | | | |
| | Volume de formação | Horas | 197.575 | | | | |
| | Formandos do sexo masculino | Nº | 186.863 | | | | |
| | Formandos do sexo feminino | Nº | 201.767 | | | | |
| | Formandos por idade < 15 anos | Nº | 327.779 | | | | |
| | Formandos por idade 15-19 | Nº | 15.508 | | | | |
| | Formandos por idade 20-24 | Nº | 5.863 | | | | |
| | Formandos por idade 25-34 | Nº | 13.402 | | | | |
| | Formandos por idade 35-44 | Nº | 11.295 | | | | |
| | Formandos por idade 45-49 | Nº | 8.120 | | | | |
| | Formandos por idade 50-54 | Nº | 4.786 | | | | |
| | Formandos por idade 55-64 | Nº | 1.563 | | | | |
| | Formandos por idade > 64 anos | Nº | 314 | | | | |
| | Formandos empregados | Nº | 39.321 | | | | |
| | Formandos desempregados à procura do 1º emprego | Nº | 16.387 | | | | |
| | Formandos desempregados | Nº | 3.700 | | | | |
| | Formandos outros | Nº | 329.222 | | | | |
| Provas de certificação dirigidas à obtenção do diploma de competências básicas | Nº | 100.880 | | | | 260.000 | 720.000 |

Obs: A diferença entre os indicadores de resultado e de realização física reside nos formandos que estão abrangidos pelo volume de formação, mas que dada a natureza do projecto da FCCN, não estão englobados na realização de Diplomas de Competências

Apesar da concentração do trabalho agora realizado em matéria de formação e exames nas camadas mais jovens, foram dados passos no sentido de envolver outros segmentos populacionais (com destaque para as camadas mais idosas) e de abarcar as zonas interiores e mais desfavorecidas.



:: Medida 1.2 - “Formação Avançada” (FSE)

Na sequência da abertura dos concursos por parte da FCT foram aprovadas neste ano, para financiamento pelo POSI, o seguinte número de bolsas:

Número de bolsas financiadas no âmbito do POSI EM 2003 por tipo de bolsa

| Tipo de Bolsa | Número de Bolsas |
|------------------------------------|------------------|
| Bolsas de Mestrado | 28 |
| Bolsas de Doutoramento | 267 |
| Bolsas de Pós-Doutoramento | 78 |
| Bolsa para Cientista Convidado | 2 |
| Bolsas de Gestão em C&T | 102 |
| Bolsas de Investigação Científica | 3 |
| Bolsas de Investigação | 10 |
| Bolsa para Técnico de Investigação | 7 |
| Bolsas para Licença Sabática | 28 |
| TOTAL | 525 |

Os resultados do Contrato-Programa com a FCT na gestão das Bolsas têm permitido um avanço bastante positivo feito em matéria de Formação Avançada na área das TIC e da sua aplicação à modernização do tecido empresarial nacional e espera-se em 2004 alargar o campo desta Formação a outros domínios de intervenção e com uma participação mais activa e efectiva do tecido empresarial.



O ano de 2003 foi desta forma um ano marcante do ponto de vista de aprovação do número de Bolsas, com uma predominância das componentes de Doutoramento, Gestão em C&T e Pós-Doutoramento. No sentido de enquadrar os resultados dos projectos de investigação em TIC realizados pelos Bolsei-

Bolseiros, serão reforçados os laços de ligação com intenções da procura empresarial, de forma a potenciar a criação de valor em produtos e processos no mercado.

Número de bolsas financiadas no âmbito do POSI desde o início do Programa até final de 2003 por tipo de bolsa

| Tipo de Bolsa | Número de Bolsas |
|------------------------------------|------------------|
| Bolsas de Mestrado | 47 |
| Bolsas de Doutoramento | 338 |
| Bolsas de Pós-Doutoramento | 84 |
| Bolsa para Cientista Convidado | 3 |
| Bolsas de Gestão em C&T | 102 |
| Bolsas de Investigação Científica | 11 |
| Bolsas de Investigação | 10 |
| Bolsa para Técnico de Investigação | 10 |
| Bolsas para Licença Sabática | 28 |
| TOTAL | 633 |

:: Medida 1.3 - “Investigação e Desenvolvimento” (FEDER)

A área da investigação em consórcio tem sido alvo de um particular cuidado, estando a parceria entre empresas e instituições do sistema científico e tecnológico a ser incentivada. Assim, os Contratos – Programa com a FCT e com a Agência de Inovação permitiram o desenvolvimento de Projectos altamente inovadores, em áreas de alto interesse estratégico para o país e com uma verdadeira parceria estratégico operacional entre Universidades, Empresas e Centros I&D (conforme listagens constantes dos Anexos) e que permitem expectativas positivas de evolução comportamental dos Indicadores desta área.

| Indicadores | Unid | Quantidade |
|--|------|------------|
| De Resultado | | |
| Projectos Concluidos | Nº | 53 |
| De Realização Física | | |
| Instituições envolvidas no desenvolvimento dos projectos | Nº | 2906 |
| Projectos apoiados | Nº | 460 |
| Projectos apoiados em consorcio | Nº | 253 |



EIXO II

:: Medida 2.1 – Acessibilidades (FEDER)

A disponibilização de uma rede de pontos de acesso generalizado ao computador e à Internet que cubra, de uma forma social e regionalmente equilibrada o país, numa perspectiva de info-inclusão é o principal objectivo desta medida, para cujo cumprimento, a execução destes primeiros três anos programa, se tem vindo a aproximar.

Com efeito, no final de 2003, no contexto de candidaturas aprovadas nesta medida e por grandes conjuntos de entidades, o acesso gratuito à Internet estava assegurado nas escolas do ensino básico e secundário (11 000), em 219 Espaços Internet de iniciativa municipal, 773 Juntas de Freguesia, 167 Instituições Particulares de Solidariedade Social, 92 Colectividades de Cultura e Recreio, 50 Centros de Formação Profissional geridos pelo IEFP e de gestão participada.

De notar que, na sua totalidade, as IPSS e os Centros de Formação Profissional referidos foram aprovados durante o ano de 2003, tendo a selecção e análise das IPSS sido efectuada ao abrigo do contrato programa estabelecido entre o POSI e o Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

Face às novas prioridades estabelecidas pelo eEurope 2005 e a estratégia nacional adoptada através da Iniciativa Nacional para a Banda Larga, são lançadas neste ano, no âmbito do POSI, as primeiras acções para apoio à projectos que visem a massificação do acesso e da utilização segura da Internet em banda larga.

Assim, dentro do quadro de objectivos desta Medida foi preparado e lançado em Julho um concurso para projectos de criação de Pontos de Banda Larga em locais de grande visibilidade e fácil e frequente acesso, em horários alargados, com disponibilização gratuita de alguns conteúdos de natureza pública.

De acordo com as características da respectiva localização física, estes poderiam assumir as seguintes tipologias: PC (computadores pessoais como terminais de acesso em banda larga), WIFI (rede sem fios, seguindo a norma 802,11), Pontos de Rede (rede de 10/100 Mb , com fios), Quiosque (terminal fixo, robusto com funcionalidades de acesso à Internet).

Em 31 de Outubro, dia de encerramento do concurso, mais de três dezenas de entidades públicas tinham apresentado candidaturas, que no seu conjunto ultrapassava largamente o tecto financeiro de apoio POSI programado para este concurso.

Os projectos seleccionados vieram a ser homologados logo no início de 2004. Destes destacamos, pela sua expansão:

- :: O projecto da Parque EXPO - envolve 100 pontos de acesso wireless instalados ao longo da EXPO e 32 PC instalados em salas próprias e 10 quiosques ;
- :: O projecto da REFER - instala 2 quiosques em 31 estações ferroviárias (4 na Estação do Oriente)
- :: O projecto FastAccess – instala 100 pontos wireless e 100 quiosques em postos GALP ao longo das auto-estradas e em dependências da CGD

| Medida | Indicadores de Resultado e de Realização Física | Unid. | Ponto Partida | Executado à data | Metas | |
|--------|--|-------|---------------|------------------|-------|-------|
| | | | | | 2003 | 2006 |
| | De Resultado | | | | | |
| | Postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos | % | - | 50% | 100% | 100% |
| | Postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias | % | - | 18% | 0% | 100% |
| | Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico com acesso à Internet | % | - | 100% | 0% | 100% |
| | De Realização Física | | | | | |
| 2.1 | Postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos (*) | Nº | - | 123 | 307 | 307 |
| | Postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias | Nº | - | 773 | 0 | 4.241 |
| | Outros postos/espacos públicos de acesso à Internet | Nº | - | 343 | 0 | 0 |
| | Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos | Nº | - | 1.075 | 0 | 0 |
| | Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias (**) | Nº | - | 773 | 0 | 0 |
| | Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet noutros espacos | Nº | - | 6.353 | 0 | 0 |
| | Computadores com adaptações para CNE nos postos/espacos públicos de acesso à Internet | Nº | - | 83 | 0 | 0 |
| | Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico com acesso à Internet | Nº | 220 | 10.345 | 0 | 8.000 |
| | Associações com acesso à Internet | Nº | 80 | 29 | | |

(*) - 123 corresponde ao número de projectos de Espaços Internet autarquicos aprovados com execução financeira. Alguns projectos são promovidos por Associações de Municípios - (Lezíria do Tejo, Oeste, AMAVE, Terra Quente Transmontana) - que envolvem Espaços Internet em cada um dos concelhos. Assim, o número total de Espaços Públicos nos concelhos é de 154.

(**) Postos /espacos públicos criados nas Juntas de Freguesia para utilização da população

:: Medida 2.2 Conteúdos (FEDER)

Ao longo do ano de 2003, fruto do desenvolvimento natural dos projectos aprovados nesta Medida, começam a ser disponibilizados na Internet, em sites criados de raiz ou reformulados, conteúdos em língua portuguesa, de temáticas diversas, para cuja criação e disponibilização o co-financiamento público, nacional e comunitário, através do POSI, constitui um elemento determinante.

Apresentamos em anexo uma lista constituída pelos mais de 60 sites constituídos ou enriquecidos com os conteúdos referidos.

Durante o primeiro semestre do ano em análise, mantendo-se encerrado o período de aceitação de candidaturas desde Abril do ano anterior, é concluída a análise aos projectos entrados no Gabinete anteriormente a esta dada, vindo 15 a ser objecto de aprovação. Contam-se entre eles projectos de dimensão muito significativa, promovidos pela Biblioteca Nacional, Fundação C. Gulbenkian, INE, Associação de Estudos Portugueses, Centro Nacional de Cultura, Patriarcado de Lisboa, etc.

Em Outubro, no sentido de contribuir para as metas estabelecidas na Iniciativa Nacional para a Banda Larga, é lançado, no âmbito desta Medida, um concurso para financiamento de projectos de produção ou disponibilização de conteúdos e respectivas aplicações em português na Internet, sendo dada especial preferência a conteúdos e aplicações para Internet em Banda Larga. Foram identificados como domínios preferenciais - cultura portuguesa, ciência, educação, ambiente e coesão social.

Em resposta a este Edital, o Gabinete de Gestão do POSI recebeu 260 candidaturas. Após um processo de análise processual pela EAT POSI, que decorreu durante o ultimo trimestre de 2003, as candidaturas encontram-se presentemente em análise, de acordo com o Regulamento de Acesso da Medida 2.2, por um painel de avaliadores independentes entretanto criado.

| Medida | Indicadores de Resultado e de Realização Física | Unid. | Ponto Partida | Situação em 31-12-2003 | |
|--------|--|-------|---------------|------------------------|--|
| 2.2 | De Resultado | | | | |
| | Entidades envolvidas nos projectos de conteúdos | Nº | - | 92 | |
| | Pessoas potencialmente abrangidas por projectos de e-learning | Nº | - | | |
| | Entidades que promovam projectos de e-learning | Nº | - | | |
| | De Realização Física | | | | |
| | Sites aprovados* | Nº | - | 50 | |
| | Sites aprovados com adaptações para CNE | Nº | - | 1 | |
| | Projectos de e-learning aprovados | Nº | - | 3 | |
| | Outros projectos de conteúdos* | Nº | - | 102 | |
| | Acções de divulgação na área da Sociedade da Informação* | Nº | - | 2 | |
| | * considerados apenas os sites criados de raiz com a aprovação do projecto | | | | |
| | * numero de projectos de conteudos aprovados | | | | |

:: Medida 2.3 - Projectos Integrados – Das Cidades Digitais ao Portugal Digital e Medida
 :: Medida 2.4 – Acções Integradas de Formação

O Programa Cidades e Regiões Digitais constituiu desde o seu lançamento, para os eventuais promotores, um desafio novo, tão ambicioso quanto complexo.

A diversidade da tipologia das acções enquadráveis, o carácter imaterial dos respectivos outputs, a figura da parceria como elemento agregador dos múltiplos actores envolvidos, a complexidade do domínio tecnológico e a exigência de uma gestão profissionalizada constituem requisitos específicos destes projectos, e implicam, da parte dos promotores, a definição de uma estratégia mais complexa que a da maioria dos projectos apresentados e executados no âmbito dos anteriores QCA.

No sentido de dar resposta à operacionalização destes projectos, enquadrando-os na estratégia nacional definida para este sector, facilitando a apresentação de propostas coerentes e viáveis e garantindo um acompanhamento adequado e eficaz por parte do Gabinete de Gestão do POSI, foi preparado, durante o primeiro semestre do ano, o “Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais.”.

Na sequência da sua publicação em Setembro de 2003, foi levada a efeito uma ampla tarefa de divulgação do mesmo por todo o país, junto da grande diversidade de promotores interessados e entretanto já identificados.

Tratou-se de um trabalho que se veio a revelar moroso mas indispensável à criação das condições que facilitassem a apresentação de projectos com objectivos e metas bem definidos e cuidadosamente preparados em termos de sustentabilidade económica e financeira futura.

No final do ano, estava concluído, ou quase concluído, o primeiro conjunto de candidaturas alinhadas com o Guia de Operacionalização, o qual deverá ser objecto de homologação no início de 2004.

Trata-se de candidaturas na maioria dos casos promovidas pelas Associações de Municípios, com uma abrangência territorial significativa e em que a componente Governo Electrónico Local Em Banda Larga assume uma importância relevante.

Em termos de aprovações, foram aprovados no primeiro trimestre de 2003, portanto ainda antes da consolidação conceptual definitiva destes projectos integrados que o Guia veio permitir, três candidaturas – Aveiro Digital, Maia Digital e Madeira Digital. Simultaneamente ao lançamento da sua execução, estes projectos estão, na medida do possível, a assumir o modelo definido pelo Guia.



| APROVADO | | | |
|------------|---|-------|------------|
| Medida 2.3 | Indicadores de Realização Física | Unid. | Quantidade |
| | de Realização Física | | |
| | Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados | Nº | - |
| | Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados destinadas a CNE | Nº | - |
| | Agências de desenvolvimento regional envolvidas nos projectos integrados | Nº | 187 |
| | Câmaras Municipais envolvidas nos projectos integrados | Nº | - |
| | Juntas de Freguesia envolvidas nos projectos integrados | Nº | 1 |
| | Instituições de Ensino envolvidas nos projectos integrados | Nº | 40 |
| | Direcções Regionais de Educação envolvidas nos projectos integrados | Nº | - |
| | Administrações Regionais de Saúde envolvidas nos projectos integrados | Nº | 18 |
| | Hospitais envolvidos nos projectos integrados | Nº | - |
| | Centros de Saúde envolvidos nos projectos integrados | Nº | 3 |
| | Associações comerciais, industriais e empresariais envolvidas nos projectos integrados | Nº | 1 |
| | Empresas envolvidas nos projectos integrados | Nº | - |
| | Outras entidades públicas envolvidas nos projectos integrados | Nº | 2 |
| | Outras entidades privadas envolvidas nos projectos integrados | Nº | 3 |
| | Sites criados de divulgação dos projectos integrados e de informação de interesse público | Nº | 32 |
| | Postos/espacos públicos com acesso à Internet criados em projectos integrados | Nº | 7 |
| 2.3 | EXECUTADO | | |
| | de Realização física | | |
| | Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados | Nº | 0 |
| | Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados destinadas a CNE | Nº | 0 |
| | Agências de desenvolvimento regional envolvidas nos projectos integrados | Nº | 57 |
| | Câmaras Municipais envolvidas nos projectos integrados | Nº | 0 |
| | Juntas de Freguesia envolvidas nos projectos integrados | Nº | 0 |
| | Instituições de Ensino envolvidas nos projectos integrados | Nº | 18 |
| | Direcções Regionais de Educação envolvidas nos projectos integrados | Nº | 0 |
| | Administrações Regionais de Saúde envolvidas nos projectos integrados | Nº | 13 |
| | Hospitais envolvidos nos projectos integrados | Nº | 0 |
| | Centros de Saúde envolvidos nos projectos integrados | Nº | 1 |
| | Associações comerciais, industriais e empresariais envolvidas nos projectos integrados | Nº | 1 |
| | Empresas envolvidas nos projectos integrados | Nº | 0 |
| | Outras entidades públicas envolvidas nos projectos integrados | Nº | 1 |
| | Outras entidades privadas envolvidas nos projectos integrados | Nº | 2 |
| | Sites criados de divulgação dos projectos integrados e de informação de interesse público | Nº | 13 |
| | Postos/espacos públicos com acesso à Internet criados em projectos integrados | Nº | 3 |

A medida 2.4 irá começar a ser operacionalizada com as Acções de Formação na Rede de Cidades e Regiões Digitais, assumindo-se como vital no êxito destes projectos integrados. Pretende-se qualificar os diferentes actores envolvidos nestes projectos integrados (equipas de gestão, autarquias, associações relevantes do território) no sentido de desenvolverem com a máxima eficácia possível as diferentes actividades previstas no terreno.

Eixo III

:: Medida 3.1. – “Estado Aberto” (FEDER)

A dinamização dos Projectos Estruturantes da UMIC (Portal do Cidadão, Compras Electrónicas, entre outros) e a operacionalização no terreno de vários Projectos de Entidades da Administração Pública deram um claro impulso a esta importante medida, conforme se pode ver pelo quadro abaixo

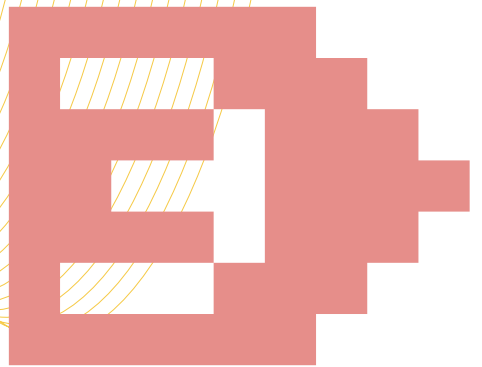
:: Indicadores de Medida

| Indicadores Físicos | Unidade | Aprovado | Realizado |
|--|---------|----------|-----------|
| redes locais instaladas | n.º | 174 | 146 |
| aplicações informáticas/BD desenvolvidas | n.º | 72 | 10 |
| Projectos aprovados que visem a prestação de serviços electrónicos | n.º | 21 | 1 |
| websites desenvolvidos | n.º | 30 | 2 |

O Governo Electrónico constitui uma prioridade central dos Planos de Acção para a Sociedade da Informação e os diferentes projectos financiados neste Eixo, com impactos aqui apresentados, têm um papel fundamental nos resultados que e venham a alcançar.



EXECUÇÃO FINANCEIRA



3. EXECUÇÃO FINANCEIRA

3.1. Aprovações e despesa efectuada

Durante o ano de 2003 realizaram-se 5 reuniões da Unidade de Gestão do POSI, tendo-se ainda procedido a duas consultas aos membros da UG através de procedimento escrito.

O montante aprovado acumulado para projectos do POSI, no que se refere à Despesa Pública Total FEDER em 31 de Dezembro de 2003 é de € 356.967.565 e de € 50.900.226 relativamente às medidas do FSE totalizando € 407.867.791, conforme se pode verificar no quadro abaixo, evidenciando desta forma uma preocupação de implementação do Programa no terreno

Quadro 1 – Montantes Aprovados

Unidade: euro

| Montantes Aprovados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|---------------------|---------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 356.967.565 | 184.084.807 | 74.531.544 | 42.083.082 |
| FSE | 50.900.226 | 26.681.733 | 8.199.421 | 3.763.305 |
| TOTAL | 407.867.791 | 210.766.540 | 82.730.965 | 45.846.387 |

Foi realizado um elevado esforço de execução durante o ano de 2003, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

Quadro 2 – Montantes Executados

Unidade: euro

| Montantes Executados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 90.547.889 | 46.652.168 | 27.062.213 | 13.676.375 |
| FSE | 18.095.578 | 11.399.056 | 10.948.425 | 6.550.181 |
| TOTAL | 108.643.467 | 58.051.224 | 38.010.639 | 20.226.556 |

Legenda: D.P.T. - Despesa Pública Total

3.2. Eixo Prioritário I

O quadro seguinte evidencia o montante de aprovações durante e até ao ano 2003.

Montante Aprovado até 31-12-2003

Unidade: euro

| Montantes Aprovados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 64.068.449 | 33.086.131 | 5.032.837 | 2.759.475 |
| FSE | 46.138.023 | 23.907.359 | 5.549.675 | 2.381.049 |
| TOTAL | 110.206.472 | 56.993.490 | 10.582.512 | 5.140.524 |

Em termos de execução, a demora no arranque do DCB (Medida 1.1) e os atrasos registados na gestão do Contrato-Programa com a FCT explicam os níveis de execução explicitados no quadro abaixo.

A redução do montante FEDER aprovado para 2000-03 deve-se, sobretudo, à reprogramação financeira em baixa de um projecto (no valor de 7.159.982,85€) que teve um grande impacto sobre o total das aprovações para o Eixo 1. Contudo, tal impacto foi atenuado pelas aprovações realizadas no âmbito do 6º Programa-Quadro.

Montante Executado até 31-12-2003

Unidade: euro

| Montantes Executados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 12.333.764 | 5.907.217 | 916.848 | 492.047 |
| FSE | 16.192.694 | 10.252.119 | 10.428.700 | 6.303.763 |
| TOTAL | 28.526.458 | 16.159.336 | 11.345.548 | 6.795.810 |

3.3. Eixo Prioritário II

A dinâmica de aprovações registada neste Eixo ao longo de 2003 encontra-se espelhada no quadro abaixo:

Montante Aprovado até 31-12-2003

Unidade: euro

| Montantes Aprovados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|---------------------|---------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 263.021.106 | 129.194.083 | 60.366.642 | 32.845.026 |
| FSE | 2.327.376 | 1.417.754 | 1.721.906 | 1.000.542 |
| TOTAL | 265.348.481 | 130.611.837 | 62.087.547 | 33.845.568 |

Montante Executado até 31-12-2003

| Montantes Executados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | |
| FEDER | 68.442.097 | 33.930.028 | 24.093.756 | |
| FSE | 44.892 | 31.424 | 44.892 | |
| TOTAL | 68.486.989 | 33.961.452 | 24.138.648 | |

A medida 2.4. Acções Integradas de Formação (FSE), não executou qualquer montante durante o ano 2003.

3.4. Eixo Prioritário III

Em termos do Eixo relativo ao Estado Aberto, durante o ano de 2003 a aprovação e implementação de vários Projectos Estruturantes (Portal do Cidadão, Compras Electrónicas) dinamizados pela UMIC e o elevado interesse manifestado pelas mais variadas Entidades da Administração Pública na implementação do Governo Electrónico reforçaram o nível de compromissos e de execução, com perspectivas de boa continuidade em 2004.

Montante Aprovado até 31-12-2003

Unidade: euro

| Montantes Aprovados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|---------------------|---------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 25.931.164 | 19.448.361 | 7.983.427 | 5.987.570 |
| FSE | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 25.931.164 | 19.448.361 | 7.983.427 | 5.987.570 |

3.5. Eixo Prioritário IV

O GG – POSI tem procurado assegurar boas taxas de aprovação e execução da Assistência Técnica, de forma a fazer um bom acompanhamento dos Projectos, conforme evidenciado nos quadros seguintes:

Aprovações da Assistência Técnica até 31-12-2003

Unidade: euro

| Montantes Aprovados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|---------------------|---------------------|------------------|------------------|----------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 3.946.847 | 2.356.233 | 1.149.638 | 491.010 |
| FSE | 2.434.827 | 1.356.620 | 927.842 | 381.714 |
| TOTAL | 6.381.674 | 3.712.853 | 2.077.480 | 872.724 |

Execução da Assistência Técnica até 31-12-2003

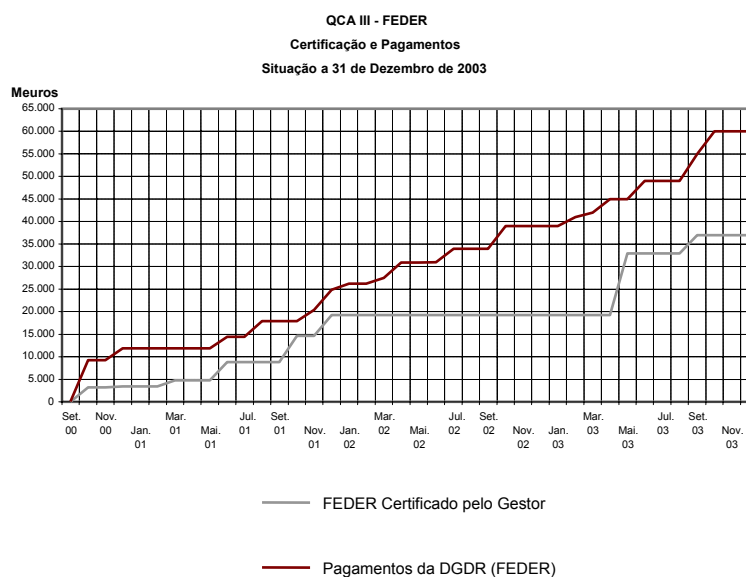
Unidade: euro

| Montantes Executados | Acumulado 2000/2003 | | 2003 | |
|----------------------|---------------------|------------------|------------------|----------------|
| | D.P.T. (1) | FUNDO (2) | D.P.T. (3) | FUNDO (4) |
| FEDER | 3.488.403 | 2.102.204 | 962.747 | 411.148 |
| FSE | 1.857.991 | 1.115.512 | 474.833 | 214.992 |
| TOTAL | 5.346.394 | 3.217.716 | 1.437.580 | 626.140 |

No ponto 6.5 deste relatório encontra-se um desenvolvimento mais detalhado sobre a execução da Assistência Técnica.

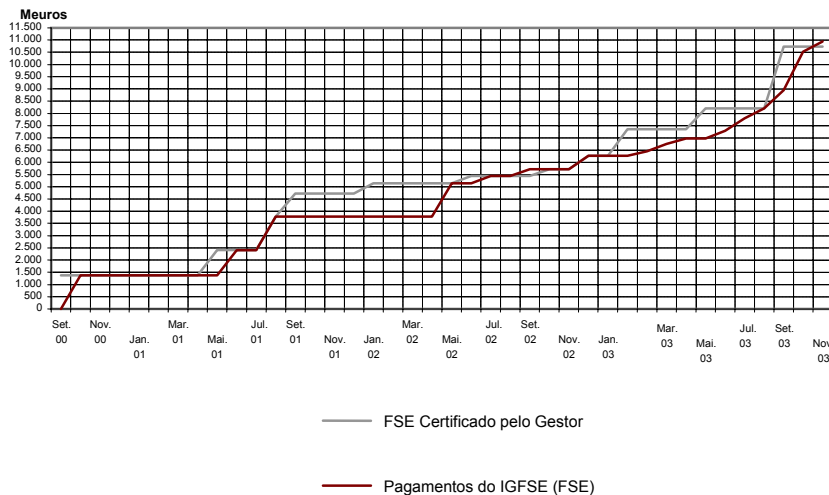
3.6. Pedidos de pagamento e transferências recebidas

Durante o ano de 2003 foram efectuados 2 pedidos de pagamento à Comissão Europeia por conta de FEDER de despesa pública validada e certificada, totalizando 17,673 milhões Euros. O POSI recebeu da Autoridade de Pagamento, durante o mesmo período, 21 milhões de Euros, correspondentes a reembolsos de pedidos de pagamento, totalizando em termos acumulados estas transferências o montante de 59,857 milhões de Euros.



Em termos de FSE, foram efectuados 3 pedidos de certificação de despesa à Comissão Europeia no montante de 4,456 milhões de Euros. O POSI recebeu da Autoridade de Pagamento, durante o mesmo período, o montante de 4,667 milhões de Euros, correspondentes a reembolsos de pedidos de pagamento, totalizando em termos acumulados estas transferências o montante de 10,936 milhões de Euros.

QCA III - FSE
Certificação e Pagamentos
Situação a 31 de Dezembro de 2003



3.7. Regionalização do investimento

A Programação Financeira por Eixo Prioritário e sua distribuição por regiões elegíveis e regiões em regime de apoio transitório é apresentada em anexo.

3.8. Vertente Desconcentrada (Programas Operacionais Regionais)

VERTENTE PORTUGAL DIGITAL

Esta vertente teve uma grande dinamização em 2003, fruto do lançamento da Iniciativa Campus Virtuais, inovadora a nível mundial e que permite uma verdadeira revolução no funcionamento da Universidade. Os diferentes Estabelecimentos do Ensino Superior (Universidades, Institutos Politécnicos, outras Escolas) apresentaram candidaturas aos Programas Operacionais Regionais, sendo enquadrado o financiamento da instalação de antenas wi-fi que melhoram o acesso e de todos os conteúdos essenciais à modernização das Universidades e da sua relação com a envolvente (docentes, alunos, etc). Em Maio de 2004 tinham sido homologadas pelo Ministro Adjunto 37 candidaturas, prevendo-se uma grande aceleração da execução deste projecto.

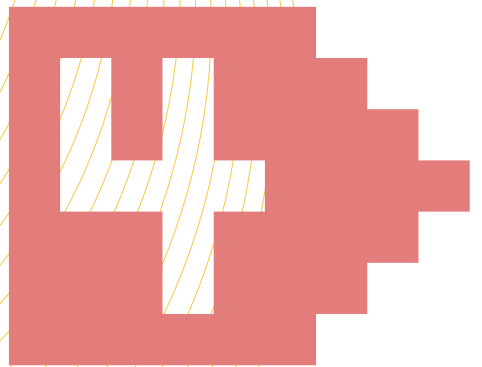
VERTENTE ESTADO ABERTO

A vertente desconcentrada do Estado Aberto assume uma grande importância dado, representar cerca de 54% dos montantes FEDER atribuídos a esta domínio de intervenção. A articulação com os Programas Regionais tem corrido muito bem e tem havido a preocupação em relevar os impactos regionais dos diferentes projectos aprovados. Pretende-se que os diferentes projectos apresentados pelos Orga-

pelos Organismos Desconcentrados da Administração Pública Central representem um compromisso claro entre a articulação necessária com os Projectos Centrais e o impacto que têm em cada um dos territórios específicos em que actuam.



PREVISÕES SOBRE A EVOLUÇÃO



4. PREVISÕES SOBRE A EVOLUÇÃO

O POSI constitui-se como o programa central de financiamento dos diferentes projectos estruturantes que o Governo está a dinamizar no âmbito dos Planos de Acção da Sociedade da Informação e das diferentes tipologias de acções apresentadas pelos mais variados actores da sociedade civil. Neste contexto, no quadro dum processo de reprogramação em curso, as dinâmicas da Banda Larga, Governo Electrónico, Formação Integrada em TIC, Inovação e I&D em TIC assumem-se como os paradigmas centrais de financiamento por parte do POSI, de forma a conseguir implementar na sociedade e na economia portuguesa padrões adequados de integração na era do Conhecimento.

4.1. Ponto de Situação a 30 de Abril de 2004

| Eixo Medida | Fundo | Programação Financeira | | % | Execução | | |
|-----------------|-------|------------------------|--------------------|---------------|-------------------------|---------------|-------------------|
| | | 2000-2006 | Aprovações | | até 30 de Abril de 2004 | | |
| | | DPT (a) | DPT (b) | | (b)/(a) | DPT (c) | % (c)/(a) |
| PO Total | | 623.129.277 | 468.621.016 | 75,20% | 121.636.904 | 19,52% | 64.898.852 |
| FEDER | | 508.278.420 | 399.648.426 | 78,63% | 101.667.222 | 20,00% | 52.561.179 |
| FSE | | 114.850.857 | 68.972.590 | 60,05% | 19.969.682 | 17,39% | 12.337.673 |
| Eixo 1 | | 187.255.170 | 129.635.888 | 69,23% | 30.947.052 | 16,53% | 17.489.995 |
| M 1.1. | FSE | 54.778.939 | 28.932.034 | 52,82% | 6.194.351 | 11,31% | 4.184.721 |
| M 1.2. | FSE | 45.239.106 | 35.278.353 | 77,98% | 11.872.448 | 26,24% | 7.006.016 |
| M 1.3. | FEDER | 87.237.125 | 65.425.501 | 75,00% | 12.880.253 | 14,76% | 6.299.259 |
| Eixo 2 | | 388.466.630 | 303.155.951 | 78,04% | 78.581.340 | 20,23% | 39.119.552 |
| M 2.1. | FEDER | 99.604.122 | 127.916.875 | 128,43% | 60.123.334 | 60,36% | 29.736.097 |
| M 2.2. | FEDER | 50.640.417 | 36.744.396 | 72,56% | 7.334.556 | 14,48% | 3.894.193 |
| M 2.3. | FEDER | 228.316.030 | 136.167.303 | 59,64% | 11.078.558 | 4,85% | 5.457.838 |
| M 2.4. | FSE | 9.906.061 | 2.327.376 | 23,49% | 44.892 | 0,45% | 31.424 |
| Eixo 3 | | 32.784.458 | 29.447.503 | 89,82% | 6.762.118 | 20,63% | 5.071.588 |
| M 3.1. | FEDER | 32.784.458 | 29.447.503 | 89,82% | 6.762.118 | 20,63% | 5.071.588 |
| Eixo 4 | | 14.623.019 | 6.381.674 | 43,64% | 5.346.394 | 36,56% | 3.217.716 |
| M 4.1. | FEDER | 9.696.268 | 3.946.847 | 40,70% | 3.488.403 | 35,98% | 2.102.204 |
| M 4.2. | FSE | 4.926.751 | 2.434.827 | 49,42% | 1.857.991 | 37,71% | 1.115.512 |

Durante os quatro primeiros meses de 2004 foi feito um importante esforço do ponto de vista de aprovações e execução do Programa, tentando com isso aumentar o nível de impacto dos projectos na qualificação dos promotores e na dinamização de um verdadeiro ambiente positivo na envolvente da Sociedade da Informação. Nestes termos, são de distinguir os seguintes vectores de actuação:

- Ao nível do Eixo 1, uma aceleração nos projectos de Diplomas e Competência Básica, com efeitos ainda mais visíveis nos próximos meses, uma clara estabilização das Bolsas da FCT da Medida 1.2 e dos Projectos I&D da Medida 1.3. (FCT e Agência de Inovação);
- Ao nível do Eixo 2, clara estabilização de execução das Medidas 2.1. e 2.2. e aceleração processual da execução da importante medida das Cidades e Regiões Digitais, projectos de grande complexidade e impacto no território;
- Ao nível do Eixo 3, uma dinâmica suscitada pelos Projectos Estruturantes dinamizados pela UMIC e por novos projectos entretanto em fase de aprovação e implementação;

4.2. Previsões de Execução

FEDER

| Eixo | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-04 a 31-12-04 | | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-04 a 31-12-04 | | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-05 a 31-10-05 | | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-05 a 31-12-05 | |
|--------------|--|-------------------|--|------------------|--|-------------------|--|------------------|
| | Despesa elegível Validada | FEDER | Despesa elegível Validada | FEDER | Despesa elegível Validada | FEDER | Despesa elegível Validada | FEDER |
| Eixo 1 | 3.500.000 | 1571500 | 500.000 | 224.500 | 6.500.000 | 2.918.500 | 1500.000 | 673.500 |
| Eixo 2 | 39.166.667 | 18.222.083 | 7.833.333 | 3.644.417 | 62.500.000 | 28.620.833 | 12.500.000 | 5.724.167 |
| Eixo 3 | 2.983.750 | 2.237.813 | 596.750 | 447.563 | 6.666.667 | 5.000.000 | 1333.333 | 1000.000 |
| Eixo 4 | 1250.000 | 533.875 | 250.000 | 106.775 | 1250.000 | 533.875 | 250.000 | 106.775 |
| TOTAL | 46.900.417 | 22.565.271 | 9.180.083 | 4.423.254 | 76.916.667 | 37.073.208 | 15.583.333 | 7.504.442 |

FSE

| Eixo | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-04 a 31-12-04 | | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-04 a 31-12-04 | | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-05 a 31-10-05 | | Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-05 a 31-12-05 | |
|--------------|--|------------------|--|-----------------|--|------------------|--|----------------|
| | Despesa elegível Validada | FSE | Despesa elegível Validada | FSE | Despesa elegível Validada | FSE | Despesa elegível Validada | FSE |
| Eixo 1 | 12.702.110 | 6.412.013 | 2.540.422 | 1282.402 | 7.736.643 | 3.850.709 | 1547.328 | 770.142 |
| Eixo 2 | 1853.723 | 935.757 | 370.744 | 187.152 | 1.129.072 | 561.965 | 225.814 | 112.393 |
| Eixo 4 | 663.566 | 334.967 | 132.713 | 66.994 | 404.167 | 201.163 | 80.833 | 40.233 |
| TOTAL | 15.219.398 | 7.682.738 | 3.043.880 | 1536.548 | 9.269.881 | 4.613.837 | 1853.976 | 922.768 |

Nos termos dos objectivos de recuperação de execução do Programa foram definidos objectivos até final do ano que constam dos quadros abaixo e que têm como base referencial de previsão os seguintes tópicos:

- :: Dinamização no terreno de importantes projectos estruturantes como o Diploma de Competências Básicas, a Rede Cidades e Regiões Digitais e projectos anteriormente aprovados nos Conteúdos;
- :: Maior acompanhamento operacional, administrativo e financeiro dos Projectos, de modo a configurar cenários de execução mais estáveis;
- :: Lançamento de novos Projectos Estruturantes na área da Sociedade da Informação pela UMIC e sua concretização do ponto de vista de financiamento.

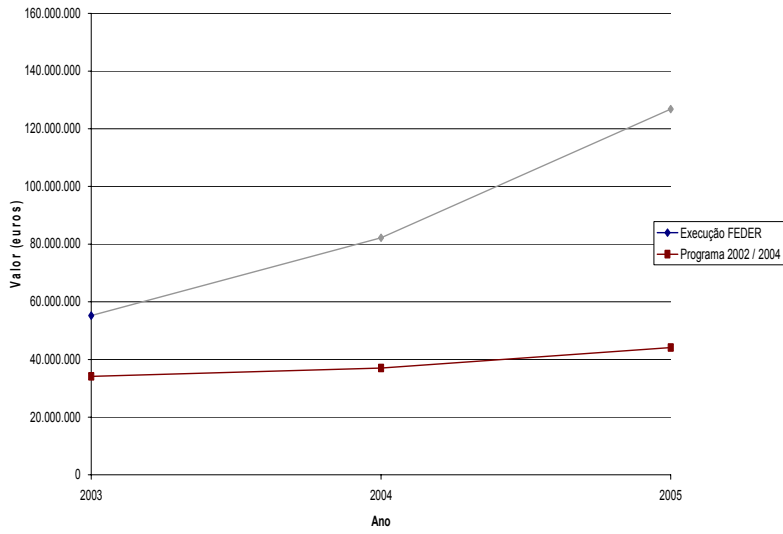
O Gabinete de Gestão do POSI encontra-se fortemente empenhado na realização dos objectivos de alavancagem operacional e financeira da execução do Programa, embora esteja ciente das dificuldades orçamentais que a actual conjuntura económica impõe e que irão afectar em parte a dinâmica prevista de execução dos projectos.

4.3. Cumprimento da Regra N+2

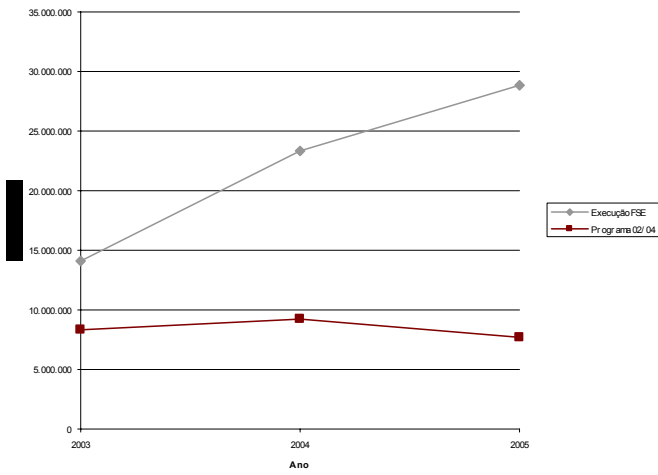
| Fundo Comunitário | Execução + Pagamento por Conta a 31-12-2003 | Pedidos Pagamento a efectuar em 2004 | Execução prevista a 31-12-2004 | Programado 2000-2002 | Regra N+2 face a 2002 | Pedidos Pagamento a efectuar em 2005 | Execução prevista a 31-12-2005 | Programa do 2000 a 2003 | Regra N+2 face a 2003 |
|-------------------|---|--------------------------------------|--------------------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------------------|--------------------------------|-------------------------|-----------------------|
| FEDER | 55.230.837 | 26.988.526 | 82.219.363 | 78.454.000 | 105% | 44.577.650 | 126.797.013 | 115.460.000 | 110% |
| FSE | 14.143.956 | 9.219.285 | 23.363.241 | 19.789.000 | 118% | 5.536.605 | 28.899.846 | 29.000.000 | 100% |

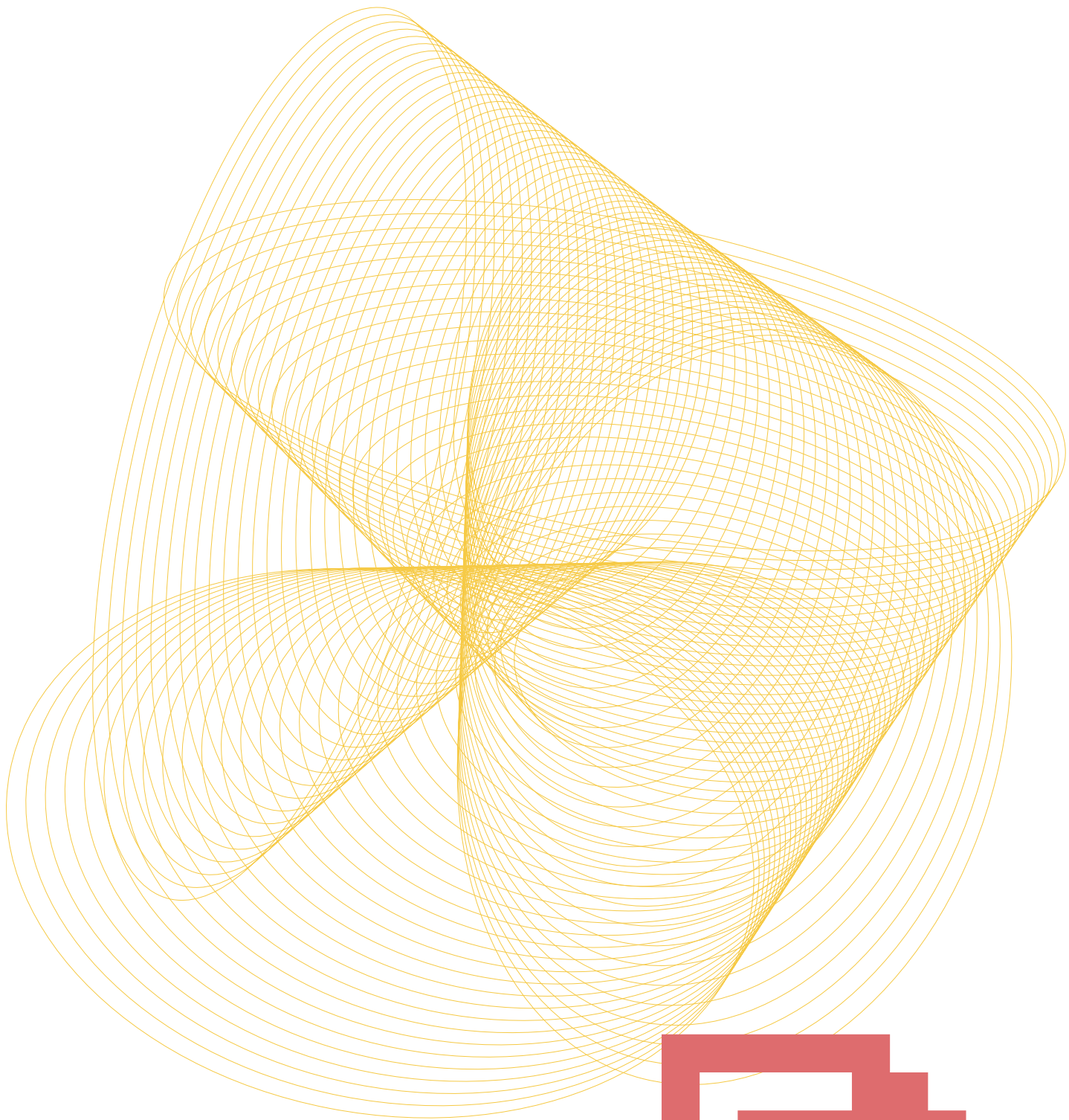
A regra N+2 obrigava no final do ano de 2003 ao cumprimento da programação de 2001. A dinâmica de execução que o Gabinete de Gestão imprimiu ao Programa contribuiu para que os objectivos da regra N+2 fossem atingidos. Os valores previsionais para esta regra constam do quadro acima.

FEDER
Regra N+2

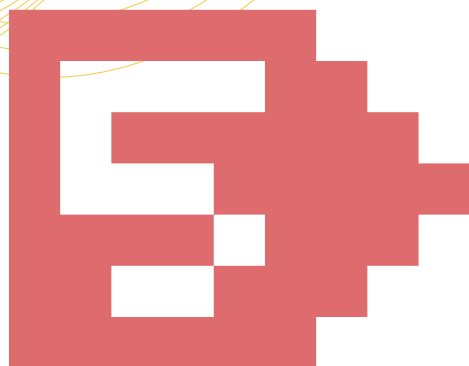


FSE
Regra N+2





**MEDIDAS PARA ASSEGURAR A EFICÁCIA DA
GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA**



5. MEDIDAS PARA ASSEGURAR A EFICÁCIA DA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

5.1 Acções de acompanhamento

Na sequência da experiência das actividades desenvolvidas nos primeiros anos de execução plena do Programa, numa primeira fase ligadas essencialmente ao processo de aprovação dos projectos e numa fase posterior à estabilização dos mecanismos de apuramento da despesa, foi possível iniciar as acções de acompanhamento dos projectos no terreno, definindo-se e tentando-se implementar uma metodologia técnica de relacionamento com os promotores que evidenciasse as dinâmicas positivas e negativas da evolução dos Projectos e permitisse desta forma uma actuação colaborativa mais eficaz.

Esta actividade torna-se essencial para permitir que os objectivos de implementação da Sociedade da Informação no terreno se concretizem e para dar à execução dos projectos uma lógica de evolução dinâmica adaptada à dinâmica da própria envolvente, permitindo com isso que os resultados sejam mais consistentes com a realidade e que a avaliação do seu impacto seja o mais rigorosa possível. De realçar, a título de exemplo, o papel central que o acompanhamento tem em projectos de território como é o caso das Cidades / Regiões Digitais.

Desta forma, durante o ano de 2003 deu-se prioridade à implementação de acções integradas de acompanhamento no terreno, procurando complementar os objectivos de monitorização administrativa e técnica das diferentes tipologias de projectos visitados com acções proactivas de sensibilização sobre melhores práticas de gestão e adequação dos instrumentos utilizados aos objectivos e metas pretendidos. Neste contexto, nas zonas mais desfavorecidas e com recursos endógenos menos adequados o esforço centrou-se na dinamização de uma verdadeira cultura de prática digital com efeitos estruturantes na melhoria da qualidade de vida das populações.

5.2. Síntese de Problemas Detectados

De uma forma geral, os principais obstáculos encontrados prendem-se com dificuldades ligadas ao carácter inovador das intervenções destinadas à promoção da Sociedade da Informação, dada a ainda fraca capacidade de concepção e implementação de projectos significativos nesta área.

O GG- POSI tem levado a cabo um trabalho de profunda sensibilização dos diferentes Actores do Território (Associações de Municípios, Associações Empresariais, Universidades e Centros I&D, outras Entidades da Sociedade Civil) para as vantagens da internalização da Sociedade da Informação (contando para isso também com o Grupo Temático da SI), reforçado ao mesmo tempo pelo efeito-demonstração de projectos em curso e pela evidência dos resultados positivos que estes permitem atingir.

Procurou-se melhorar o nível de articulação com a envolvente (Comissão Europeia, Comissão de Gestão do QCA, PO Desconcentrados) de forma a criar uma matriz de implementação do Programa mais eficaz e consistente e por outro lado o nível de relacionamento com os Promotores, centralizado no

no “Portal” com uma gestão operacional numa base permanente, de modo a permitir atingir resultados no terreno mais positivos.

5.3. Medidas para assegurar a eficácia da Gestão e implementação do Programa

Foi produzido e implementado um Manual de Gestão, Acompanhamento, Controlo e Informação do Programa que contém toda a informação central relativa à organização e funcionamento do GG- POSI e aos procedimentos estabelecidos para análise, aprovação, acompanhamento e controlo dos projectos. Este documento reflecte a extrema preocupação de rigor e qualidade que norteia os princípios de gestão do programa e foi criada internamente uma metodologia conducente à sua implantação prática.

Para além das dinâmicas de organização interna do Gabinete de Gestão, instituídas numa lógica de Gestão por Objectivos e de partilha de responsabilidades, foi dada particular atenção ao domínio dos fluxos operacionais de procedimentos de análise, aprovação, acompanhamento e posterior controlo dos projectos, sendo de destacar nesta área o extremo rigor colocado nas matrizes de standardização de elegibilidades (caso do “Guia das Cidades e Regiões Digitais”) e recurso a pareceres tecnicamente adequados, de forma a ir de encontro aos objectivos preconizados pelo Governo em matéria de Sociedade da Informação.

Na sequência deste esforço produzido durante a segunda fase de 2003 e continuado em 2004, o GG do POSI aposta de forma clara na estabilização de elevados níveis de eficácia e rigor do Programa, constituindo dessa forma um exemplo de demonstração para os próprios Promotores, de forma a consolidar uma verdadeira cultura de parceria estratégica com resultados positivos nas metas operacionais obtidas.

5.4. Sistema de informação

O GG – POSI apostou num Sistema de Informação devidamente sistematizado e que tem como objectivo fundamental dar informação actualizada sobre o grau de evolução da implementação do Programa (a nível de aprovações e execução) junto da envolvente (Autoridades Europeia e Nacionais, Promotores, Parceiros). Desta forma, tem-se mantido actualizado o SIFEC – Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão 2000-2006 nas suas diferentes vertentes (projectos, pagamentos, indicadores) de forma a poder acompanhar de forma adequada e rigorosa a evolução dos diferentes projectos n componente FEDER.

Na sequência do trabalho de adequação levado a efeito ao longo de 2003, o Sistema de Informação em operacionalização no GG do POSI pretende manter níveis de informação actualizado junto dos diferentes actores que mais directamente se relacionam com o Programa:

- :: Relacionamento permanente com os promotores, do ponto de vista de informação sobre o Programa, candidaturas e esclarecimentos pontuais;
- :: Informação de Gestão completa para a tutela;
- :: Informação actualizada para a Comissão de Gestão do QCA 3, nas vertentes FEDER (DGDR) e FSE (IGFSE);
- :: Informação ao nível do Acompanhamento e Controlo, de acordo com as solicitações à medida dos diferentes Organismos Intervenientes;

5.5. Utilização da Assistência Técnica

O GG-POSI procurou utilizar a Assistência Técnica à sua disposição para assegurar uma gestão adequada da evolução do Programa. Em conformidade com a actividade desenvolvida, a taxa de execução

execução financeira dos montantes programados no âmbito das dotações quer FEDER quer FSE, situou-se praticamente nos 100%. A Assistência Técnica tem tido uma utilização adequada na garantia do bom funcionamento do Programa nas suas diferentes estruturas orgânicas, constituindo-se como um elemento claramente indutor de inovação e produtividade internas.

| Euros | | | | | | | |
|---------|------------|------------|-------------|------------|------------|------------|--------------|
| Rubrica | Feder | Oe Feder | Total Feder | Fse | Oe Fse | Total Fse | Total |
| IN | 335.388,00 | 449.959,80 | 785.348,14 | 178.997,21 | 208.341,14 | 387.338,35 | 1.172.686,48 |
| OUT | 75.759,64 | 101.639,77 | 177.399,41 | 35.995,21 | 51.499,23 | 87.494,44 | 264.893,84 |
| TOTAL | 411.147,97 | 551.599,57 | 962.747,55 | 214.992,42 | 259.840,36 | 474.832,78 | 1.437.580,33 |

De salientar o esforço financeiro assumido com a publicidade e divulgação que se materializam em vários tipos de actividades – actualização permanente da página do POSI na Internet, anúncios publicados na imprensa nacional e regional, seminários, participação em feiras e cartazes ligados à Sociedade da Informação, divulgação de abertura de concursos de acesso às várias Medidas - conforme descrito mais detalhadamente no ponto 6 deste relatório:

5.6. Acções de controlo de 1º Nível

O GG do POSI deu a máxima importância à função controlo, operacionalizada por uma estrutura interna e que durante 2003 levou a efeito várias acções no terreno (tanto FEDER como FSE) constantes dos Relatórios específicos já produzidos. De referir que o GG do POSI entende a função Controlo como tendo um papel proactivo e pedagógico positivo e a actuação junto dos promotores objectos de acções de controlo de 1º nível tem sido de clara ajuda no sentido de culmar lacunas processuais e organizativas e consolidar desta forma níveis positivos de execução qualitativa dos projectos.

As acções de controlo realizadas junto de alguns dos projectos mais relevantes em execução (FDTI, FCCN, FCT, Trás-os-MONTes Digital, entre outros) suscitaram a detecção de enquadramento de elegibilidades menos adequados e a respectiva solicitação de correcção para além de sugestões concretas do ponto de vista de melhoria dos níveis de eficácia e rigor na gestão dos projectos, com impactos desejados nos resultados alcançados no terreno.

5.7. Avaliação Intercalar

Durante o ano de 2003 procedeu-se à aprovação do relatório da Avaliação Intercalar do POSI, cujas principais conclusões e recomendações constam do primeiro capítulo deste Relatório de Execução e que foram tidas em conta, conforme referido, no processo de reprogramação, em curso, do POSI.

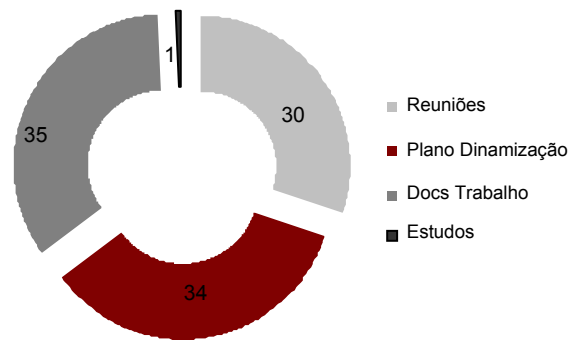
5.8. Grupo de Trabalho Temático Sociedade da Informação

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GTTSI EM 2003

Durante o ano de 2003, o trabalho do GTTSI recaiu basicamente sobre três domínios:

- :: realização de reuniões de trabalho;
- :: elaboração do plano de dinamização do GTTSI;
- :: elaboração de documentos de trabalho;

Gráfico 1. Repartição das actividades do GTTSI em 2003 por áreas de trabalho (%)



Relativamente à componentes “estudos”, foi iniciada ainda em 2003, encontrando-se ainda numa fase inicial com a elaboração de um questionário (que visa definir uma matriz de densidade relacional entre os vários programas operacionais no âmbito da sociedade da informação, com base na qual se realizará o estudo).

A cada actividade do GTTSI corresponde um output. Em 2003, as actividades concluídas distribuíram-se pelos seguintes outputs:

Quadro 2. Correspondência entre actividades do GTTSI e outputs, para 2003

| ÁREA DE TRABALHO | OUTPUT | QUANTIFICAÇÃO |
|--|---|---|
| Reuniões | <ul style="list-style-type: none"> . Análise SWOT do carácter transversal do GTTSI (possíveis articulações e complementaridades); . Linhas de orientação. | 3 reuniões nas regiões: Algarve (2003.03.10), Norte (2003.05.14) e Lisboa e Vale do Tejo (2003.09.19) |
| Plano de Dinamização | <ul style="list-style-type: none"> . Definição do modelo / arquitectura de funcionamento do GTTSI (destaque para o fluxo de comunicação entre os membros / intranet, e para a preocupação em divulgar os trabalhos da sociedade da informação ao público em geral / internet); . Definição dos conteúdos para a área do GTTSI, a criar no site da DGDR em 2004. | |
| Documentos de Trabalho (documentos concebidos em 2003, a serem preenchidos em 2004) | <ul style="list-style-type: none"> . Elaboração do questionário (suporte do estudo a efectuar sobre a articulação entre os programas operacionais a nível de sociedade da informação); . Matriz de articulação entre os programas operacionais e o Plano de Acção para a Sociedade da Informação; . Documento de enquadramento dos trabalhos GTTSI (aprovado por consulta escrita aquando da V reunião, de 2003.09.19); . Guia de referências documentais para a sociedade da informação, por programa operacional; . Documento com a tipologia de projectos do QCA III, na área da sociedade da informação. | 5 documentos |
| Estudos | <ul style="list-style-type: none"> . Encontra-se numa fase muito incipiente, já que ainda não se encontra concluída a fase de resposta ao questionário que servirá de base. | 1 estudo por realizar |

É de notar a articulação existente entre as várias componentes. De facto, a estrutura de apoio ao GTTSI ao iniciar funções em meados do ano recorreu às conclusões e linhas de orientação das sessões de trabalho / reuniões do GTTSI realizadas até então a fim de elaborar um plano de dinamização. Partindo deste, foram concebidos vários documentos (questionário e matriz de articulação como ins-

como instrumentos do estudo a realizar, guia de referências documentais, levantamento da tipologia de projectos do QCA III) a fim de operacionalizar os seus objectivos.

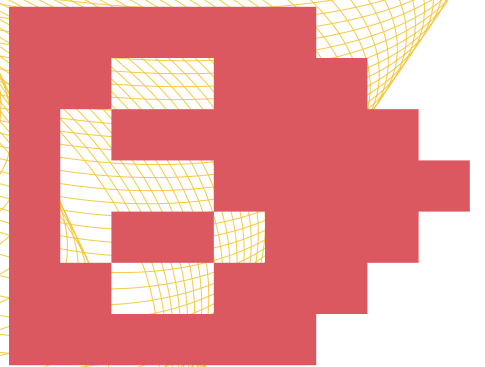
Relativamente ao estudo por realizar, tal fica a dever-se a factores externos ao próprio GTTSI (atraso no envio das respostas ao questionário). À data de 2003.12.31, ainda ficam por receber respostas de cinco programas operacionais.

5.9. Comitês de Acompanhamento

Realizaram-se em 2003 duas Reuniões do Comité de Acompanhamento, que passou a integrar um número mais alargado de membros, representativos de diferentes segmentos da Sociedade Civil, constituindo ambos os momentos importantes pontos de discussão e reflexão sobre a Sociedade da Informação e o seu impacto no nosso país.

Nas duas reuniões, realizadas em Maio e Novembro, foi feito um ponto de situação dos Planos de Acção para a Sociedade da Informação por parte da UMIC, uma análise atenta do progresso de execução e funcionamento do Programa, com sugestões concretas por parte dos presentes e em particular da Comissão sobre melhorias a introduzir e aprovado o Relatório da Avaliação Intercalar, ponto de partida para o processo de reprogramação em curso.

INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE



6. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Em 2003, de acordo com o Regulamento CE1159/2000, a Estrutura de Apoio Técnico continuou a promover as medidas necessárias à publicitação e informação das acções desenvolvidas no âmbito do programa.

A imagem do Programa Operacional Sociedade da Informação, utilizada em todo o material de estacionário e material promocional do programa, foi modificada tendo em conta a alteração verificada na tutela do Programa Operacional (que transitou do Ministério da Ciência e do Ensino Superior para a Presidência do Conselho de Ministros).

:: Seminários, encontros e reuniões internas

Diversos Seminários, Encontros e Reuniões Internas foram organizados tendo em vista a divulgação, esclarecimento e a disseminação dos assuntos específicos do Programa.

Assim, por ordem cronológica:



Encontro “Cidades e Regiões Digitais” que teve lugar no dia 15 de Janeiro, no Centro Cultural de Belém, Lisboa, com os promotores de projectos e que contou com a presença de 80 pessoas.

Reunião com os “pivots” técnicos de projectos de Campus Virtuais (Universidades e Politécnicos) que teve lugar no dia 6 de Março, no Hotel Marriott, Lisboa e que contou com a presença de 60 pessoas.

Em 11 de Março de 2003, o POSI promoveu no Auditório do Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, em Lisboa, um Encontro Nacional com os Responsáveis, Coordenadores e Monitores dos Espaços Internet e que contou com a presença de 150 participantes. De salientar que neste Encontro foi anunciado a disponibilização do Módulo de Administração Local do Portal dos Espaços Internet www.espacosinternet.pt/admin funcionalidade que veio a ser implementada ao longo do ano.

Em 3 de Julho, foi promovida em Queluz, a 1ª Reunião Interna da Estrutura Técnica do Programa Operacional (EAT), e teve como principal objectivo, o fazer um “brainstorming” sobre os possíveis problemas do Gabinete de Gestão, em termos administrativos e financeiros.

O POSI apoiou a XX Conferência Mundial da IASP sobre “Parques de Ciência e Tecnologia – Habitats de Excelência/ Gestão e Promoção da Inovação” que teve lugar entre 1 e 4 de Julho no Centro de Congressos do Estoril e que foi promovida pelo Tagus Park.

Organizou uma reunião da Gestão Administrativa e Técnica do Projecto “Campus Virtuais” que lugar no Tagus Park, em Oeiras, no dia 12 de Setembro e que contou com presença de 30 pessoas, tendo em vista o esclarecimento de dúvidas de candidaturas ao projecto.

Organizou uma reunião com os promotores de candidaturas de “Conteúdos de Banda Larga”, tendo em vista o esclarecimento de dúvidas, que teve lugar no Tagus Park, Oeiras, no dia 7 de Outubro.

Em 17 de Outubro, em Óbidos, na Quinta do Moinho do Pagador, teve lugar a 2ª Reunião Interna do POSI, para análise e discussão do “Diagnóstico da Situação Actual dos Processos de Gestão do POSI”, trabalho realizado pela empresa Novabase.

Ainda foram promovidos em 2003, um Ciclo de Seminários sobre o tema “Portugal Digital”, e contaram com o apoio da empresa C31M – Consultores de Informação, com vista à divulgação dos projectos regionais e locais de Cidades e Regiões Digitais.

O Gestor e os diversos elementos da Estrutura Técnica (em representação deste...) estiveram presentes como oradores e moderadores em diversas Conferências e Seminários em todo o País e no Estrangeiro.

:: Página Web

Aproveitando as potencialidades da Internet, o site <http://www.posi.pcm.gov.pt> continuou a ser o veículo privilegiado na divulgação do programa.

Um dos Portais (o dos Espaços Internet) foi melhorado tendo sido implementado o Módulo de Administração Local. Trata-se da primeira fase no sentido da criação de uma verdadeira Rede de Espaços Internet, que permita nomeadamente:

- :: A interacção on-line dos Espaços Internet entre si e com o POSI;
- :: A actualização da informação disponível no Portal.

Neste sentido, foram enviadas as palavras-chave para a utilização dos sítios dos Espaços Internet. Esta medida teve como objectivo permitir que cada Espaço Internet passe a actualizar os seus próprios conteúdos. Simultaneamente foi disponibilizado um Manual de Ajuda de utilização do Portal e um serviço de “help desk” (telefónico e “e-mail”: helpdesk@posi.pcm.gov.pt).

The screenshot shows the POSI website interface. At the top, there is a header with the POSI logo and navigation links for 'Espaço Internet', 'Digital', 'Diploma', 'Formação Avançada', 'Cidades Digitais', and 'Campus Virtuais'. Below the header is a main content area with a left sidebar containing navigation links like 'Introdução', 'Formulários', 'Documentação', 'Cidades Digitais', 'Espaços Internet', 'Diploma', and 'Formação Avançada'. The main content area features an 'INTRODUÇÃO' section with text about the POSI program, followed by sections for 'FEDER', 'FSE', 'Espaços Internet', 'Cidades Digitais', and 'Formação Avançada'. The right sidebar contains a 'CONTRACTOS' section with a search box and a 'NOTÍCIAS' section with a list of news items.

:: Rede FSE

O POSI participa na Rede de Interlocutores do Fundo Social Europeu, rede que (entre outros objectivos) visa:

- :: Assegurar a visibilidade do Fundo Social Europeu;
- :: Assegurar a promoção da imagem do FSE;
- :: Continuar a promover uma dinâmica das actividades de Informação e Comunicação do FSE que seja integrada com as actividades desenvolvidas pelos Programas de forma a tornar visível a coerência, união e utilidade das diversas actividades desenvolvidas pelo FSE.

Neste contexto, o POSI participou na exposição associada ao Seminário Internacional “O Fundo Social Europeu e a Estratégia Europeia para o Emprego – Contributos para a Coesão Económica e Social” que teve lugar no Estoril, nos dias 13 e 14 de Novembro.

Dois projectos do POSI apoiados pelo FSE (Acompanhamento do uso da Internet nas Escolas Básicas do 1º Ciclo do Ensino Básico da FCCN e Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação da FDTI) foram incluídos numa conjunto de “Boas Práticas” de projectos do Fundo Social Europeu, documento preparado pela Unidade de Comunicação do IGFSE.

Aproveitando as potencialidades da Internet, o site <http://www.posi.pcm.gov.pt> foi considerado pela EAT como o mais importante veículo de divulgação deste programa. Desta forma, foram desenvolvidos esforços no último trimestre do ano no sentido de fazer da página Web do Programa uma verdadeira Rede Integrada de Portais de Interação com os Promotores, de forma a permitir um acompanhamento mais adequado e permanente dos diferentes projectos aprovados e em execução.

Conforme se pode visualizar na figura abaixo, o site do POSI integra 8 “Portais Internos de Interface com Promotores” (DCB, Formação Avançada, Investigação & Desenvolvimento, Espaços Internet / Acessibilidades, Conteúdos, Cidades e Regiões Digitais, Campus Virtuais, Administração Central), que se constituem como a plataforma de gestão das várias “Redes Integradas” que o POSI tem no terreno na operacionalização dos seus diferentes projectos.

Foram também publicados artigos e entrevistas com o Gestor do Programa em revistas e jornais temáticos ou de grande divulgação, sobre os objectivos e impactos do Programa no âmbito do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.





**COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS
COMUNITÁRIAS**



7. COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

AJUDAS DE MINIMIS

O Gestor do Programa Operacional Sociedade da Informação implementou mecanismos de verificação da compatibilidade dos projectos aprovados com o regime de ajudas de minimis, em articulação com a DGDR.

Assim, os projectos alvo de parecer favorável da Unidade de Gestão, são enviados para a DGDR com a indicação do financiamento a conceder e a identificação fiscal da entidade beneficiária. Apesar de nunca se ter verificado, caso venha a ser assinalado pela DGDR a ultrapassagem dos limites previstos, o financiamento não será concedido.

Acresce que o Termo de Aceitação do projecto inclui, para o caso do beneficiário ser uma empresa, a exigência da declaração de outras ajudas de minimis eventualmente recebidas pela empresa.

POLÍTICA DE AMBIENTE

A intervenção do POSI, pela natureza dos apoios disponibilizados no âmbito dos projectos aprovados nas suas diferentes medidas, não tem implicações directas em matéria de ambiente, respeitando integralmente os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e melhoria do ambiente.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

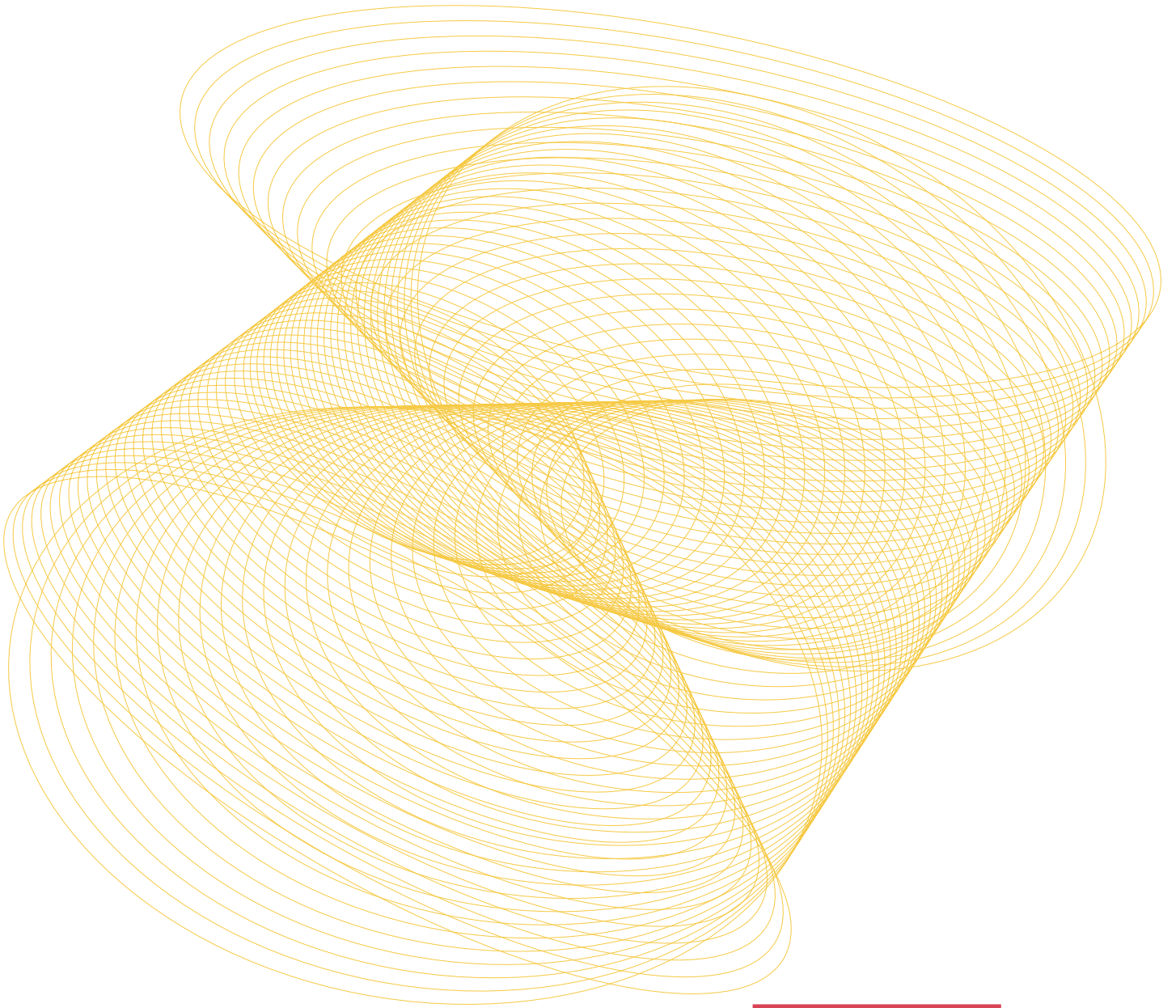
Já por outro lado, no que respeita à política de igualdade de oportunidades, o POSI assume-se como um instrumento activo da política nacional nesta área. O combate à info – exclusão prosseguido como uma condicionante essencial ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal traduziu-se numa prática de colocação de investimento em locais públicos e de disponibilização de apoio a instituições com um papel crítico nesta matéria.

O universo escolar socialmente mais alargado do primeiro ciclo do básico, minorias étnicas, imigrantes, os cidadãos com necessidades especiais configuram sectores da população objecto de particular preocupação na grelha de análise da apreciação dos projectos candidatos ao POSI.

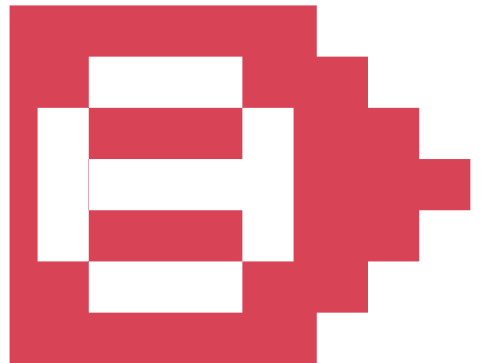
São exemplos práticos destas preocupações:

- :: A cobertura a 100% da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico;
- :: A constituição da Rede Solidária, no âmbito da RCTS, que como já referido no ponto 2 deste relatório integrava, no final do ano em análise, 122 instituições que trabalhavam nas várias áreas da deficiência;
- :: A aprovação do projecto “Comunidades em Movimento” que envolve 4 associações de imigrantes predominantemente de origem Cabo-verdiana residentes em bairros periféricos da zona da Grande Lisboa, estimando-se em cerca de 80 000 a população potencialmente abrangida pelo projecto;

- :: A aprovação do projecto “Camelamos Naquerar” no âmbito do qual é criado e dinamizado um pólo com 6 postos informáticos ligados à Net, tendo como população alvo, na parte da manhã, cerca de 95 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, de etnia cigana, residentes no Bairro da Quinta das Laranjeiras e na parte da tarde (14h30-19h30) outras faixas etárias do Bairro que é composto ao todo por 84 famílias, num total de 429 pessoas;
- :: A aprovação do projecto “Brasil em Portugal” que visa a criação e funcionamento, em Lisboa, por um período de três anos, de um espaço de acesso à Internet público e gratuito, equipado com 6 computadores, dinamizado por 2 animadores e dirigido à vasta comunidade brasileira residente em Portugal.



ANEXOS



Programa Operacional Sociedade da Informação
Anexo I - Aproveitamento e Execução Financeira até 31 de Dezembro de 2003 por eixo prioritário e medida

| PO / Eixo Prioritário / Medida | Programação | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2000/06 | | | | 2000/03 | | | | 2003 | | | |
| | Custo Total | Desp. Pública | Fundo | Custo Total | Desp. Pública | Fundo | Custo Total | Desp. Pública | Fundo | Custo Total | Desp. Pública | Fundo |
| Total | 661.129.277 | 623.129.277 | 316.239.000 | 292.145.042 | 276.105.042 | 144.460.000 | 98.700.042 | 91.380.042 | 46.217.000 | 98.700.042 | 91.380.042 | 46.217.000 |
| FEDER | 543.278.420 | 508.278.420 | 261.341.000 | 235.791.405 | 221.191.405 | 115.460.000 | 76.863.405 | 70.063.405 | 37.006.000 | 76.863.405 | 70.063.405 | 37.006.000 |
| FSE | 117.850.857 | 114.850.857 | 54.888.000 | 56.353.637 | 54.913.637 | 29.000.000 | 21.836.637 | 21.316.637 | 9.211.000 | 21.836.637 | 21.316.637 | 9.211.000 |
| Eixo 1. Desenvolver Competências | 195.255.170 | 187.255.170 | 91.051.000 | 95.026.768 | 91.586.768 | 47.625.000 | 36.401.768 | 34.881.768 | 15.815.000 | 36.401.768 | 34.881.768 | 15.815.000 |
| FEDER | 92.237.125 | 87.237.125 | 43.516.000 | 47.756.056 | 45.756.056 | 23.544.000 | 17.775.056 | 16.775.056 | 7.981.000 | 17.775.056 | 16.775.056 | 7.981.000 |
| FSE | 103.018.045 | 100.018.045 | 47.535.000 | 47.270.712 | 45.830.712 | 24.081.000 | 18.626.712 | 18.106.712 | 7.834.000 | 18.626.712 | 18.106.712 | 7.834.000 |
| Medida 1.1. Competências Básicas | 57.778.939 | 54.778.939 | 26.004.575 | 26.672.101 | 25.232.101 | 13.244.550 | 10.503.901 | 9.983.901 | 4.308.700 | 10.503.901 | 9.983.901 | 4.308.700 |
| Medida 1.2. Formação Avançada | 45.239.106 | 45.239.106 | 21.530.425 | 20.598.611 | 20.598.611 | 10.836.450 | 8.122.811 | 8.122.811 | 3.525.300 | 8.122.811 | 8.122.811 | 3.525.300 |
| Medida 1.3. Investigação e Desenvolvimento | 92.237.125 | 87.237.125 | 43.516.000 | 47.756.056 | 45.756.056 | 23.544.000 | 17.775.056 | 16.775.056 | 7.981.000 | 17.775.056 | 16.775.056 | 7.981.000 |
| Eixo 2. Portugal Digital | 418.466.630 | 388.466.630 | 193.423.000 | 171.071.867 | 158.471.867 | 78.483.000 | 54.179.867 | 48.379.867 | 25.109.000 | 54.179.867 | 48.379.867 | 25.109.000 |
| FEDER | 408.560.569 | 378.560.569 | 188.438.000 | 164.382.879 | 151.782.879 | 74.900.000 | 51.866.879 | 46.066.879 | 24.101.000 | 51.866.879 | 46.066.879 | 24.101.000 |
| FSE | 9.906.061 | 9.906.061 | 4.985.000 | 6.688.988 | 6.688.988 | 3.583.000 | 2.312.988 | 2.312.988 | 1.008.000 | 2.312.988 | 2.312.988 | 1.008.000 |
| Medida 2.1. Acessibilidades | 104.604.122 | 99.604.122 | 49.549.000 | 41.711.490 | 39.711.490 | 19.675.000 | 13.465.263 | 12.465.263 | 6.396.000 | 13.465.263 | 12.465.263 | 6.396.000 |
| Medida 2.2. Condições | 58.640.417 | 50.640.417 | 24.451.693 | 22.839.652 | 19.114.652 | 9.587.219 | 7.867.765 | 6.462.765 | 3.275.000 | 7.867.765 | 6.462.765 | 3.275.000 |
| Medida 2.3. Das Cidades Digitais ao Portugal Digital | 245.316.030 | 228.316.030 | 114.437.307 | 99.831.737 | 92.996.737 | 45.637.785 | 30.513.851 | 27.138.851 | 14.430.000 | 30.513.851 | 27.138.851 | 14.430.000 |
| Medida 2.4. Apções Integradas de Formação | 9.906.061 | 9,906.061 | 4,985.000 | 6,688.988 | 6,688.988 | 3,583.000 | 2,312.988 | 2,312.988 | 1,008.000 | 2,312.988 | 2,312.988 | 1,008.000 |
| Eixo 3. Estado Aberto | 32.784.458 | 32.784.458 | 24.590.840 | 19.377.976 | 19.377.976 | 14.535.480 | 5.690.494 | 5.690.494 | 4.270.120 | 5.690.494 | 5.690.494 | 4.270.120 |
| FEDER | 32.784.458 | 32.784.458 | 24.590.840 | 19.377.976 | 19.377.976 | 14.535.480 | 5.690.494 | 5.690.494 | 4.270.120 | 5.690.494 | 5.690.494 | 4.270.120 |
| FSE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Medida 3.1. Modernizar a Administração Pública | 32.784.458 | 32.784.458 | 24.590.840 | 19.377.976 | 19.377.976 | 14.535.480 | 5.690.494 | 5.690.494 | 4.270.120 | 5.690.494 | 5.690.494 | 4.270.120 |
| Eixo 4. Assistência Técnica | 14.623.019 | 14.623.019 | 7.174.160 | 6.688.431 | 6.688.431 | 3.816.520 | 2.427.913 | 2.427.913 | 1.022.880 | 2.427.913 | 2.427.913 | 1.022.880 |
| FEDER | 9.696.268 | 9.696.268 | 4.796.160 | 4.274.494 | 4.274.494 | 2.480.520 | 1.530.976 | 1.530.976 | 653.880 | 1.530.976 | 1.530.976 | 653.880 |
| FSE | 4.926.751 | 4.926.751 | 2.378.000 | 2.393.937 | 2.393.937 | 1.336.000 | 896.937 | 896.937 | 369.000 | 896.937 | 896.937 | 369.000 |
| Medida 4.1. Assistência Técnica - FEDER | 9.696.268 | 9.696.268 | 4.796.160 | 4.274.494 | 4.274.494 | 2.480.520 | 1.530.976 | 1.530.976 | 653.880 | 1.530.976 | 1.530.976 | 653.880 |
| Medida 4.2. Assistência Técnica - FSE | 4.926.751 | 4.926.751 | 2.378.000 | 2.393.937 | 2.393.937 | 1.336.000 | 896.937 | 896.937 | 369.000 | 896.937 | 896.937 | 369.000 |
| PO TOTAL | 661.129.277 | 623.129.277 | 316.239.000 | 292.145.042 | 276.105.042 | 144.460.000 | 98.700.042 | 91.380.042 | 46.217.000 | 98.700.042 | 91.380.042 | 46.217.000 |
| Regiões em Regime Transitório | 126.667.306 | 119.994.673 | 60.090.000 | 69.676.934 | 64.587.936 | 48.830.000 | 29.497.812 | 27.329.835 | 13.687.000 | 29.497.812 | 27.329.835 | 13.687.000 |
| Regiões Elegíveis | 534.451.971 | 503.134.604 | 256.149.000 | 192.468.108 | 181.517.106 | 95.630.000 | 69.202.230 | 64.050.107 | 32.530.000 | 69.202.230 | 64.050.107 | 32.530.000 |
| TOTAL FEDER | 543.278.420 | 508.278.420 | 261.341.000 | 235.791.405 | 221.191.405 | 115.460.000 | 76.863.405 | 70.063.405 | 37.006.000 | 76.863.405 | 70.063.405 | 37.006.000 |
| Regiões em Regime Transitório | 99.123.424 | 93.024.113 | 45.545.000 | 17.917.985 | 17.338.821 | 7.432.000 | 22.142.879 | 20.142.879 | 10.495.000 | 22.142.879 | 20.142.879 | 10.495.000 |
| Regiões Elegíveis | 444.154.996 | 415.254.307 | 215.796.000 | 157.813.420 | 147.852.584 | 78.028.000 | 54.706.651 | 49.920.526 | 26.511.000 | 54.706.651 | 49.920.526 | 26.511.000 |
| TOTAL FSE | 117.850.857 | 114.850.857 | 54.888.000 | 56.353.637 | 54.913.637 | 29.000.000 | 21.836.637 | 21.316.637 | 9.211.000 | 21.836.637 | 21.316.637 | 9.211.000 |
| Regiões em Regime Transitório | 27.553.852 | 26.970.860 | 14.545.000 | 21.698.949 | 21.229.115 | 11.398.000 | 7.341.058 | 7.187.056 | 3.192.000 | 7.341.058 | 7.187.056 | 3.192.000 |
| Regiões Elegíveis | 90.296.975 | 87.879.997 | 40.353.000 | 34.654.688 | 33.684.522 | 17.602.000 | 14.495.579 | 14.129.581 | 6.019.000 | 14.495.579 | 14.129.581 | 6.019.000 |

Unid: Euro

Programa Operacional Sociedade da Informação
Anexo I - Aprovações e Execução Financeira até 31 de Dezembro de 2003 por eixo pri

| PO / Eixo Prioritário / Medida | Fundos | Taxas de Execução (Fundo) | | | | | |
|--|--------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| | | valores acumulados | | | 2000-03 | | |
| | | HomProg (19)=[(12)/(3)*100] | DV/Prog (20)=[(15)/(3)*100] | DV/Hom (21)=[(15)/(12)*100] | DV/Prog (22)=[(15)/(16)*100] | DV/Prog (23)=[(18)/(9)*100] | DV/Prog (23)=[(18)/(9)*100] |
| | Total | 66,65% | 18,36% | 27,54% | 40,18% | 36,96% | 43,76% |
| | FEDER | 70,44% | 17,85% | 25,34% | 40,41% | 36,96% | 43,76% |
| | FSE | 48,60% | 20,76% | 42,72% | 39,31% | 71,11% | 71,11% |
| Programa Operacional Sociedade da Informação | | | | | | | |
| Eixo 1. Desenvolver Competências | | | | | | | |
| FEDER | | 62,60% | 17,75% | 28,35% | 33,93% | 42,97% | 42,97% |
| FSE | | 76,03% | 13,57% | 17,85% | 25,09% | 6,17% | 6,17% |
| FSE | | 50,29% | 21,57% | 42,88% | 42,57% | 80,47% | 80,47% |
| Medida 1.1. Competências Básicas | FSE | 58,95% | 16,05% | 27,22% | 31,51% | 74,67% | 74,67% |
| Medida 1.2. Formação Avançada | FSE | 39,84% | 28,23% | 70,87% | 56,10% | 87,55% | 87,55% |
| Medida 1.3. Investigação e Desenvolvimento | FEDER | 76,03% | 13,57% | 17,85% | 25,09% | 6,17% | 6,17% |
| Eixo 2. Portugal Digital | | | | | | | |
| FEDER | | 67,53% | 17,56% | 26,00% | 43,27% | 47,74% | 47,74% |
| FSE | | 68,56% | 18,01% | 26,26% | 45,30% | 49,61% | 49,61% |
| FSE | | 28,44% | 0,63% | 2,22% | 0,88% | 3,12% | 3,12% |
| Medida 2.1. Acessibilidades | FEDER | 119,19% | 52,30% | 43,88% | 131,71% | 103,48% | 103,48% |
| Medida 2.2. Conteúdos | FEDER | 60,96% | 13,47% | 22,24% | 34,34% | 72,66% | 72,66% |
| Medida 2.3. Das Cidades Digitais ao Portugal Digital | FEDER | 48,35% | 4,13% | 8,54% | 10,35% | 20,50% | 20,50% |
| Medida 2.4. Ações Integradas de Formação | FSE | 28,44% | 0,63% | 2,22% | 0,88% | 3,12% | 3,12% |
| Eixo 3. Estado Aberto | | | | | | | |
| FEDER | | 79,09% | 19,16% | 24,23% | 32,42% | 19,12% | 19,12% |
| FSE | | 79,09% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| FSE | | 79,09% | 19,16% | 24,23% | 32,42% | 19,12% | 19,12% |
| Medida 3.1. Modernizar a Administração Pública | FEDER | | | | | | |
| Eixo 4. Assistência Técnica | | | | | | | |
| FEDER | | 51,75% | 44,85% | 86,66% | 84,31% | 61,21% | 61,21% |
| FSE | | 49,13% | 43,83% | 89,22% | 84,75% | 62,88% | 62,88% |
| FSE | | 57,05% | 46,91% | 82,23% | 83,50% | 58,26% | 58,26% |
| Medida 4.1. Assistência Técnica - FEDER | FEDER | 49,13% | 43,83% | 89,22% | 84,75% | 62,88% | 62,88% |
| Medida 4.2. Assistência Técnica - FSE | FSE | 57,05% | 46,91% | 82,23% | 83,50% | 58,26% | 58,26% |
| PO TOTAL | | 66,65% | 18,36% | 27,54% | 40,18% | 43,76% | 43,76% |
| Regiões em Regime Transitório | | 42,22% | 10,00% | 23,69% | 12,31% | 30,60% | 30,60% |
| Regiões Elegíveis | | 72,32% | 20,32% | 28,07% | 54,42% | 49,30% | 49,30% |
| TOTAL FEDER | | 70,44% | 17,85% | 25,34% | 40,41% | 36,96% | 36,96% |
| Regiões em Regime Transitório | | 49,05% | 7,22% | 14,71% | 8,78% | 22,23% | 22,23% |
| Regiões Elegíveis | | 74,95% | 20,10% | 26,81% | 55,56% | 42,79% | 42,79% |
| TOTAL FSE | | 48,60% | 20,76% | 42,72% | 39,31% | 71,11% | 71,11% |
| Regiões em Regime Transitório | | 20,83% | 18,72% | 89,89% | 23,86% | 58,10% | 58,10% |
| Regiões Elegíveis | | 58,61% | 21,50% | 36,68% | 49,29% | 76,01% | 76,01% |

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
ANEXO II - Aprovações e Execução Financeira entre 1 de Janeiro de 2003 e 31 de Dezembro de 2003 por eixo prioritário e medida

| Eixo prioritário/medida (a) | Fundo Estrutural | Aprovações (a) | | | | | | Execução (b) | | | | |
|--|------------------|----------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|---------------|--------------------|---------------|-----------|
| | | Em Unidade de Gestão | | | Homologações | | | Despesa Pública | Execução / | Fundos Estruturais | Execução / | Aprovação |
| | | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | | | | | |
| Total do Programa | | 94.684.220 | 82.730.965 | 45.846.387 | 94.684.220 | 82.730.965 | 45.846.387 | 38.010.639 | 45,9% | 20.226.556 | 44,1% | |
| TOTAL FEDER | | 85.598.207 | 74.531.544 | 42.083.082 | 85.598.207 | 74.531.544 | 42.083.082 | 27.062.213 | 36,3% | 13.676.375 | 32,5% | |
| TOTAL FSE | | 9.086.013 | 8.199.421 | 3.763.305 | 9.086.013 | 8.199.421 | 3.763.305 | 10.948.425 | 133,5% | 6.550.181 | 174,1% | |
| Eixo 1. Desenvolver Competências | | 11.957.106 | 10.582.512 | 5.140.524 | 11.957.106 | 10.582.512 | 5.140.524 | 11.345.548 | 107,2% | 6.795.810 | 132,2% | |
| Medida 1.1. Competências Básicas | FSE | 5.862.298 | 5.549.675 | 2.381.049 | 5.862.298 | 5.549.675 | 2.381.049 | 4.808.511 | 86,6% | 3.217.209 | 135,1% | |
| Medida 1.2. Formação Avançada | FSE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.620.189 | 0,0% | 3.086.554 | 0,0% | |
| Medida 1.3. Investigação e Desenvolvimento | FEDER | 6.094.808 | 5.032.837 | 2.759.475 | 6.094.808 | 5.032.837 | 2.759.475 | 916.848 | 18,2% | 492.047 | 17,8% | |
| Eixo 2. Portugal Digital | | 72.666.208 | 62.087.547 | 33.845.568 | 72.666.208 | 62.087.547 | 33.845.568 | 24.138.648 | 38,9% | 11.987.958 | 35,4% | |
| Medida 2.1. Acessibilidades | FEDER | 11.735.497 | 11.391.354 | 5.574.302 | 11.735.497 | 11.391.354 | 5.574.302 | 13.314.898 | 116,9% | 6.618.831 | 118,7% | |
| Medida 2.2. Conteúdos | FEDER | 5.804.415 | 2.788.865 | 2.268.246 | 5.804.415 | 2.788.865 | 2.268.246 | 4.484.274 | 160,8% | 2.379.487 | 104,9% | |
| Medida 2.3. Das Cidades Digitais ao Portugal Digital | FEDER | 52.830.423 | 46.185.423 | 25.002.478 | 52.830.423 | 46.185.423 | 25.002.478 | 6.294.584 | 13,6% | 2.958.215 | 11,8% | |
| Medida 2.4. Acções Integradas de Formação | FSE | 2.295.873 | 1.721.905 | 1.000.542 | 2.295.873 | 1.721.905 | 1.000.542 | 44.892 | 2,6% | 31.425 | 3,1% | |
| Eixo 3. Estado Aberto | | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 1.088.863 | 13,6% | 816.647 | 13,6% | |
| Medida 3.1. Modernizar a Administração Pública | FEDER | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 1.088.863 | 13,6% | 816.647 | 13,6% | |
| Eixo 4. Assistência Técnica | | 2.077.479 | 2.077.479 | 872.724 | 2.077.479 | 2.077.479 | 872.724 | 1.437.580 | 69,2% | 626.140 | 71,7% | |
| Medida 4.1. Assistência Técnica - FEDER | FEDER | 1.149.638 | 1.149.638 | 491.010 | 1.149.638 | 1.149.638 | 491.010 | 962.747 | 83,7% | 411.148 | 83,7% | |
| Medida 4.2. Assistência Técnica - FSE | FSE | 927.841 | 927.841 | 381.714 | 927.841 | 927.841 | 381.714 | 474.833 | 51,2% | 214.992 | 56,3% | |

Unidade: euro

(a) Valores totais aprovados no ano
(b) Despesa validada pela autoridade de gestão

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
ANEXO III - Aprovações e Execução Financeira até 31 de Dezembro de 2003 - Eixo Prioritário / Apoio transitório

Unidade: euro

| | Aprovações (a) | | | | | | Execução (b) | | | | | | | |
|---|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Em Unidade de Gestão | | | Homologações | | | Execução / Programado | Despesa Pública | Execução / Programado | Fundos Estruturais | Execução / Aprovações | Fundos Estruturais | Execução / Programado | Execução / Aprovações |
| | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | | | | | | | | |
| Eixo prioritário 1 | 117.631.338 | 110.206.472 | 56.993.490 | 117.631.338 | 110.206.472 | 56.993.490 | 28.526.458 | 31,1% | 25,9% | 16.159.336 | 33,9% | 28,4% | | |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 100.069.527 | 95.672.021 | 48.960.644 | 100.069.527 | 95.672.021 | 48.960.644 | 24.134.624 | 41,7% | 25,2% | 13.501.232 | 44,0% | 27,6% | | |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 17.561.811 | 14.534.451 | 8.032.846 | 17.561.811 | 14.534.451 | 8.032.846 | 4.391.834 | 13,0% | 30,2% | 2.658.104 | 15,7% | 33,1% | | |
| Eixo prioritário 2 | 279.643.622 | 265.348.481 | 130.611.837 | 279.643.622 | 265.348.481 | 130.611.837 | 68.486.989 | 43,2% | 25,8% | 33.961.452 | 43,3% | 26,0% | | |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 241.770.396 | 230.584.640 | 113.999.425 | 241.770.396 | 230.584.640 | 113.999.425 | 63.025.337 | 59,0% | 27,3% | 31.232.814 | 59,3% | 27,4% | | |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 37.873.226 | 34.763.841 | 16.612.412 | 37.873.226 | 34.763.841 | 16.612.412 | 5.461.652 | 10,6% | 15,7% | 2.728.638 | 10,6% | 16,4% | | |
| Eixo prioritário 3 | 25.931.164 | 25.931.164 | 19.448.361 | 25.931.164 | 25.931.164 | 19.448.361 | 6.283.626 | 32,4% | 24,2% | 4.712.720 | 32,4% | 24,2% | | |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 25.931.164 | 25.931.164 | 19.448.361 | 25.931.164 | 25.931.164 | 19.448.361 | 6.283.626 | 49,7% | 24,2% | 4.712.720 | 48,0% | 24,2% | | |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | | |
| Assistência técnica | 6.381.674 | 6.381.674 | 3.712.853 | 6.381.674 | 6.381.674 | 3.712.853 | 5.346.394 | 80,2% | 83,8% | 3.217.716 | 84,3% | 86,7% | | |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 5.129.113 | 5.129.113 | 2.990.931 | 5.129.113 | 5.129.113 | 2.990.931 | 4.303.208 | 102,3% | 83,9% | 2.594.726 | 105,6% | 86,8% | | |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 1.252.561 | 1.252.561 | 721.922 | 1.252.561 | 1.252.561 | 721.922 | 1.043.186 | 42,4% | 83,3% | 622.990 | 45,9% | 86,3% | | |
| Total | 429.587.798 | 407.867.791 | 210.766.540 | 429.587.798 | 407.867.791 | 210.766.540 | 108.643.467 | 39,3% | 26,6% | 58.051.224 | 40,2% | 27,5% | | |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 372.900.201 | 357.316.939 | 185.399.360 | 372.900.201 | 357.316.939 | 185.399.360 | 97.746.795 | 44,2% | 27,4% | 52.041.491 | 45,1% | 28,1% | | |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 56.687.597 | 50.550.852 | 25.367.180 | 56.687.597 | 50.550.852 | 25.367.180 | 10.896.672 | 19,8% | 21,6% | 6.009.733 | 20,7% | 23,7% | | |

(a) Valores Totais Aprovados no ano

(b) Despesa validada pela Autoridade de Gestão

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
ANEXO IV - Aprovações e Execução Financeira entre 1 de Janeiro de 2003 e 31 de Dezembro de 2003 - Eixo Prioritário / Apoio transitório
 Unidade: euro

| Eixo prioritário/Apoio transitório | Aprovações (a) | | | | Execução (b) | | | | |
|---|----------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| | Em Unidade de Gestão | | Homologações | | Despesa Pública | | Fundos Estruturais | | |
| | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Execução / Programaço | Execução / Aprovações | |
| Eixo prioritário 1 | 11.957.106 | 10.582.512 | 5.140.524 | 11.957.106 | 10.582.512 | 5.140.524 | 38,4% | 107,2% | 46,0% |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 8.994.503 | 7.876.183 | 3.861.676 | 8.994.503 | 7.876.183 | 3.861.676 | 41,0% | 101,3% | 49,0% |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 2.962.603 | 2.706.329 | 1.278.848 | 2.962.603 | 2.706.329 | 1.278.848 | 33,3% | 124,4% | 39,8% |
| Eixo prioritário 2 | 72.666.208 | 62.087.547 | 33.845.568 | 72.666.208 | 62.087.547 | 33.845.568 | 44,5% | 38,9% | 53,4% |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 67.432.690 | 58.673.264 | 31.688.535 | 67.432.690 | 58.673.264 | 31.688.535 | 51,6% | 33,9% | 62,1% |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 5.233.518 | 3.414.283 | 2.157.033 | 5.233.518 | 3.414.283 | 2.157.033 | 26,9% | 123,8% | 32,1% |
| Eixo prioritário 3 | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 19,4% | 13,6% | 13,6% |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 7.983.427 | 7.983.427 | 5.987.570 | 27,7% | 13,6% | 27,1% |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Assistência técnica | 2.077.479 | 2.077.479 | 872.724 | 2.077.479 | 2.077.479 | 872.724 | 84,6% | 69,2% | 60,9% |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 1.641.208 | 1.641.208 | 689.452 | 1.641.208 | 1.641.208 | 689.452 | 100,3% | 69,2% | 71,7% |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 436.271 | 436.271 | 183.272 | 436.271 | 436.271 | 183.272 | 53,3% | 69,2% | 39,6% |
| Total | 94.684.220 | 82.730.965 | 45.846.387 | 94.684.220 | 82.730.965 | 45.846.387 | 41,7% | 45,9% | 47,6% |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 86.051.828 | 76.174.082 | 42.227.233 | 86.051.828 | 76.174.082 | 42.227.233 | 40,4% | 39,5% | 47,0% |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 8.632.392 | 6.556.883 | 3.619.154 | 8.632.392 | 6.556.883 | 3.619.154 | 47,6% | 120,4% | 50,2% |

(a) Valores Totais Aprovados no ano

(b) Despesa validada pela Autoridade de Gestão

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
ANEXO V - Repartição da Execução Financeira por Domínio de Intervenção - até 31 de Dezembro de 2003
 Unidade: euro

| Eixo prioritário/medida | Fundo Estrut. | % do domínio no Total Programado para a Medida (a) | Homologações (b) | | Execução (c) | | | | |
|--|---------------|--|---------------------|------------------------|-----------------|-----------|--------------------|-----------|--|
| | | | Despesa Pública (1) | Fundos Estruturais (2) | Despesa Pública | (3) / (1) | Fundos Estruturais | (4) / (2) | |
| | | | | | | | | | |
| 1 - Enquadramento Produtivo | | | | | | | | | |
| Eixo 1 - Desenvolver Competências / 1.3. Investigação e Desenvolvimento | FEDER | 14,14% | 64.068.449 | 33.086.131 | 12.333.764 | 19,3% | 5.907.217 | 17,9% | |
| 181 - IDTI - Proj. Investigação em Universidades e Institutos Investigação | | 14,14% | 64.068.449 | 33.086.131 | 12.333.764 | 19,3% | 5.907.217 | 17,9% | |
| 182 - IDTI - Inovação e Transferências de Tecnologia, Realizações | | 50% | 32.034.224 | 16.543.066 | 6.166.882 | 19,3% | 2.953.608 | 17,9% | |
| | | 50% | 32.034.224 | 16.543.066 | 6.166.882 | 19,3% | 2.953.608 | 17,9% | |
| 2 - Recursos Humanos | | 14,52% | 48.465.399 | 25.325.113 | 16.237.586 | 33,5% | 10.283.544 | 40,6% | |
| Eixo 1 - Desenvolver Competências / 1.1. Competências Básicas | FSE | 11,20% | 29.047.399 | 15.329.359 | 6.174.312 | 21,3% | 4.173.270 | 27,2% | |
| Eixo 1 - Desenvolver Competências / 1.2. Formação Avançada | FSE | 21,96% | 17.090.624 | 8.578.000 | 10.018.382 | 58,6% | 6.078.849 | 70,9% | |
| Eixo 2 - Portugal Digital / 2.4. Acções Integradas de Formação | FSE | 0,41% | 2.327.376 | 1.417.754 | 44.892 | 1,9% | 31.424 | 2,2% | |
| 3 - Infra estruturas de Base | | 72,28% | 260.740.205 | 133.835.049 | 68.374.099 | 26,2% | 35.350.070 | 26,4% | |
| Eixo 2 - Portugal Digital / 2.1. Acessibilidades | FEDER | 52,65% | 120.771.011 | 59.055.914 | 52.447.042 | 43,4% | 25.914.771 | 43,9% | |
| 322 - TIC | | 50% | 60.385.505 | 29.527.957 | 26.223.521 | 43,4% | 12.957.386 | 43,9% | |
| 323 - Serviços e Aplicação para o Cidadão | | 50% | 60.385.505 | 29.527.957 | 26.223.521 | 43,4% | 12.957.386 | 43,9% | |
| Eixo 2 - Portugal Digital / 2.3. Cidades Digitais | FEDER | 4,22% | 114.038.030 | 55.330.775 | 9.643.431 | 8,5% | 4.722.579 | 8,5% | |
| 322 - TIC | | 50% | 57.019.015 | 27.665.387 | 4.821.716 | 8,5% | 2.361.290 | 8,5% | |
| 323 - Serviços e Aplicação para o Cidadão | | 50% | 57.019.015 | 27.665.387 | 4.821.716 | 8,5% | 2.361.290 | 8,5% | |
| Eixo 3 - Estado Aberto / 3.1. Modernizar a Administração Pública | FEDER | 19,17% | 25.931.164 | 19.448.361 | 6.283.626 | 24,2% | 4.712.720 | 24,2% | |
| 322 - TIC | | 50% | 12.965.582 | 9.724.180 | 3.141.813 | 24,2% | 2.356.360 | 24,2% | |
| 323 - Serviços e Aplicação para o Cidadão | | 50% | 12.965.582 | 9.724.180 | 3.141.813 | 24,2% | 2.356.360 | 24,2% | |
| 4 - Diversos | | 43,64% | 6.381.674 | 3.712.853 | 5.346.394 | 83,8% | 3.217.716 | 86,7% | |
| Assistência Técnica - FEDER | FEDER | 35,98% | 3.946.847 | 2.356.233 | 3.488.403 | 88,4% | 2.102.204 | 89,2% | |
| 411 - Preparação, Execução e Acompanhamento | | 70% | 2.762.793 | 1.649.363 | 2.441.882 | 88,4% | 1.471.543 | 89,2% | |
| 412 - Avaliação | | 30% | 1.184.054 | 706.870 | 1.046.521 | 88,4% | 630.661 | 89,2% | |
| Assistência Técnica - FSE | FSE | 37,71% | 2.434.827 | 1.356.620 | 1.857.991 | 76,3% | 1.115.512 | 82,2% | |
| 411 - Preparação, Execução e Acompanhamento | | 70% | 1.704.379 | 949.634 | 1.300.594 | 76,3% | 780.858 | 82,2% | |
| 412 - Avaliação | | 30% | 730.448 | 406.986 | 557.397 | 76,3% | 334.654 | 82,2% | |

(a) As medidas que foram objecto de atribuição de mais de um código aparecerão com a indicação da percentagem correspondente a cada domínio/categoria. Essa percentagem é aplicada aos valores homologados e executados enquanto os sistemas de informação não permitirem o seu apuramento

(b) Valores Totais Aprovados no ano

(c) Despesa validada pela Autoridade de Gestão

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
ANEXO VI -Repartição da Execução Financeira por Domínio de Intervenção - de 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2003
 Unidade: euro

| Eixo prioritário/medida | Fundo Estruct. | % do domínio no Total Programado para a Medida (a) | Homologações (b) | | Execução (c) | | |
|--|----------------|--|------------------|-------------------------|-----------------|---------------------|--------|
| | | | Despesa Pública | Fundos Estructurais (2) | Despesa Pública | Fundos Estructurais | |
| | | | (3) / (1) | (4) / (2) | (3) / (1) | (4) / (2) | |
| 1 - Enquadramento Produtivo | | | | | | | |
| Eixo 1 - Desenvolver Competências / 1.3. Investigação e Desenvolvimento 181 - IDTI - Proj. Investigação em Universidades e Institutos Investigação 182 - IDTI - Inovação e Transferências de Tecnologia, Realizações | FEDER | 1,05% | 5.032.837 | 2.759.475 | 916.848 | 492.047 | 17,8% |
| | | 1,05% | 5.032.837 | 2.759.475 | 916.848 | 492.047 | 17,8% |
| | | 50% | 2.516.418 | 1.379.738 | 458.424 | 246.024 | 17,8% |
| | | 50% | 2.516.418 | 1.379.738 | 458.424 | 246.024 | 17,8% |
| 2 - Recursos Humanos | | 9,37% | 7.271.580 | 3.381.591 | 10.473.593 | 6.335.188 | 187,3% |
| Eixo 1 - Desenvolver Competências / 1.1. Competências Básicas | FSE | 8,72% | 5.549.675 | 2.381.049 | 4.808.511 | 3.217.209 | 135,1% |
| Eixo 1 - Desenvolver Competências / 1.2. Formação Avançada | FSE | 12,32% | 0 | 0 | 5.620.189 | 3.086.554 | 0,0% |
| Eixo 2 - Portugal Digital / 2.4. Acções Integradas de Formação | FSE | 0,41% | 1.721.905 | 1.000.542 | 44.892 | 31.425 | 3,1% |
| 3 - Infra estruturas de Base | | 18,18% | 65.560.204 | 36.564.350 | 20.698.345 | 10.393.693 | 28,4% |
| Eixo 2 - Portugal Digital / 2.1. Acessibilidades | FEDER | 13,37% | 11.391.354 | 5.574.302 | 13.314.898 | 6.618.831 | 118,7% |
| 322 - TIC | | 50% | 5.695.677 | 2.787.151 | 6.657.449 | 3.309.415 | 118,7% |
| 323 - Serviços e Aplicação para o Cidadão | | 50% | 5.695.677 | 2.787.151 | 6.657.449 | 3.309.415 | 118,7% |
| Eixo 2 - Portugal Digital / 2.3. Cidades Digitais | FEDER | 2,76% | 46.185.423 | 25.002.478 | 6.294.584 | 2.958.215 | 11,8% |
| 322 - TIC | | 50% | 23.092.712 | 12.501.239 | 3.147.292 | 1.479.108 | 11,8% |
| 323 - Serviços e Aplicação para o Cidadão | | 50% | 23.092.712 | 12.501.239 | 3.147.292 | 1.479.108 | 11,8% |
| Eixo 3 - Estado Aberto / 3.1. Modernizar a Administração Pública | FEDER | 3,32% | 7.983.427 | 5.987.570 | 1.088.863 | 816.647 | 13,6% |
| 322 - TIC | | 50% | 3.991.714 | 2.993.785 | 544.431 | 408.323 | 13,6% |
| 323 - Serviços e Aplicação para o Cidadão | | 50% | 3.991.714 | 2.993.785 | 544.431 | 408.323 | 13,6% |
| 4 - Diversos | | 14,21% | 2.077.479 | 872.724 | 1.437.580 | 626.140 | 71,7% |
| Assistência Técnica - FEDER | FEDER | 9,93% | 1.149.638 | 491.010 | 962.747 | 411.148 | 83,7% |
| 411 - Preparação, Execução e Acompanhamento | | 70% | 804.746 | 343.707 | 673.923 | 287.804 | 83,7% |
| 412 - Avaliação | | 30% | 344.891 | 147.303 | 288.824 | 123.344 | 83,7% |
| Assistência Técnica - FSE | FSE | 9,64% | 927.841 | 381.714 | 474.833 | 214.992 | 56,3% |
| 411 - Preparação, Execução e Acompanhamento | | 70% | 649.489 | 267.200 | 332.383 | 150.495 | 56,3% |
| 412 - Avaliação | | 30% | 278.352 | 114.514 | 142.450 | 64.498 | 56,3% |

(a) As medidas que foram objecto de atribuição de mais de um código aparecerão com a indicação da percentagem correspondente a cada domínio/categoria. Essa percentagem é aplicada aos valores homologados e executados enquanto os sistemas de informação não permitem o seu apuramento

(b) Valores Totais Aprovados no ano

(c) Despesa validada pela Autoridade de Gestão

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
Anexo VII - Programação financeira por eixo prioritário e Regiões elegíveis e Regiões em regime transitório
 Unidades: euro

| Eixo prioritário/medida | 2000 | | | 2001 | | | 2002 | | | 2003 | | | 2004 a 2006 | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Custo Total | Despesa Pública | Fundos Estruturais |
| Total do Programa | 33.957.000 | 33.957.000 | 24.067.000 | 16.370.000 | 16.370.000 | 9.382.000 | 30.880.000 | 30.880.000 | 14.761.000 | 34.881.766 | 34.881.766 | 15.816.000 | 95.026.766 | 91.886.766 | 47.623.000 |
| FEDER | 26.624.000 | 26.624.000 | 18.919.000 | 5.420.000 | 5.420.000 | 31.704.000 | 96.982.000 | 96.982.000 | 42.472.000 | 91.380.042 | 91.380.042 | 46.217.000 | 292.145.042 | 276.105.042 | 144.460.000 |
| FSE | 7.333.000 | 7.333.000 | 5.148.000 | 10.086.000 | 10.086.000 | 6.304.000 | 17.088.000 | 17.088.000 | 8.337.000 | 21.836.637 | 21.836.637 | 9.211.000 | 56.353.637 | 54.913.637 | 29.000.000 |
| FEOGA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| IFOP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Eixo prioritário 1 | 10.775.000 | 10.775.000 | 7.647.000 | 16.370.000 | 16.370.000 | 9.382.000 | 30.880.000 | 30.880.000 | 14.761.000 | 34.881.766 | 34.881.766 | 15.816.000 | 95.026.766 | 91.886.766 | 47.623.000 |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 5.521.238 | 5.521.238 | 4.300.075 | 9.679.950 | 9.679.950 | 5.667.028 | 20.376.534 | 20.376.534 | 9.660.863 | 23.611.183 | 23.611.183 | 10.836.758 | 60.258.349 | 57.306.561 | 30.664.723 |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 5.253.761 | 5.253.761 | 3.346.925 | 7.290.477 | 7.290.477 | 3.714.972 | 10.503.466 | 10.503.466 | 4.920.137 | 11.270.445 | 11.270.445 | 4.978.244 | 34.768.419 | 33.578.207 | 16.960.277 |
| Eixo prioritário 2 | 19.552.000 | 19.552.000 | 13.727.000 | 38.532.000 | 38.532.000 | 17.204.000 | 58.778.000 | 58.778.000 | 22.443.000 | 48.379.867 | 48.379.867 | 25.109.000 | 171.071.867 | 168.471.867 | 78.483.000 |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 10.564.957 | 10.564.957 | 7.827.213 | 24.242.481 | 24.242.481 | 11.015.796 | 41.681.595 | 41.681.595 | 15.916.456 | 34.777.286 | 34.777.286 | 17.924.577 | 115.348.596 | 106.747.382 | 52.684.036 |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 9.017.043 | 9.017.043 | 5.899.787 | 14.289.519 | 14.289.519 | 6.188.210 | 17.096.405 | 17.096.405 | 6.528.544 | 13.602.581 | 13.602.581 | 7.184.423 | 55.723.271 | 52.724.485 | 25.798.964 |
| Eixo prioritário 3 | 2.561.494 | 2.561.494 | 1.920.120 | 5.500.494 | 5.500.494 | 4.125.120 | 6.625.494 | 6.625.494 | 4.220.120 | 5.690.494 | 5.690.494 | 4.270.120 | 19.377.976 | 19.377.976 | 14.535.480 |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 1.346.906 | 1.346.906 | 1.096.515 | 3.373.445 | 3.373.445 | 2.655.830 | 3.924.731 | 3.924.731 | 3.011.634 | 4.010.731 | 4.010.731 | 3.059.103 | 12.655.813 | 12.655.813 | 9.823.082 |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 1.214.588 | 1.214.588 | 823.605 | 2.127.049 | 2.127.049 | 1.469.290 | 1.700.763 | 1.700.763 | 1.208.486 | 1.679.763 | 1.679.763 | 1.211.017 | 6.722.163 | 6.722.163 | 4.712.398 |
| Assistência técnica | 1.038.506 | 1.038.506 | 772.880 | 1.503.506 | 1.503.506 | 992.880 | 1.698.506 | 1.698.506 | 1.027.880 | 2.427.913 | 2.427.913 | 1.022.880 | 6.668.431 | 6.668.431 | 3.816.520 |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 540.897 | 540.897 | 437.197 | 861.775 | 861.775 | 615.351 | 1.131.765 | 1.131.765 | 696.047 | 1.650.913 | 1.650.913 | 709.594 | 4.205.350 | 4.205.350 | 2.459.159 |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 497.609 | 497.609 | 335.683 | 621.731 | 621.731 | 377.529 | 566.741 | 566.741 | 331.833 | 777.000 | 777.000 | 313.316 | 2.463.081 | 2.463.081 | 1.356.361 |
| Regiões que não beneficiam do apoio transitório | 33.957.000 | 33.957.000 | 24.067.000 | 62.506.000 | 62.506.000 | 31.704.000 | 96.982.000 | 96.982.000 | 42.472.000 | 91.380.042 | 91.380.042 | 46.217.000 | 292.145.042 | 276.105.042 | 144.460.000 |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 17.973.999 | 17.973.999 | 13.661.000 | 38.177.254 | 38.177.254 | 19.954.000 | 67.114.625 | 67.114.625 | 29.485.000 | 64.050.107 | 64.050.107 | 32.530.000 | 181.517.106 | 181.517.106 | 95.630.000 |
| Regiões que beneficiam do apoio transitório | 15.983.001 | 15.983.001 | 10.406.000 | 24.328.746 | 24.328.746 | 11.750.000 | 29.867.375 | 29.867.375 | 12.887.000 | 29.487.812 | 29.487.812 | 13.887.000 | 99.676.934 | 94.587.936 | 48.830.000 |
| Total | 661.129.277 | 623.129.277 | 508.276.420 | 1.178.560.857 | 1.178.560.857 | 543.276.420 | 3.058.239.404 | 3.058.239.404 | 1.453.850.857 | 3.058.239.404 | 3.058.239.404 | 1.453.850.857 | 11.564.201 | 11.564.201 | 5.565.472 |
| Total | 661.129.277 | 623.129.277 | 508.276.420 | 1.178.560.857 | 1.178.560.857 | 543.276.420 | 3.058.239.404 | 3.058.239.404 | 1.453.850.857 | 3.058.239.404 | 3.058.239.404 | 1.453.850.857 | 11.564.201 | 11.564.201 | 5.565.472 |
| Total | 661.129.277 | 623.129.277 | 508.276.420 | 1.178.560.857 | 1.178.560.857 | 543.276.420 | 3.058.239.404 | 3.058.239.404 | 1.453.850.857 | 3.058.239.404 | 3.058.239.404 | 1.453.850.857 | 11.564.201 | 11.564.201 | 5.565.472 |

Anexo 8
Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia

PO Sociedade da Informação (POSI)

Situação Consolidada em 03-12-31

Un.: mil Euro

| CRÉDITOS SOBRE A CE | | | PAGAMENTOS DA CE | | | |
|--------------------------|-----------------------|-------------------|------------------|---------------|-------------------|------------------|
| | | | REALIZADOS | | | POR SATISFAZER |
| 7% PROG. FEDER 2000-2006 | PED. PAG. INTERMÉDIOS | TOTAL CRÉDITOS | POR CONTA | POR REEMBOLSO | TOTAL PAGAMENTOS | |
| (1) | (2) | (3)=(1)+(2) | (4) | (5) | (6)=(4)+(5) | (7)=(3)-(6) |
| 18.293,870 | 36.936,967 | 55.230,837 | 18.293,870 | 31.359,690 | 49.653,560 | 5.577,278 |

Histórico dos Pagamentos por Conta

Un.: mil Euro

| Designação | Data | Mont. |
|------------------|----------|-------------------|
| 1ª parcela(3,5%) | 00-09-22 | 9.146,935 |
| 2ª parcela(3,5%) | 00-12-15 | 9.146,935 |
| TOTAL | | 18.293,870 |

Histórico dos Pagamentos Intermédios

Un.: mil Euro

| Pedidos | | | Reembolsados | | |
|--------------|----------|---------------------------------|---------------------|----------|---------------------------------|
| Designação | Data | Mont. | Designação | Data | Mont. |
| 1º/ 2000 | 00-10-31 | 3.199,290 3.199,290 | 1º/ 2000 | 01-08-08 | 2.121,620 2.121,620 |
| | | | Regularização | 02-03-05 | 1.077,669 |
| 2º/ 2000 | 00-12-15 | 233,810 233,810 | 2º/ 2000 | 01-08-08 | 155,076 155,076 |
| | | | Regularização | 02-03-05 | 78,734 |
| 1º/ 2001 | 01-04-19 | 1.300,078 1.300,078 | 1º/ 2001 | 01-10-19 | 862,304 862,304 |
| | | | Regularização | 02-03-05 | 437,774 |
| 2º/ 2001 | 01-07-24 | 4.096,105 4.096,105 | 2º/ 2001 | 01-10-15 | 3.145,023 3.145,023 |
| | | | Regularização | 02-03-05 | 951,082 |
| 3º/ 2001 | 01-11-12 | 5.804,323 5.804,323 | 3º/ 2001 | 02-01-17 | 5.804,323 5.804,323 |
| 4º/ 2001 | 01-12-26 | 4.630,203 4.630,203 | 4º/ 2001 | 02-03-05 | 4.630,203 4.630,203 |
| 1º/ 2003 | 03-07-23 | 13.685,497 13.685,497 | 1º/2003 | 03-09-22 | 12.095,881 12.095,881 |
| 2º/2003 | 03-12-15 | 3.987,662 3.987,662 | | | |
| | | | Reembolsado | | 28.814,431 |
| | | | Regularizado | | 2.545,259 |
| TOTAL | | 36.936,967 | TOTAL | | 31.359,690 |

ANEXO IX

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
ANEXO IX - Fluxos Financeiros com a Comissão Europeia - FSE

Situação Consolidada em 31 de Dezembro de 2003
Unidade: euro

| CRÉDITOS SOBRE A CE FSE | | | PAGAMENTOS DA CE | | | |
|------------------------------|--------------------------|-------------------|------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| | | | REALIZADOS | | | POR SATISFAZER |
| 7% PROG. FSE 2000-2006 | PED. PAG. INTERMÉDIOS | TOTAL CRÉDITOS | POR CONTA | POR REEMBOLSO | TOTAL PAGAMENTOS | |
| (1) | (2) | (3)=(1)+(2) | (4) | (5) | (6)=(4)+(5) | (7)=(3)-(6) |
| 3.842.860 | 7.769.695 | 11.612.555 | 3.842.860 | 7.769.695 | 11.612.555 | 0 |

| Histórico dos Pagamentos por Conta | | |
|------------------------------------|-----------|------------------|
| unidade: euro | | |
| Designação | Data | Mont. |
| 1ª Tranche (3,5%) | 13-Out-00 | 1.921.430 |
| 2ª Tranche (3,5%) | 22-Dez-00 | 1.921.430 |
| TOTAL | | 3.842.860 |

| Histórico dos Pagamentos Intermédios | | | | | |
|--------------------------------------|-----------|---------------------|----------------|-----------|---------------------|
| | | | unidade: euro | | |
| Pedidos | | | Reembolsados | | |
| Designação | Data | Mont. | Designação | Data | Mont. |
| 1º 2001 | 11-Jun-01 | 1.039.233,82 | 3º/2001 | 25-Abr-02 | 1.983.217,27 |
| 2º 2001 | 30-Out-01 | 943.983,45 | 1º/2002 | 25-Jun-02 | 412.924,26 |
| 3º 2001 * | 29-Nov-01 | 1.983.217,27 | 2º/2002 | 13-Sep-02 | 295.999,10 |
| 1º 2002 | 25-Mar-02 | 412.924,27 | 3º 2002 | 8-Jul-03 | 831.813,79 |
| 2º 2002 | 1-Jul-02 | 295.999,10 | 1º 2003 | 17-Sep-03 | 1.937.199,98 |
| 3º 2002 | 18-Dez-02 | 831.813,79 | 2º 2003 | 24-Nov-03 | 2.308.540,47 |
| 1º 2003 | 31-Jul-03 | 1.937.199,98 | | | |
| 2º 2003 | 28-Out-03 | 2.308.540,47 | | | |
| TOTAL | | 7.769.694,88 | TOTAL | | 7.769.694,87 |

* Este pedido resultou da agregação dos pedidos 1 e 2.

ANEXO X
Programa Operacional Sociedade da Informação
ANEXO X - Expectativa de Cumprimento da Regra N+2

Unid: euro

| FEDER | Programado | | | | | | | | Previsão de Execução | | | |
|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Para 2000 | | Para 2001 | | Para 2002 | | Para 2003 | | Para 2004 | | Para 2005 | |
| | DPT | FEDER | DPT | FEDER | DPT | FEDER | DPT | FEDER | DPT | FEDER | DPT | FEDER |
| Eixo 1 | 4.839.000 | 3.492.000 | 8.480.000 | 4.240.000 | 15.662.000 | 7.831.000 | 16.775.056 | 7.981.000 | 4.000.000 | 1.796.000 | 8.000.000 | 3.592.000 |
| Eixo 2 | 18.534.000 | 12.993.000 | 34.935.000 | 16.371.000 | 52.247.000 | 21.435.000 | 46.066.879 | 24.101.000 | 47.000.000 | 21.866.500 | 75.000.000 | 34.345.000 |
| Eixo 3 | 2.561.494 | 1.920.120 | 5.500.494 | 4.125.120 | 5.625.494 | 4.220.120 | 5.690.494 | 4.270.120 | 3.580.500 | 2.685.376 | 8.000.000 | 6.000.000 |
| Eixo 4 | 689.506 | 513.880 | 1.004.506 | 663.880 | 1.049.506 | 648.880 | 1.530.976 | 653.880 | 1.500.000 | 640.650 | 1.500.000 | 640.650 |
| POSI | 26.624.000 | 18.919.000 | 49.920.000 | 25.400.000 | 74.584.000 | 34.135.000 | 70.063.405 | 37.006.000 | 56.080.500 | 26.988.526 | 92.500.000 | 44.577.650 |

Unid: euro

| FSE | Programado | | | | | | | | Previsão de Execução | | | |
|-------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|----------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Para 2000 | | Para 2001 | | Para 2002 | | Para 2003 | | Para 2004 | | Para 2005 | |
| | DPT | FSE | DPT | FSE | DPT | FSE | DPT | FSE | DPT | FSE | DPT | FSE |
| Eixo 1 | 5.936.000 | 4.155.000 | 7.890.000 | 5.142.000 | 13.898.000 | 6.950.000 | 18.106.712 | 7.834.000 | 15.242.532 | 7.694.415 | 9.283.971 | 4.620.851 |
| Eixo 2 | 1.048.000 | 734.000 | 1.297.000 | 833.000 | 2.031.000 | 1.008.000 | 2.312.988 | 1.008.000 | 2.224.467 | 1.122.909 | 1.354.886 | 674.358 |
| Eixo 4 | 349.000 | 259.000 | 499.000 | 329.000 | 649.000 | 379.000 | 896.937 | 369.000 | 796.279 | 401.961 | 485.000 | 241.396 |
| POSI | 7.333.000 | 5.148.000 | 9.686.000 | 6.304.000 | 16.578.000 | 8.337.000 | 21.316.637 | 9.211.000 | 18.263.278 | 9.219.285 | 11.123.857 | 5.536.605 |

Unid: euro

| Fundo Comunitário | Execução + Pagamento por Conta a 31-12-2003 (*) | Pedidos de Pagamento a Efectuar em 2004 | Execução prevista a 31-12-2004 | Programação 2000-2002 | Regra N+2 face a 2002 | Pedidos de Pagamento a Efectuar em 2005 | Execução prevista a 31-12-2005 | Programação 2000-2003 | Regra N+2 face a 2003 |
|-------------------|---|---|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|---|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 1 | 2 | 3 = 1 + 2 | 4 | 5 = 3 / 4 | 6 | 7 = 5 + 6 | 8 | 9 = 7 / 8 |
| | FEDER | 46.670.462 | 26.988.526 | 73.658.988 | 78.454.000 | 94% | 44.577.650 | 118.236.638 | 115.460.000 |
| FSE | 14.143.956 | 9.219.285 | 23.363.241 | 19.789.000 | 118% | 5.536.605 | 28.899.846 | 29.000.000 | 100% |

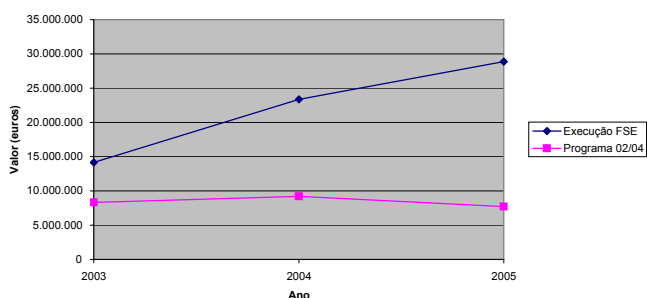
Unid: euro

| Fundo Comunitário | Execução + Pagamento por Conta a 31-12-2004 (*) | Programação 2000/2002 | Regra N+2 face a 2002 |
|-------------------|---|-----------------------|-----------------------|
| | 1 | 2 | 3 = 2 / 1 |
| | FEDER | 73.658.988 | 78.454.000 |
| FSE | 23.363.241 | 19.789.000 | 118% |

| | 31-12-2003 | 31-12-2004 | 31-12-2005 |
|----------------|------------|------------|------------|
| Execução FSE | 14.143.956 | 23.363.241 | 28.899.846 |
| Programa 02/04 | 8.337.000 | 9.211.000 | 7.701.000 |

FSE

Regra N+2

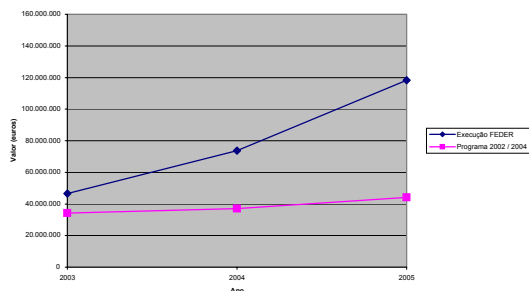


(*) Nota: Engloba os pagamentos por conta ao POSI de FEDER e FSE

Unid: euro

| | 31-12-2003 | 31-12-2004 | 31-12-2005 |
|----------------------|------------|------------|-------------|
| Execução FEDER | 46.670.462 | 73.658.988 | 118.236.638 |
| Programa 2002 / 2004 | 34.135.000 | 37.006.000 | 44.107.000 |

FEDER
Regra N+2



| Código do Projeto | Designação do Projeto | Entidade | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | 2005 | | 2006 | | Financiamento Total | | | |
|-------------------|---|--|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|---------|-------------|---------|---------------------|-----------|-------------|-----------|
| | | | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE | Costo Total | FSE |
| 031.1/CAAO | Diploma de Competências Básicas em Tecnologia de Informação | Fundação para a Computação Científica Nacional | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 99760 | 99760 | 69352 |
| 071.1/CNRE | Diagnóstico de Competências Básicas em Tecnologia de Informação | Fundação para a Computação Científica Nacional | 1.381.742 | 963.430 | 1.381.742 | 963.430 | 2.322.016 | 1.602.191 | 2.322.016 | 1.602.191 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.703.796 | 3.703.796 | 2.555.021 |
| 111.1/CNRE | Acompanhamento de Uso de Internet em Escolas Públicas do 1º Ciclo do Ensino Básico | Associação de Apoio à Computação Científica Nacional | 3.227.254 | 1.613.027 | 3.227.254 | 1.613.027 | 3.314.837 | 1.657.416 | 3.314.837 | 1.657.416 | 2.300.000 | 2.300.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.842.091 | 8.842.091 | 4.421.046 |
| 091.1/CAAO | Contrato-Programa das Ações Autônomas de Apoio | Autóntoma dos Açores | 631.706 | 316.830 | 631.706 | 316.830 | 382.431 | 191.216 | 382.431 | 191.216 | 389.323 | 389.323 | 184.822 | 383.608 | 383.608 | 181.804 | 383.608 | 2.130.730 | 2.130.730 | 1.065.305 |
| 131.1/CNRE | Programa Círculo Solidário | Instituto Solidariade e Segurança Social | 3.716.327 | 2.157.886 | 3.716.327 | 2.157.886 | 2.578.659 | 1.482.646 | 2.578.659 | 1.482.646 | 1.397.523 | 1.397.523 | 809.426 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.684.803 | 7.684.803 | 4.423.742 |
| 141.1/CNRE | Diploma de Competências Básicas - EPI | Escola Prática de Instrução | 0 | 0 | 0 | 0 | 95.394 | 110.289 | 290.672 | 290.672 | 301.860 | 301.860 | 120.744 | 173.240 | 173.240 | 69.296 | 0 | 1.005.682 | 1.005.682 | 402.279 |
| 151.1/CNRE | Sistema de Informação Integrado para a Obtenção do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | Observatório de Ciências e Tecnologia | 20.861 | 10.431 | 20.861 | 10.431 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20.861 | 20.861 | 10.431 |
| 951.1/CNRE | Contrato-Programa Avero Digital 2003-2008 | Associação Avero Digital | 0 | 0 | 0 | 0 | 33.333 | 25.000 | 25.000 | 19.873 | 66.667 | 50.000 | 27.347 | 66.667 | 50.000 | 33.333 | 25.000 | 200.000 | 190.000 | 82.040 |
| 253.1/CNRE | Suporte Técnico e Formação de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | Sociedade Anónima de Apoio à Formação de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | 0 | 0 | 0 | 0 | 52.660 | 21.601 | 52.660 | 21.601 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 52.660 | 52.660 | 21.601 |
| 631.1/CNRE | Certificação/Formação de competências básicas | Clâmara Municipal Vila Nova de Paiva | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.193 | 2.540 | 7.866 | 7.866 | 7.866 | 3.288 | 4.025 | 4.025 | 1.856 | 0 | 18.684 | 18.684 | 7.664 | |
| 321.1/CNRE | Certificação de aptidões em TIC's | Clâmara Municipal de Figueira dos Vinhos | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.109 | 4.987 | 13.699 | 13.699 | 13.699 | 5.019 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25.807 | 25.807 | 10.986 | |
| 701.1/CNRE | Centro de certificação de competências básicas em tecnologias de informação de Estarreja | Clâmara Municipal de Estarreja | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.128 | 1.693 | 3.791 | 3.791 | 3.791 | 1.555 | 3.791 | 3.791 | 1.555 | 0 | 11.709 | 11.709 | 4.803 | |
| 331.1/CNRE | Certificação de aptidões em TIC's | Clâmara Municipal de Pedregal Branco | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.866 | 2.448 | 8.357 | 8.357 | 8.357 | 3.428 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.325 | 14.325 | 5.876 | |
| 541.1/CAAG | Certificação do diploma de competências básicas em TIC's | Clâmara Municipal de Castro Marim | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.242 | 3.242 | 3.242 | 6.484 | 6.484 | 2.690 | 2.431 | 2.431 | 997 | 0 | 12.157 | 12.157 | 4.987 | |
| 681.1/CNOR | Concursos do DGB em TIC pelo Espaço InterNet de S. João da Pesqueira | Clâmara Municipal de S. João da Pesqueira | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.652 | 7.652 | 7.652 | 3.221 | 10.706 | 10.706 | 4.392 | 0 | 0 | 0 | 18.556 | 18.556 | 7.629 | |
| 761.1/CALE | Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação nos espaços InterNet da Lourinhã | Clâmara Municipal de vendas Novas | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.558 | 2.558 | 2.993 | 2.993 | 2.993 | 1.228 | 2.985 | 2.985 | 1.060 | 0 | 8.113 | 8.113 | 3.328 | |
| 271.1/CLVT | Concursos do DGB em TIC pelo Espaço InterNet da Lourinhã | Clâmara Municipal da Lourinhã | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.476 | 3.476 | 4.426 | 4.426 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.476 | 3.476 | 1.426 | |
| 781.1/CALE | Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação | Clâmara Municipal de Campo Maior | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.709 | 1.111 | 2.709 | 1.111 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.709 | 2.709 | 1.111 | |
| 801.1/CALE | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Clâmara Municipal de Arábidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.120 | 870 | 2.120 | 870 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.120 | 2.120 | 870 | |
| 1271.1/CNRE | Realização de um espaço InterNet no Círculo InterNet para o e-árvila | Círculo InterNet para o e-árvila | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.264 | 5.264 | 5.264 | 2.107 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.264 | 5.264 | 2.107 | |
| 771.1/CNOR | Ações de certificação e atribuição do diploma de competências básicas em TIC's | Clâmara Municipal de S. João da Pesqueira | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.322 | 2.993 | 10.700 | 10.700 | 4.389 | 4.281 | 4.281 | 1.756 | 0 | 0 | 21.304 | 21.304 | 8.729 | |
| 1391.1/CNRE | Diagnóstico de Competências Básicas em Tecnologia de Informação | Clâmara Municipal de Santa Maria da Feira | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.165 | 4.170 | 10.165 | 4.170 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.165 | 10.165 | 4.170 | |
| 1301.1/CLVT | Realização de um espaço InterNet no CIVEC atribuição do DGB | CIVEC | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.581 | 2.286 | 5.581 | 2.286 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.581 | 5.581 | 2.286 | |
| 1451.1/CNRE | Desenvolver competências em Múltiplas | Clâmara Municipal de Murtas | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.201 | 2.954 | 6.376 | 6.376 | 6.376 | 2.615 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13.577 | 13.577 | 5.668 | |
| 791.1/CNOR | InterNet para o e-árvila | Clâmara Municipal de Cinfães | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.051 | 5.051 | 2.072 | 7.144 | 7.144 | 3.176 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.794 | 12.794 | 5.248 | |
| 1221.1/CLVT | Realização de um espaço InterNet no CEPRA atribuição do DGB | CEPRA | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.331 | 14.331 | 5.875 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.331 | 14.331 | 5.875 | |
| 601.1/CNOR | Formação para a certificação | Clâmara Municipal de Santa Maria da Feira | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.745 | 2.745 | 5.769 | 5.769 | 2.386 | 4.089 | 1.927 | 0 | 0 | 0 | 13.213 | 13.213 | 5.420 | |
| 911.1/CALE | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Clâmara Municipal de Soalce | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.662 | 1.051 | 2.662 | 2.662 | 1.051 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.125 | 5.125 | 2.102 | |
| 261.1/CNRE | Certificação/Formação de competências básicas | Clâmara Municipal de Santa Comba Dão | 0 | 0 | 0 | 0 | 13.158 | 5.397 | 11.900 | 11.900 | 4.500 | 2.798 | 2.798 | 1.148 | 0 | 0 | 27.146 | 27.146 | 11.135 | |
| 1621.1/CALE | certificação DGB | Clâmara Municipal de Aljezur | 0 | 0 | 0 | 0 | 323 | 323 | 1.184 | 1.184 | 488 | 825 | 339 | 0 | 0 | 0 | 2.332 | 2.332 | 897 | |
| 1391.1/CLVT | Realização de um espaço InterNet no CERFIC atribuição do DGB | CERFIC | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.018 | 3.699 | 9.018 | 3.699 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.018 | 9.018 | 3.699 | |
| 1401.1/CLVT | Realização de um espaço InterNet no Morte da Capacidade - Atribuição do DGB | GEFOSAP | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.486 | 1.840 | 4.486 | 1.840 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.486 | 4.486 | 1.840 | |
| 1611.1/CLVT | Formação para a obtenção de competências básicas em tecnologias de informação | Escola superior de Educação de Professores do setor das freguesias | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.733 | 1.121 | 4.228 | 4.228 | 1.736 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.862 | 6.862 | 2.896 | |
| 1321.1/CNRE | Formação básica em TIC | Formação básica em TIC | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.724 | 2.702 | 6.724 | 2.702 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.724 | 6.724 | 2.702 | |
| 1251.1/CALE | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Formação - Centro de Formação de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.078 | 2.078 | 3.973 | 3.973 | 1.630 | 4.166 | 1.709 | 0 | 0 | 0 | 10.216 | 10.216 | 4.191 | |
| 1631.1/CLVT | Competências básicas em tecnologias de informação | Prémia | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.750 | 3.805 | 6.335 | 6.335 | 2.699 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.085 | 11.085 | 4.547 | |
| 1391.1/CNRE | Competências básicas | CEARTE - Centro de Formação Profissional do Anísimo | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.819 | 4.848 | 11.819 | 4.848 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.819 | 11.819 | 4.848 | |
| 521.1/CNRE | Informática para todos | Clâmara Municipal de Análio | 0 | 0 | 0 | 0 | 15.042 | 6.170 | 20.800 | 20.800 | 8.532 | 21.322 | 8.746 | 0 | 0 | 0 | 57.164 | 57.164 | 23.448 | |

| Código do Projeto | Designação do Projeto | Entidade | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | 2005 | | 2006 | | Financiamento Total | | |
|-------------------|--|--|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|-------------|
| | | | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total |
| 1601.1/ICLVT | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Moita | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16.497 | 16.497 | 6.767 | 15.792 | 3.945 | 6.474 | 1.618 | 0 | 36.225 | 36.225 | 14.889 |
| 121/1/ICNOR | Instalação de um espaço Internet no Centro de Formação Prof. Da Ind. Do Cadoço (básicas) | Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Móveis (INTERBEI) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13.856 | 13.856 | 5.694 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13.856 | 13.856 | 5.694 |
| 841.1/CALE | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Mourão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29.483 | 29.483 | 11.694 | 1.655 | 679 | 0 | 0 | 0 | 30.137 | 30.137 | 12.362 |
| 1631.1/ICALG | Competências básicas em TIC | Camara Municipal de Monarque | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 203 | 203 | 63 | 766 | 803 | 320 | 0 | 0 | 1.746 | 1.746 | 723 |
| 1261.1/ICLVT | Instalação de um espaço Internet no CFPSA - atribuição do DCB | CFPSA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.915 | 14.915 | 6.116 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.915 | 14.915 | 6.116 |
| 611.1/ICLVT | Diploma de competências básicas | Camara Municipal de Saadcal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 33.791 | 33.791 | 13.861 | 10.566 | 4.340 | 0 | 0 | 0 | 44.397 | 44.397 | 18.208 |
| 131/1/ICNOR | Competências básicas | Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Móveis (INTERBEI) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.492 | 7.492 | 3.073 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.492 | 7.492 | 3.073 |
| 1231.1/ICEN | Certificação em tecnologias de informação | INTERBEI | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.661 | 11.661 | 4.793 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.661 | 11.661 | 4.793 |
| 641.1/CALE | Espazo internet - competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Moura | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.009 | 7.009 | 2.875 | 13.254 | 6.407 | 0 | 0 | 0 | 28.346 | 28.346 | 11.026 |
| 1261.1/ICNOR | Formação básica em TIC | CCOOPN - Centro de Formação Profissional do Município Civil e sobre a Ind. Do Norte | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.536 | 6.536 | 2.692 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.536 | 6.536 | 2.692 |
| 1341.1/ICNOR | Formação básica em TIC | CINCOIK - centro de formação prof. da indústria da cortiça | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.546 | 11.546 | 4.734 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.546 | 11.546 | 4.734 |
| 1331.1/ICLVT | Competências em tecnologias de informação | CENCAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.890 | 12.890 | 5.297 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.890 | 12.890 | 5.297 |
| 811.1/CALE | Introdução a informática e Internet | Camara Municipal de Portel | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.207 | 3.207 | 1.340 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.207 | 3.207 | 1.340 |
| 1421.1/ICNRE | Certificação de competências básicas em TIC - atribuição do DCB | IEP - Instituto de emprego e formação profissional | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 351.936 | 351.936 | 144.364 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 351.936 | 351.936 | 144.364 |
| 1461.1/ICLVT | Competências básicas em tecnologias de informação | Escola Superior de Educação de Santarém | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.368 | 8.368 | 3.432 | 21.703 | 8.902 | 0 | 0 | 0 | 30.071 | 30.071 | 12.336 |
| 1431.1/ICALE | Atribuição de diploma de competências básicas | Camara Municipal de espargos de Monsenaz | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.941 | 4.941 | 2.027 | 12.529 | 5.138 | 8.413 | 3.451 | 0 | 25.879 | 25.879 | 10.619 |
| 1511.1/ICNOR | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Colaborar - Associação para a promoção de tecnologias de informação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 23.482 | 18.785 | 9.632 | 38.849 | 16.975 | 25.983 | 20.771 | 10.650 | 88.389 | 70.712 | 36.257 |
| 1531.1/ICNOR | Centro de tecnologias de informação e comunicação | Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de tecnologia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.836 | 6.836 | 2.804 | 13.370 | 5.494 | 0 | 0 | 0 | 20.206 | 20.206 | 8.388 |
| 1681.1/ICNOR | Competências básicas em tecnologias de informação e comunicação | Espazo Atlántico - Formação Informativa, SA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.659 | 7.087 | 3.634 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.659 | 7.087 | 3.634 |
| 1411.1/ICNRE | Observar/competências em TIC | Inoviter - centro de formação e inovação tecnológica | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18.356 | 18.356 | 7.529 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18.356 | 18.356 | 7.529 |
| 1581.1/ICEN | Diploma de competências básicas | Escola superior de educação de Leiria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.842 | 4.842 | 1.986 | 10.382 | 4.239 | 4.101 | 1.682 | 0 | 19.325 | 19.325 | 7.927 |
| 831.1/ICEN | Diploma de competências básicas | Camara Municipal de Alentejo da Ilha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16.706 | 16.706 | 6.853 | 15.121 | 6.203 | 3.780 | 1.551 | 0 | 35.607 | 35.607 | 14.000 |
| 1601.1/ICALE | Plano de formação em competências básicas em tecnologias de informação | Escola Superior de Educação de Viana do Castelo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.473 | 4.473 | 1.836 | 7.432 | 3.090 | 0 | 0 | 0 | 11.809 | 11.809 | 4.886 |
| 351.1/ICEN | Diploma de competências básicas em TICs | Camara Municipal de Pinhel | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.777 | 8.777 | 3.600 | 16.268 | 6.673 | 0 | 0 | 0 | 25.046 | 25.046 | 10.274 |
| 1241.1/ICLVT | Instalação de um espaço Internet no CINEI - atribuição do DCB | CINEI | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.397 | 10.397 | 4.265 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.397 | 10.397 | 4.265 |
| 891.1/ICNOR | Diploma de competências básicas em TICs | Camara Municipal de Resende | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.479 | 12.479 | 5.119 | 12.259 | 5.029 | 7.988 | 3.277 | 0 | 32.726 | 32.726 | 13.424 |
| 591.1/ICLVT | Ações de certificação em TICs | Camara Municipal do entrocamento | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.181 | 4.181 | 1.715 | 1.203 | 480 | 0 | 0 | 0 | 5.394 | 5.394 | 2.209 |
| 2511.1/ICNOR | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Mesão Frio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.366 | 12.366 | 5.081 | 12.259 | 5.029 | 7.988 | 3.277 | 0 | 32.633 | 32.633 | 13.386 |
| 301.1/ICEN | Formação básica em tecnologias de informação | Camara Municipal de Vouzela | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.172 | 10.172 | 4.172 | 12.206 | 5.007 | 2.034 | 834 | 0 | 24.412 | 24.412 | 10.014 |
| 241.1/ICNOR | Centro de competências de formação em tecnologias de informação - atribuição do DCB | Associação CCGGGVY - Centro de Formação Profissional para a Sociedade da Informação de Guimarães | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 48.467 | 38.798 | 19.898 | 63.027 | 26.896 | 0 | 0 | 0 | 111.514 | 89.211 | 45.740 |
| 741.1/ICNOR | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de matinhos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 36.826 | 36.826 | 15.106 | 33.744 | 19.842 | 22.922 | 9.402 | 0 | 93.492 | 93.492 | 38.390 |
| 671.1/ICLVT | Ações de certificação atribuídas a diploma de competências básicas em TICs | Camara Municipal de Avanca | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 57.120 | 57.120 | 23.431 | 99.009 | 46.613 | 99.009 | 46.613 | 0 | 251.136 | 251.136 | 104.857 |
| 311.1/ICALG | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Odivelas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.678 | 2.678 | 1.096 | 1.143 | 469 | 0 | 0 | 0 | 3.821 | 3.821 | 1.567 |
| 361.1/ICALG | Conselho do DCB em TIC | Camara Municipal de Albufeira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.865 | 1.865 | 705 | 2.497 | 1.020 | 1.244 | 510 | 0 | 5.596 | 5.596 | 2.206 |
| 281.1/ICEN | Desenvolver competências em Formas de Algoritmos | Camara Municipal de Formas de Algoritmos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.666 | 9.666 | 3.923 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.666 | 9.666 | 3.923 |
| 391.1/ICLVT | Diploma de competências básicas | Camara Municipal de Vila Nova de Barcelos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.502 | 2.502 | 1.026 | 3.243 | 1.330 | 3.072 | 1.266 | 0 | 8.817 | 8.817 | 3.671 |
| 431.1/ICNOR | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Chaves | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.250 | 5.250 | 2.154 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.250 | 5.250 | 2.154 |
| 461.1/ICNOR | Certificação em TIC (DCB) | Camara Municipal de Viana do Castelo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 784 | 784 | 322 | 3.108 | 1.276 | 3.108 | 1.276 | 0 | 7.000 | 7.000 | 2.871 |

| Código do Projeto | Designação do Projeto | Entidade | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | 2005 | | 2006 | | Financiamento Total | | | | | |
|-------------------|---|--|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|-------------|-----------------------|---------|---------|
| | | | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4711/1/00NE | Competências básicas em novas tecnologias de informação | CESEAF - Centro de serviços e apoio de empresas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.237 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 27.442 | 21.954 | 27.442 | 21.954 | 11.237 | 0 |
| 5111/1/00NOR | Formação DCB | Camara Municipal de Santarém | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.417 | 4.683 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.417 | 11.417 | 11.417 | 11.417 | 4.683 | 0 |
| 6211/1/00EN | Diploa de competências básicas em TIC - Espaço Internet de Oliveira do Hospital | Camara Municipal de Oliveira do Hospital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.018 | 2.018 | 828 | 2.420 | 2.420 | 997 | 2.478 | 1.016 | 0 | 6.926 | 6.926 | 6.926 | 2.478 | 2.419 |
| 3411/1/00EN | Concursos do DCB em TIC no espaço Internet de Sabugal | Camara Municipal do Sabugal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.516 | 4.516 | 1.853 | 5.315 | 5.315 | 2.180 | 5.315 | 2.180 | 0 | 15.147 | 15.147 | 15.147 | 5.315 | 6.213 |
| 4211/1/00LVT | Espazo internet de serra | Camara Municipal de Serra | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 684 | 684 | 285 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 684 | 684 | 684 | 285 | 206 |
| 4011/1/00EN | Diploa de competências básicas em TICs | Camara Municipal de Celoriz da Beira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.006 | 9.006 | 3.694 | 15.438 | 15.438 | 6.333 | 15.438 | 6.333 | 0 | 39.882 | 39.882 | 39.882 | 15.438 | 16.300 |
| 4511/1/00EN | Qualificação de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Vila Nova de Paços de Ferreira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.021 | 1.021 | 418 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.021 | 1.021 | 1.021 | 418 | 418 |
| 5511/1/00EN | DCB - Diploa de competências básicas | Camara Municipal de Carregal do Sal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26.586 | 26.586 | 10.910 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26.586 | 26.586 | 26.586 | 10.910 | 10.910 |
| 7911/1/00EN | desenvolver competências | Camara Municipal de Perafita do Castelo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.134 | 8.134 | 3.337 | 8.134 | 8.134 | 3.337 | 0 | 0 | 0 | 16.268 | 16.268 | 16.268 | 3.337 | 6.073 |
| 1291/1/00NOR | Atribuição do Diploa de competências básicas em tecnologias de informação | FATA - Federação Port. de Futebol de Fátima-Móveis e Informática, Lda. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.516 | 3.397 | 1.742 | 9.033 | 6.794 | 3.486 | 4.516 | 3.397 | 1.742 | 18.066 | 13.589 | 18.066 | 13.589 | 6.069 |
| 2521/1/00LVT | Certificação em tecnologias de informação | SJ - equipado, formado e informado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30.710 | 24.568 | 12.587 | 69.888 | 56.109 | 28.237 | 0 | 0 | 0 | 99.596 | 79.677 | 99.596 | 79.677 | 40.354 |
| 1691/1/00ALE | Atribuição de diplomas de competências básicas em TIC - labor | Midsoft - Formação Informática, Lda. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 51.874 | 36.083 | 18.501 | 87.944 | 61.832 | 31.708 | 0 | 0 | 0 | 139.617 | 97.918 | 139.617 | 97.918 | 50.207 |
| 1391/1/00LVT | Realização de um espaço internet no Centim | GENEM | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.727 | 2.658 | 1.090 | 7.028 | 5.157 | 2.115 | 0 | 0 | 0 | 12.256 | 7.815 | 12.256 | 7.815 | 3.200 |
| 1521/1/00LVT | Diploa de competências básicas | Qualificação de Escritório e tecnologia da Universidade Nova de Lisboa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.114 | 6.914 | 2.836 | 23.888 | 16.668 | 6.846 | 0 | 0 | 0 | 33.003 | 23.603 | 33.003 | 23.603 | 9.482 |
| 821/1/00NOR | Atribuição do diploma de competências tecnológicas de informação e comunicação | Associação de Municípios da Terra quente Transmontana | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 72.861 | 67.531 | 27.701 | 94.200 | 87.120 | 38.736 | 23.330 | 21.610 | 8.865 | 190.511 | 179.201 | 190.511 | 179.201 | 72.326 |
| 4411/1/00EN | Diploa de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Viseu | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.123 | 4.773 | 1.998 | 8.168 | 6.365 | 2.611 | 8.168 | 6.365 | 2.611 | 22.452 | 17.502 | 22.452 | 17.502 | 7.180 |
| 8911/1/00NOR | Diploa de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Beiras | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.118 | 12.118 | 4.971 | 12.259 | 12.259 | 5.029 | 7.988 | 7.988 | 3.277 | 32.364 | 32.364 | 32.364 | 13.276 | 13.276 |
| 1491/1/00NOR | Diploa de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Celoriz de Basto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.118 | 12.118 | 4.971 | 12.259 | 12.259 | 5.029 | 7.988 | 7.988 | 3.277 | 32.364 | 32.364 | 32.364 | 13.276 | 13.276 |
| 3911/1/00NOR | Formação e Certificação em TIC/DCB | Camara Municipal de Terra de Sousela | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16.071 | 16.071 | 6.592 | 32.240 | 32.240 | 16.171 | 16.171 | 6.633 | 0 | 64.482 | 64.482 | 64.482 | 16.171 | 26.450 |
| 4811/1/00NOR | Diploa de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Vila | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 129.548 | 129.548 | 52.735 | 163.876 | 163.876 | 67.220 | 91.899 | 91.899 | 37.697 | 384.377 | 384.377 | 384.377 | 167.647 | 167.647 |
| 6911/1/00EN | Certificação/Formação de competências básicas | Camara Municipal de Mealhada | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.652 | 10.652 | 4.395 | 12.659 | 12.659 | 5.183 | 11.768 | 11.768 | 4.827 | 35.079 | 35.079 | 35.079 | 14.389 | 14.389 |
| 5711/1/00ALE | Competências básicas em TI - Espaço Internet de Évora | Camara Municipal de Évora | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.312 | 2.312 | 948 | 3.020 | 3.020 | 1.444 | 0 | 0 | 0 | 5.832 | 5.832 | 5.832 | 2.312 | 2.312 |
| 1441/1/00EN | Diploa de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Vila de Rei | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.734 | 12.734 | 5.223 | 23.648 | 23.648 | 9.701 | 0 | 0 | 0 | 36.382 | 36.382 | 36.382 | 14.924 | 14.924 |
| 1491/1/00LVT | As tecnologias de informação e comunicação no quotidiano | Vernágera/Ts | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15.362 | 11.810 | 6.055 | 43.944 | 30.792 | 16.816 | 0 | 0 | 0 | 59.256 | 44.602 | 59.256 | 44.602 | 22.871 |
| 1571/1/00EN | Diploa de competências básicas | Camara Municipal de São Pedro do Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 653 | 653 | 288 | 1.493 | 1.493 | 612 | 1.493 | 1.493 | 612 | 3.639 | 3.639 | 3.639 | 1.493 | 1.493 |
| 7211/1/00LVT | Atribuição do diploma de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal do Ovaral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.786 | 5.786 | 2.377 | 12.963 | 12.963 | 5.317 | 2.660 | 2.660 | 1.091 | 21.418 | 21.418 | 21.418 | 8.786 | 8.786 |
| 1491/1/00EN | Certificação e certificação em competências básicas | Escola Superior de Educação da Guarda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.607 | 11.607 | 4.751 | 4.474 | 4.474 | 1.835 | 0 | 0 | 0 | 16.080 | 16.080 | 16.080 | 6.598 | 6.598 |
| 7111/1/00EN | Concurso do espaço de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Trancoso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.100 | 7.100 | 2.912 | 8.867 | 8.867 | 3.637 | 8.867 | 8.867 | 3.637 | 24.833 | 24.833 | 24.833 | 10.186 | 10.186 |
| 3711/1/00EN | Formar e certificar para a área tecnológica | Camara Municipal da Lousã | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.618 | 11.607 | 4.761 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.618 | 11.607 | 12.618 | 11.607 | 4.761 |
| 8711/1/00LVT | Diploa de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal do Bombaral | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 22.478 | 21.725 | 8.813 | 15.080 | 14.100 | 5.794 | 15.080 | 14.100 | 5.794 | 37.568 | 35.828 | 37.568 | 14.697 | 14.697 |
| 5011/1/00EN | Novas tecnologias - junta de a anos | Camara Municipal de Aguiar da Beira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.251 | 5.251 | 2.154 | 16.660 | 16.660 | 6.634 | 19.269 | 19.269 | 7.904 | 41.179 | 41.179 | 41.179 | 16.882 | 16.882 |
| 8311/1/00EN | Concursos de competências básicas em Tecnologias de Informação | Camara Municipal de Pombal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.466 | 9.466 | 3.883 | 7.432 | 7.432 | 3.048 | 1.856 | 1.856 | 761 | 18.754 | 18.754 | 18.754 | 7.693 | 7.693 |
| 1871/1/00NOR | Novas tecnologias de informação e comunicação - instrumento contra a exclusão | Unicef - União cooperativa portuguesa da Região Norte, CRL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 32.964 | 26.371 | 13.522 | 95.648 | 76.519 | 39.236 | 94.405 | 75.564 | 38.745 | 223.068 | 178.454 | 223.068 | 178.454 | 91.922 |
| 2011/00ALE | Certificação TIC | Alentejo - Associação para o desenvolvimento local | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24.134 | 19.307 | 9.900 | 23.666 | 23.666 | 9.675 | 23.666 | 23.666 | 9.675 | 57.028 | 46.620 | 57.028 | 46.620 | 23.326 |
| 9011/1/00LVT | Curso de formação básica em tecnologias de informação | Camara Municipal de Vila Franca de xira | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 19.623 | 19.623 | 8.132 | 23.666 | 23.666 | 9.675 | 23.666 | 23.666 | 9.675 | 66.994 | 66.994 | 66.994 | 27.481 | 27.481 |
| 14711/1/00LVT | Competências básicas | Escola Superior de educação de Sabugal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.195 | 3.195 | 1.310 | 5.648 | 5.648 | 2.317 | 0 | 0 | 0 | 8.943 | 8.943 | 8.943 | 3.627 | 3.627 |
| 8511/1/00EN | Formar para aprender | Camara Municipal do fundo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.817 | 9.817 | 4.027 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.817 | 9.817 | 9.817 | 4.027 | 4.027 |
| 4911/1/00NOR | Anexos TIC | Camara Municipal de Anares | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.497 | 3.497 | 1.435 | 6.481 | 6.481 | 2.668 | 3.497 | 3.497 | 1.435 | 13.476 | 13.476 | 13.476 | 5.628 | 5.628 |

| Código do Projeto | Designação do Projeto | Entidade | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | 2005 | | 2006 | | Financiamento Total | |
|---|---|--|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total | Costo Total | Despesa Pública Total |
| 411.1/CNOR | Atribuição de diploma de competências básicas em tecnologia de informação | Câmara Municipal do Vimioso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 531.1/CNOR | Oficina de competências básicas em tecnologia de informação | Câmara Municipal de Oliveira do Hospital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 271.1/CNOR | Formação - atribuição de diploma de competências básicas | UFCD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 251.1/CNRE | Formação em competências básicas para docentes com necessidades especiais | ANEP - Associação Nacional de Escolas com Necessidades Especiais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 250.1/CNRE | Formação - Federação de Escolas com Necessidades Especiais | FEENES - Federação de Escolas com Necessidades Especiais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 150.1/CNOR | Diploma de competências básicas em tecnologia de informação | Universidade do Minho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 921.1/CULT | Oficina de competências básicas em tecnologia de informação | Clube Associação de Solidariedade Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 191.1/CULT | Competências básicas em TI | ANAF - Associação Nacional de Escolas para a Ação Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 841.1/CULT | Desenvolver e certificar competências | Morna - Associação cultural Lusófila | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 581.1/CULT | Sociedade Interactiva | GBRAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Medida 1.1. Competências Básicas | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 112.1/CNRE | Contrato-Programa: Medida 1.2. Formação Avançada | Fundação para a Ciência e a Tecnologia | 1.147.235 | 1.147.235 | 860.426 | 860.426 | 2.743.388 | 2.743.388 | 1.527.274 | 1.527.274 | 2.000.000 | 2.000.000 | 5.128.998 | 5.128.998 | 9.219.894 | 9.219.894 | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Medida 1.2. Formação Avançada | | | 1.147.235 | 1.147.235 | 860.426 | 860.426 | 2.743.388 | 2.743.388 | 1.527.274 | 1.527.274 | 2.000.000 | 2.000.000 | 5.128.998 | 5.128.998 | 9.219.894 | 9.219.894 | 2.000.000 | 2.000.000 |
| TOTAL LEXO 1 (FSE) | | | 1.147.235 | 1.147.235 | 860.426 | 860.426 | 2.743.388 | 2.743.388 | 1.527.274 | 1.527.274 | 2.000.000 | 2.000.000 | 5.128.998 | 5.128.998 | 9.219.894 | 9.219.894 | 2.000.000 | 2.000.000 |
| 402.4/CNRE | Comunidades em Movimento | Associação GEM | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2542.1/CNCO | Consultoria Programa Medida 2.4 / Ações Integradas de Formação | Direção Regional da Ciência e Tecnologia do Alentejo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 4022.4/CNEN | Avanço Digital 2003-2006 | Comissão executiva do Alentejo Digital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3952.4/CULT | Robalho Digital - Formação em TIC de empresas | Nizam - Núcleo empresarial da região de Santarém | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Medida 2.4. Ações Integradas de Formação | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL LEXO 2 (FSE) | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - | Assistência Técnica | Programa Operacional Sociedade da Informação | 327.311 | 327.311 | 245.489 | 245.489 | 529.424 | 529.424 | 349.416 | 349.416 | 380.006 | 380.006 | 927.842 | 927.842 | 650.250 | 650.250 | 380.006 | 380.006 |
| Medida 4.2. Assistência Técnica (FSE) | | | 327.311 | 327.311 | 245.489 | 245.489 | 529.424 | 529.424 | 349.416 | 349.416 | 380.006 | 380.006 | 927.842 | 927.842 | 650.250 | 650.250 | 380.006 | 380.006 |
| TOTAL LEXO 4 (FSE) | | | 327.311 | 327.311 | 245.489 | 245.489 | 529.424 | 529.424 | 349.416 | 349.416 | 380.006 | 380.006 | 927.842 | 927.842 | 650.250 | 650.250 | 380.006 | 380.006 |
| TOTAL LEXO 5 (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.975 | 2.404.265 | 2.404.265 | 11.870.144 | 11.870.144 | 6.507.004 | 6.507.004 | 14.472.536 | 14.472.536 | 9.863.899 | 9.863.899 |
| TOTAL MEDIDAS (FSE) | | | 1.474.546 | 1.474.546 | 1.106.910 | 1.106.910 | 3.557.975 | 3.557.9 | | | | | | | | | | |

| Codigo do Projeto | Designação de Projeto | Entidade | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | Financiamento Total | |
|--|---|--|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | | | Despesa Publica Total | FSE | Despesa Publica Total | FSE | Despesa Publica Total | FSE | Despesa Publica Total | FSE | Despesa Publica Total | FSE |
| 701.1C10RE | Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | Fundação para o Desenvolvimento de Tecnologias de Informação Científica Nacional | 0 | 0 | 0 | 0 | 412.056 | 412.056 | 1.274.052 | 682.346 | 1.687.398 | 1.141.342 |
| 111.1C10RE | Acompanhamento no uso da Internet nas escolas públicas do 1º ciclo do Ensino Básico | Fundação para a Comunicação Científica Nacional | 0 | 0 | 0 | 0 | 935.216 | 935.216 | 3.467.216 | 2.200.356 | 4.402.434 | 2.986.200 |
| 1201.1C10RE | Formação básica em TIC | Populacões - Centro de Formação profissional do sector das pescas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.078 | 4.078 | 2126 | 4.078 |
| 1401.1C10RE | Certificação de competências básicas em TIC - atribuição do DCB | IEFP - Instituto do emprego e formação profissional | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.264 | 1.264 | 6656 | 1.264 |
| 1501.1C10R0R | Centros de tecnologias de informação e comunicação | Instituto Politécnico de Bragança | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.077 | 5.077 | 2.606 | 5.077 |
| 1311.1C10R0R | Competências básicas | Centro de Formação profissional para o emprego de indústrias têxteis | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.433 | 1.433 | 1.433 | 1.433 |
| 501.1C10R0R | Diploma de competências básicas em Tecnologias de informação | C.M. Oliveira Azeméis | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.166 | 14.166 | 7.099 | 14.166 |
| 8071.1C10R0R | Novas tecnologias de informação e comunicação - instrumento contra a exclusão | Genesys | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.402 | 1.402 | 762 | 1.402 |
| 1341.1C10R0R | Formação básica em TIC | CNCOOR - centro de formação prof. Da indústria da cortiça | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.407 | 2.407 | 1.279 | 2.407 |
| 701.1C10CEN | Sistema de competências básicas em tecnologias de informação e comunicação | Município de Estarreja | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 208 | 208 | 146 | 208 |
| 201.1C10CEN | Certificação formação de competências básicas | Câmara Municipal de Santa Comita do | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 338 | 60 |
| 501.1C10CEN | Informática para todos | Câmara Municipal de Avulho | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.451 | 4.451 | 2321 | 4.451 |
| 1361.1C10CEN | Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | Clarin | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.403 | 3.403 | 1774 | 3.403 |
| 301.1C10CEN | Certificação de aptidões em TICs | Câmara Municipal de Figueiro das Vilas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.750 | 3.750 | 1.956 | 3.750 |
| 341.1C10CEN | Conhecimento DCB em TIC no emprego | Município do Subargal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.136 | 1.136 | 592 | 1.136 |
| 1201.1C10CEN | Certificação em tecnologias de informação | CENTERE1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.847 | 3.847 | 2.006 | 3.847 |
| 301.1C10CEN | Certificação de aptidões em TICs | Câmara Municipal de Póvoa do Varzim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 728 | 728 | 382 | 728 |
| 1441.1C10CALE | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Câmara Municipal de Vila de Rei | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.035 | 1.035 | 540 | 1.035 |
| 701.1C10CALE | Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação | Câmara Municipal de Campo Lameiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.470 | 2.470 | 1.295 | 2.470 |
| 1601.1C10CALE | Plano de formação em competências básicas em tecnologias de informação | Escola Superior de Educação de Vila Verde | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 316 | 316 | 165 | 316 |
| 701.1C10CALE | Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação nos E espaços Internet | Câmara Municipal de Vendas Novas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.056 | 1.056 | 560 | 1.056 |
| 311.1C10ALG | Atribuição de diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Câmara Municipal de Odivelas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.154 | 1.154 | 605 | 1.154 |
| 1241.1C10CVT | Integração ao emprego através do CNEL | CNEL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.184 | 3.184 | 1.600 | 3.184 |
| 1401.1C10CVT | Integração ao emprego através do Monte Alentejo | CEFOSSAP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 685 | 685 |
| 1611.1C10CVT | Integração ao emprego através do DCB | Escola superior de Educação de Vila Verde | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.500 | 1.500 | 1.500 | 1.500 |
| 1331.1C10CVT | Competências em tecnologias de informação | CEPRAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 740 | 740 | 386 | 740 |
| 1221.1C10CVT | Integração ao emprego através do CEPRAL | CEPRAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.847 | 3.847 | 2.006 | 3.847 |
| 1491.1C10CVT | Integração ao emprego através do CNEL | AmnAguardarTic | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.035 | 2.035 | 1.652 | 2.035 |
| 1501.1C10CARE | Sistema de Informação Integrado para a Gestão dos Diplomas de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | Observatório das Ceficas e da Formação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 17.732 | 17.732 |
| Módulo 11. Competências Básicas | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.365.905 | 1.365.905 | 4.809.457 | 4.809.457 | 6.175.231 | 4.173.272 |
| 1012C10RE | Contrato Programa Módulo 1.2. Formação Avançada | Fundação para a Ciência e a Tecnologia | 1.120.711 | 1.120.711 | 1.463.300 | 1.463.300 | 1.513.058 | 1.513.058 | 5.620.188 | 3.086.554 | 10.016.382 | 6.078.846 |
| Módulo 1.2. Formação Avançada | | | 1.120.711 | 1,120,711 | 1,463,300 | 1,463,300 | 1,513,058 | 1,513,058 | 5,620,188 | 3,086,554 | 10,016,382 | 6,078,846 |
| 402.1C10RE | Comunidades em Movimento | Associação CEM | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 44.892 | 44.892 | 44.892 | 44.892 |
| Módulo 2.4. Acção Integrada de Formação | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 44,892 | 44,892 | 44,892 | 44,892 |
| TOTAL EIXO 1 (FSE) | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10,428,701 | 6,303,763 | 16,192,821 | 10,232,116 |
| Assistência Técnica | | | 260.006 | 207.222 | 566.616 | 566.616 | 536.656 | 536.656 | 313.036 | 474.833 | 214.992 | 1.897.991 |
| Assistência Técnica (FSE) | | | 260.006 | 207.222 | 566.616 | 566.616 | 536.656 | 536.656 | 313.036 | 474.833 | 214.992 | 1.897.991 |
| TOTAL EIXO 2 (FSE) | | | 260,006 | 207,222 | 566,616 | 566,616 | 536,656 | 536,656 | 313,036 | 474,833 | 214,992 | 1,897,991 |
| TOTAL Medidas FSE | | | 1,400,796 | 1,400,796 | 2,030,416 | 2,030,416 | 3,715,034 | 3,715,034 | 2,482,734 | 10,848,422 | 18,006,504 | 11,390,056 |

| Código do Projeto | Designação do Projeto | Entidade | 2003 | | | 2004 | | | 2005 | | | 2006 | | | Financiamento Total | | |
|-------------------|--|---|-------------|-----------------------|---------|-------------|-----------------------|--------|-------------|-----------------------|--------|-------------|-----------------------|--------|---------------------|-----------------------|---------|
| | | | Custo Total | Despesa Pública Total | FSE | Custo Total | Despesa Pública Total | FSE | Custo Total | Despesa Pública Total | FSE | Custo Total | Despesa Pública Total | FSE | Custo Total | Despesa Pública Total | FSE |
| 951/1/ICEN | Contrato-Programa Avero Digital 2003-2006 | Associação Avero Digital | 33.333 | 25.000 | 13.672 | 66.607 | 50.000 | 27.347 | 66.607 | 50.000 | 27.347 | 33.333 | 25.000 | 13.672 | 200.000 | 150.000 | 82.040 |
| 253/1/1CONRE | Gestão e Acompanhamento da atribuição de competências básicas em tecnologias de informação | Secretaria Geral da PCM | 52.660 | 52.660 | 21.601 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 52.660 | 52.660 | 21.601 |
| 631/1/ICEN | Certificação/Formação de competências básicas | Camara Municipal Vila Nova de Vimes | 6.193 | 6.193 | 2.540 | 7.966 | 7.966 | 3.268 | 4.528 | 4.528 | 1.856 | 0 | 0 | 0 | 18.684 | 18.684 | 7.664 |
| 321/1/ICEN | Certificação de aptidões em TICs | Camara Municipal de Figueirós Vimes | 12.109 | 12.109 | 4.967 | 13.699 | 13.699 | 5.619 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25.807 | 25.807 | 10.686 |
| 701/1/ICEN | Curso de certificação de competências básicas em tecnologias de informação/Estárea | Camara Municipal de Estarreja | 4.128 | 4.128 | 1.693 | 3.791 | 3.791 | 1.565 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.709 | 11.709 | 4.803 |
| 331/1/ICEN | Certificação de aptidões em TICs | Camara Municipal de Pedregal Grande | 5.959 | 5.959 | 2.448 | 8.357 | 8.357 | 3.428 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.325 | 14.325 | 5.976 |
| 54/1/1OAGL | certificação do diploma de competências básicas em TICs | Camara Municipal de Castro Marim | 3.242 | 3.242 | 1.330 | 6.484 | 6.484 | 2.660 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.157 | 12.157 | 4.897 |
| 681/1/1CONOR | Concessão do DCEB em TIC pelo Espaço de Informação | Camara Municipal de S. João da Pesqueira | 7.852 | 7.852 | 3.221 | 10.706 | 10.706 | 4.302 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18.558 | 18.558 | 7.612 |
| 781/1/1CALE | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação nos Espaços Internet | Camara Municipal de vendas Novas | 2.535 | 2.535 | 1.040 | 2.993 | 2.993 | 1.228 | 2.555 | 2.555 | 1.060 | 0 | 0 | 0 | 8.113 | 8.113 | 3.328 |
| 271/1/1CVLT | Concessão do DCEB em TIC pelo Espaço de Informação | Camara Municipal da Lourinhã | 3.476 | 3.476 | 1.426 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.476 | 3.476 | 1.426 |
| 781/1/1CALE | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Campo Maior | 2.709 | 2.709 | 1.111 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.709 | 2.709 | 1.111 |
| 801/1/1CALE | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Arvaias | 2.120 | 2.120 | 870 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.120 | 2.120 | 870 |
| 1271/1/1OEN | Instalação de um espaço internet no Citiform | Citiform | 5.284 | 5.284 | 2.167 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.284 | 5.284 | 2.167 |
| 771/1/1CONOR | Ações de certificação e atribuição do diploma de competências básicas em TICs | Camara Municipal de S. João da Pesqueira | 6.322 | 6.322 | 2.590 | 10.700 | 10.700 | 4.389 | 4.281 | 4.281 | 1.756 | 0 | 0 | 0 | 21.304 | 21.304 | 8.739 |
| 1351/1/1OEN | Diploma de Competências Básicas em tecnologias de informação | Celan | 10.165 | 10.165 | 4.170 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10.165 | 10.165 | 4.170 |
| 1301/1/1CVLT | Instalação de um espaço internet no CIVEC | CIVEC | 5.951 | 5.951 | 2.286 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.951 | 5.951 | 2.286 |
| 1541/1/1OEN | Desenvolver competências em Menteiras | Camara Municipal de Menteiras | 7.201 | 7.201 | 2.954 | 6.376 | 6.376 | 2.615 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13.577 | 13.577 | 5.669 | |
| 751/1/1CONOR | Instalação de um espaço internet no CEPPA | Camara Municipal de Cinfães | 5.651 | 5.651 | 2.072 | 7.744 | 7.744 | 3.176 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.794 | 12.794 | 5.248 |
| 1221/1/1CVLT | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação no CEPPA | CEPPA | 14.331 | 14.331 | 5.976 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.331 | 14.331 | 5.976 |
| 601/1/1CONOR | Formação para a certificação | Camara Municipal de Santa Maria da Feira | 2.745 | 2.745 | 1.126 | 5.766 | 5.766 | 2.366 | 4.699 | 4.699 | 1.927 | 0 | 0 | 0 | 13.213 | 13.213 | 5.420 |
| 911/1/1CALE | Atribuição de diplomas de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Sousa | 2.952 | 2.952 | 1.051 | 2.952 | 2.952 | 1.051 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.125 | 5.125 | 2.102 |
| 281/1/1OEN | Certificação/Formação de competências básicas | Camara Municipal de Samba Comas Dão | 13.158 | 13.158 | 5.397 | 11.190 | 11.190 | 4.580 | 2.796 | 2.796 | 1.148 | 0 | 0 | 0 | 27.146 | 27.146 | 11.135 |
| 1621/1/1OALE | certificação DCEB | Camara Municipal de Aljezur | 323 | 323 | 132 | 1.184 | 1.184 | 466 | 823 | 823 | 339 | 0 | 0 | 0 | 2.332 | 2.332 | 957 |
| 1301/1/1CVLT | Instalação de um espaço internet no Menteira | CENFIC | 9.018 | 9.018 | 3.689 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9.018 | 9.018 | 3.689 |
| 1401/1/1CVLT | Instalação de um espaço internet no Monte da Caparica - Atribuição do DCEB | CEFOCAP | 4.468 | 4.468 | 1.840 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.468 | 4.468 | 1.840 |
| 1611/1/1CVLT | Formação para a cidadania em tecnologias de informação | Escola superior de Educação de Lisboa | 2.733 | 2.733 | 1.121 | 4.229 | 4.229 | 1.735 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.962 | 6.962 | 2.956 |
| 1321/1/1CONRE | Formação básica em TIC | Fonpicas - Centro de Formação profissional do sector das pescas | 6.724 | 6.724 | 2.762 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.724 | 6.724 | 2.762 |
| 1251/1/1OALE | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Vila Viçosa | 2.078 | 2.078 | 852 | 3.973 | 3.973 | 1.630 | 4.166 | 4.166 | 1.709 | 0 | 0 | 0 | 10.216 | 10.216 | 4.191 |
| 1651/1/1CVLT | Formação de competências básicas em tecnologias de informação | Priema | 4.750 | 3.800 | 1.946 | 6.335 | 5.066 | 2.599 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.095 | 8.868 | 4.577 |
| 1361/1/1OEN | Competências básicas | CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato | 11.919 | 11.919 | 4.848 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.919 | 11.919 | 4.848 |
| 321/1/1OEN | Formação para todos | Camara Municipal de Anísio | 15.042 | 15.042 | 6.170 | 20.800 | 20.800 | 8.552 | 21.322 | 21.322 | 8.748 | 0 | 0 | 0 | 57.164 | 57.164 | 23.449 |
| 1661/1/1CVLT | Instalação de um espaço internet no Centro de Formação Prof. Da Ind. Do catagão (comp. Básicas) em competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Mourão | 16.467 | 16.467 | 6.767 | 15.782 | 15.782 | 6.474 | 3.945 | 3.945 | 1.618 | 0 | 0 | 0 | 36.225 | 36.225 | 14.699 |
| 1211/1/1CONOR | Formação de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Mourão | 13.856 | 13.856 | 5.684 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 13.856 | 13.856 | 5.684 |
| 841/1/1OALE | Formação de competências básicas em TIC | Camara Municipal de Monchique | 28.453 | 28.453 | 11.684 | 1.655 | 1.655 | 679 | 803 | 803 | 329 | 0 | 0 | 0 | 30.137 | 30.137 | 12.382 |
| 1631/1/1OAGL | Formação de competências básicas em TIC | Camara Municipal de Monchique | 208 | 208 | 83 | 786 | 786 | 320 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.785 | 1.785 | 732 |
| 1281/1/1CVLT | Instalação de um espaço internet no CFPSPA | CFPSPA | 14.915 | 14.915 | 6.118 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14.915 | 14.915 | 6.118 |
| 611/1/1CVLT | Diploma de competências básicas | Camara Municipal de Santol | 33.761 | 33.761 | 13.861 | 10.536 | 10.536 | 4.366 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 44.337 | 44.337 | 18.208 |
| 1311/1/1CONOR | Competências básicas | Centro de Formação profissional das indústrias de madeira e mobiliário | 7.492 | 7.492 | 3.073 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.492 | 7.492 | 3.073 |
| 1231/1/1OEN | Certificação em tecnologias de informação | UNIVEREPI | 11.661 | 11.661 | 4.763 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.661 | 11.661 | 4.763 |
| 641/1/1OALE | Curso internet - competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de Moura | 7.009 | 7.009 | 2.875 | 13.254 | 13.254 | 5.437 | 8.095 | 8.095 | 3.171 | 0 | 0 | 0 | 26.348 | 26.348 | 11.628 |
| 1281/1/1CONOR | Formação básica em TIC | CICOPIN - Centro de formação prof. indústrias da construção civil e do comércio | 6.538 | 6.538 | 2.682 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.538 | 6.538 | 2.682 |
| 1341/1/1CVLT | Formação básica em TIC | Camara Municipal de Vila Viçosa | 11.540 | 11.540 | 4.734 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.540 | 11.540 | 4.734 |
| 811/1/1OALE | Formação de competências básicas em TIC | CENAL | 12.800 | 12.800 | 5.287 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12.800 | 12.800 | 5.287 |
| 1421/1/1CONRE | Formação de competências básicas em TIC | Camara Municipal de Póvoa do Varzim | 3.267 | 3.267 | 1.340 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.267 | 3.267 | 1.340 |
| 1461/1/1CVLT | Formação de competências básicas em TIC | Escola Superior de Educação de Santarém | 351.956 | 351.956 | 144.364 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 351.956 | 351.956 | 144.364 |
| 1481/1/1CVLT | Formação de competências básicas em TIC | Camara Municipal de reguengos de Alentejo | 8.368 | 8.368 | 3.432 | 21.705 | 21.705 | 8.902 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30.070 | 30.070 | 12.335 |
| 1431/1/1OEN | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Camara Municipal de reguengos de Alentejo | 4.941 | 4.941 | 2.027 | 12.525 | 12.525 | 5.138 | 8.413 | 8.413 | 3.451 | 0 | 0 | 0 | 25.679 | 25.679 | 10.615 |
| 1511/1/1CONOR | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Gobalmedia - serviços globais de comunicação | 23.462 | 18.785 | 9.632 | 38.946 | 31.156 | 15.975 | 25.963 | 20.771 | 10.650 | 0 | 0 | 0 | 88.389 | 70.712 | 36.297 |
| 1531/1/1CONOR | Curso de tecnologias de informação e comunicação | Instituto Politécnico de Engenharia e arquitetura | 6.856 | 6.856 | 2.894 | 13.370 | 13.370 | 5.494 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 20.206 | 20.206 | 8.288 |

Unidade: Euros

| Código do Projecto | Designação do Projecto | Entidade | 2003 | | | 2004 | | | 2005 | | | 2006 | | | Financiamento Total | | |
|--|---|--|--------------|-----------------------|------------|--------------|-----------------------|------------|--------------|-----------------------|------------|-------------|-----------------------|-----------|---------------------|-----------------------|-----|
| | | | Custo Total | Despesa Publica Total | FSE | Custo Total | Despesa Publica Total | FSE | Custo Total | Despesa Publica Total | FSE | Custo Total | Despesa Publica Total | FSE | Custo Total | Despesa Publica Total | FSE |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8711/1C/LVT | Diploma de competências básicas em Tecnologias de informação | Câmara Municipal do Bombaral | 0 | 0 | 0 | 22.478 | 21.728 | 8.913 | 15.090 | 14.100 | 5.764 | 0 | 37.568 | 35.828 | 14.897 | | |
| 5011/1C/CEN | Novas tecnologias - junia de a nós | Câmara Municipal de Aguiar da Beira | 5.251 | 5.251 | 2.154 | 16.680 | 16.680 | 6.834 | 19.289 | 19.289 | 7.904 | 0 | 41.179 | 41.179 | 16.892 | | |
| 8311/1C/CEN | Concessão do diploma de competências básicas em Tecnologias de Informação | Câmara Municipal de Fátima | 9.466 | 9.466 | 3.883 | 7.432 | 7.432 | 3.048 | 1.856 | 1.856 | 761 | 0 | 18.754 | 18.754 | 7.883 | | |
| 16711/1C/NOR | Novas tecnologias de informação e comunicação - instrumento contra o exclusão | União - União cooperativa polivalente da região Norte, CRL | 32.664 | 26.371 | 13.522 | 86.649 | 76.516 | 39.235 | 94.455 | 75.564 | 38.745 | 0 | 223.066 | 178.464 | 91.862 | | |
| 2011/1C/ALE | Certifica TIC | Alentejo - Associação para o desenvolvimento local | 0 | 0 | 0 | 24.134 | 19.307 | 9.900 | 29.508 | 23.066 | 12.104 | 3.383 | 57.025 | 46.620 | 23.392 | | |
| 9011/1C/LVT | Curso de formação básica em tecnologias de informação | Câmara Municipal de Vila Franca de Xira | 19.823 | 19.823 | 8.132 | 29.585 | 23.585 | 9.675 | 23.585 | 23.585 | 9.675 | 0 | 66.994 | 66.994 | 27.481 | | |
| 14711/1C/LVT | Competências básicas | Escola Superior de educação de Setúbal | 3.195 | 3.195 | 1.310 | 5.648 | 5.648 | 2.317 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.843 | 8.843 | 3.627 | | |
| 8511/1C/CEN | Formar para aprender | Câmara Municipal do Funchal | 9.817 | 9.817 | 4.027 | 6.481 | 6.481 | 2.658 | 3.497 | 3.497 | 1.435 | 0 | 9.817 | 9.817 | 4.027 | | |
| 4911/1C/NOR | Acesso ao emprego | Câmara Municipal de Amares do Alto | 3.487 | 3.487 | 1.426 | 6.481 | 6.481 | 2.658 | 3.497 | 3.497 | 1.435 | 0 | 13.476 | 13.476 | 5.528 | | |
| 4111/1C/NOR | Atividades de formação | Câmara Municipal do Vimioso | 0 | 0 | 0 | 16.984 | 15.964 | 6.549 | 15.964 | 15.964 | 6.549 | 0 | 31.828 | 31.828 | 13.097 | | |
| 5311/1C/NOR | Diploma de competências básicas em Tecnologias de informação | Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis | 142.980 | 142.980 | 58.651 | 183.982 | 183.982 | 75.461 | 92.361 | 92.361 | 37.887 | 0 | 419.303 | 419.303 | 171.998 | | |
| 27111/1C/NOR | Formação atribuição de diplomas de competências básicas | UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | 0 | 0 | 0 | 291.587 | 291.587 | 119.609 | 281.587 | 281.587 | 115.507 | 0 | 573.175 | 573.175 | 235.116 | | |
| 2511/1C/NRE | Formação de competências básicas para Cuidados com necessidades especiais | Associação de Promotores do Ensino dos Cegos | 13.286 | 10.637 | 5.454 | 53.185 | 42.546 | 21.817 | 39.889 | 31.911 | 16.362 | 0 | 106.371 | 86.097 | 43.633 | | |
| 28011/1C/NRE | Projecto "E.T. NET" - diplomas de certificação de competências básicas | Ferencvici - Federação de cooperativas de solidariedade social | 25.318 | 20.254 | 10.385 | 70.844 | 56.675 | 29.080 | 0 | 0 | 0 | 0 | 96.162 | 76.930 | 39.446 | | |
| 19011/1C/NOR | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Universidade do Minho | 0 | 0 | 0 | 34.751 | 34.751 | 14.255 | 51.788 | 51.788 | 21.244 | 0 | 86.540 | 86.540 | 35.499 | | |
| 9211/1C/LVT | Diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Cais - Associação de solidariedade social | 9.926 | 9.926 | 4.072 | 30.775 | 30.775 | 12.638 | 40.308 | 40.308 | 16.534 | 0 | 81.013 | 81.013 | 33.231 | | |
| 1911/1C/LVT | Competências básicas em TI | ANAR - Associação Nacional de escolas de ensino secundário | 26.020 | 26.020 | 10.673 | 46.487 | 46.487 | 19.069 | 35.753 | 35.753 | 14.666 | 0 | 108.260 | 108.260 | 44.408 | | |
| 9411/1C/LVT | Desenvolver e certificar competências | Mema - Associação cultural Lusó-Aficana | 67.214 | 67.214 | 27.571 | 170.077 | 170.077 | 69.766 | 101.690 | 101.690 | 41.713 | 0 | 338.982 | 338.982 | 139.090 | | |
| 5811/1C/LVT | Sociedade Interactiva | GRAAL | 11.714 | 11.714 | 4.805 | 42.922 | 42.922 | 17.607 | 16.536 | 16.536 | 6.783 | 0 | 71.172 | 71.172 | 28.195 | | |
| Medida 1.1. Competências Básicas | | | 1.992.326,42 | 1.909.620,05 | 809.667,94 | 2.441.479,76 | 2.280.851,96 | 987.382,66 | 1.391.775,88 | 1.331.495,88 | 568.837,49 | 36.715,89 | 5.862.298 | 5.546.675 | 2.381.049 | | |
| Medida 1.2. Formação Avançada | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | |
| | | | 1.992.326 | 1.909.620 | 809.668 | 2.441.480 | 2.280.852 | 987.393 | 1.391.776 | 1.331.497 | 568.937 | 36.716 | 5.862.298 | 5.546.675 | 2.381.049 | | |
| 462/4/C/CEN | Acesso Digital 2003-2006 | Comissão executiva do Alentejo Digital | 300.000 | 225.000 | 130.740 | 600.000 | 450.000 | 261.480 | 600.000 | 450.000 | 261.480 | 300.000 | 1.800.000 | 1.390.000 | 784.440 | | |
| 3952/4/C/LVT | Estabelecer o modelo empresarial do emprego de Solidariedade | Associação Nacional de Empregadores do Alentejo | 307.442 | 230.891 | 133.983 | 188.432 | 141.324 | 82.119 | 0 | 0 | 0 | 0 | 485.873 | 371.905 | 216.102 | | |
| Medida 2.4. Ações Integradas de Formação | | | 607.442 | 465.891 | 264.723 | 788.432 | 591.324 | 343.599 | 600.000 | 450.000 | 261.480 | 300.000 | 2.295.873 | 1.721.905 | 1.000.542 | | |
| | | | 607.442 | 465.891 | 264.723 | 788.432 | 591.324 | 343.599 | 600.000 | 450.000 | 261.480 | 300.000 | 2.295.873 | 1.721.905 | 1.000.542 | | |
| | Assistência Técnica | Programa Operacional Sociedade da Informação | 927.842 | 927.842 | 381.714 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 927.841 | 927.841 | 381.714 | | |
| Medida 4.2. Assistência Técnica (FSE) | | | 927.842 | 927.842 | 381.714 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 927.841 | 927.841 | 381.714 | | |
| | | | 927.842 | 927.842 | 381.714 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 927.841 | 927.841 | 381.714 | | |
| | | | 3.627.610 | 3.293.043 | 1.456.105 | 3.129.912 | 2.872.176 | 1.330.981 | 1.991.776 | 1.781.497 | 830.417 | 338.716 | 9.066.013 | 8.199.422 | 3.763.905 | | |
| | | | 3.627.610 | 3.293.043 | 1.456.105 | 3.129.912 | 2.872.176 | 1.330.981 | 1.991.776 | 1.781.497 | 830.417 | 338.716 | 9.066.013 | 8.199.422 | 3.763.905 | | |

ANEXO XV

Programa Operacional Sociedade da Informação

ANEXO XV - Execução Financeira - Fundo Social Europeu

De 01-01-2003 Até 31-12-2003

Unidade: Euros

| Código do Projecto | Designação do Projecto | Entidade | 2003 | | |
|--|--|--|-------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Custo Total | Despesa Pública Total | FSE |
| 7/1.1/C/NRE | Diploma de competências básicas em Tecnologias da informação | Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação | 1.274.529 | 1.274.529 | 852.345 |
| 11/1.1/C/NRE | Acompanhamento do uso da internet nas escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico | Fundação para a Computação Científica Nacional | 3.467.218 | 3.467.218 | 2.329.556 |
| 132/1.1/C/NRE | Formação básica em TIC | Forpescas - Centro de Formação profissional do sector das pescas | 4.078 | 4.078 | 2.126 |
| 142/1.1/C/NRE | Certificação de competências básicas em TIC - atribuição do DCB | IEFP - instituto do emprego e formação profissional | 1.264 | 1.264 | 659 |
| 153/1.1/C/NOR | Centro de tecnologias de informação e comunicação | Instituto Politécnico de Bragança | 5.377 | 5.377 | 2.806 |
| 131/1.1/C/NOR | Competências básicas | Centro de Formação profissional das indústrias da madeira e mobiliário | 1.433 | 1.433 | 751 |
| 53/1.1/C/NOR | Diploma de competências básicas em Tecnologias de informação | C.M. Oliveira azemeis | 14.185 | 14.185 | 7.395 |
| 167/1.1/C/NOR | Novas tecnologias de informação e comunicação - instrumento contra a exclusão | Uninorte | 1.462 | 1.169 | 762 |
| 134/1.1/C/NOR | Formação básica em TIC | CINCORK - centro de formação prof. Da indústria da cortiça | 2.437 | 2.437 | 1.270 |
| 70/1.1/C/CEN | Centro de certificação de competências básicas em tecnologias de informação de Estarreja | Município de Estarreja | 285 | 285 | 149 |
| 26/1.1/C/CEN | Certificação/Formação de competências básicas | Câmara Municipal de Santa Comba Dão | 650 | 650 | 339 |
| 52/1.1/C/CEN | Informática para todos | Câmara Municipal de Ansião | 4.451 | 4.451 | 2.321 |
| 135/1.1/C/CEN | Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação | Cilan | 3.403 | 3.403 | 1.774 |
| 32/1.1/C/CEN | Certificação de aptidões em TIC's | Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos | 3.750 | 3.750 | 1.955 |
| 34/1.1/C/CEN | Concessão do DCB em TIC no espaço internet do Sabugal | Município do Sabugal | 1.135 | 1.135 | 592 |
| 123/1.1/C/CEN | Certificação em tecnologias de informação | CINTERBEI | 3.847 | 3.847 | 2.005 |
| 33/1.1/C/CEN | Certificação de aptidões em TIC's | Câmara Municipal de Pedrogão Grande | 728 | 728 | 380 |
| 144/1.1/C/CEN | Diploma de competências básicas em Tecnologias de informação | Câmara Municipal de Vila de Rei | 1.035 | 1.035 | 540 |
| 78/1.1/C/ALE | Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação | Câmara Municipal de Campo Maior | 2.470 | 2.470 | 1.295 |
| 160/1.1/C/ALE | Plano de formação em competências básicas de tecnologias de informação | Escola Superior de Educação de Beja | 316 | 316 | 165 |
| 76/1.1/C/ALE | Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação nos Espaços Internet | Câmara Municipal de vendas Novas | 1.055 | 1.055 | 550 |
| 31/1.1/C/ALG | Atribuição do diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Câmara Municipal de Olhão | 1.154 | 1.154 | 605 |
| 124/1.1/C/LVT | Instalação de um espaço internet no CINEL - atribuição do DCB | CINEL | 3.184 | 3.184 | 1.660 |
| 140/1.1/C/LVT | Instalação de um espaço internet no Monte da Caparica - Atribuição do DCB | CEFOSAP | 685 | 685 | 357 |
| 161/1.1/C/LVT | Formação para a cidadania em tecnologias de informação | Escola superior de Educação de Lisboa | 1.550 | 1.550 | 808 |
| 133/1.1/C/LVT | Competências em tecnologias de informação | CENCAL | 740 | 740 | 386 |
| 122/1.1/C/LVT | Instalação de um espaço internet no CEPRA - atribuição do DCB | CEPRA | 3.847 | 3.847 | 2.006 |
| 149/1.1/C/LVT | As tecnologias de informação e comunicação no quotidiano | VemAprenderTic | 3.169 | 2.535 | 1.652 |
| Medida 1.1. Competências Básicas | | | 4.809.437 | 4.808.511 | 3.217.209 |
| 1/1.2/C/NRE | Contrato-Programa: Medida 1.2. Formação Avançada | Fundação para a Ciência e a Tecnologia | 5.620.189 | 5.620.189 | 3.086.554 |
| Medida 1.2. Formação Avançada | | | 5.620.189 | 5.620.189 | 3.086.554 |
| TOTAL EIXO 1 (FSE) | | | 10.429.627 | 10.428.701 | 6.303.763 |
| 49/2.4/C/NRE | Comunidades em Movimento | Associação CEM | 44.892 | 44.892 | 31.424 |
| Medida 2.4. Acções Integradas de Formação | | | 44.892 | 44.892 | 31.424 |
| TOTAL EIXO 2 (FSE) | | | 44.892 | 44.892 | 31.424 |
| - | Assistência Técnica | Programa Operacional Sociedade da Informação | 474.833 | 474.833 | 214.992 |
| Medida 4.2. Assistência Técnica (FSE) | | | 474.833 | 474.833 | 214.992 |
| TOTAL EIXO 4 (FSE) | | | 474.833 | 474.833 | 214.992 |
| TOTAL Medidas FSE | | | 10.949.352 | 10.948.425 | 6.550.180 |